

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**PROFESSORAS, LEVEM MULHERES À SALA DE AULA: DO
JORNALISMO VIOLENTO À PRÁTICA PEDAGÓGICA FILÓGINA**

Fernanda Amorim Accorsi

**MARINGÁ
2018**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**PROFESSORAS, LEVEM MULHERES À SALA DE AULA: DO JORNALISMO
VIOLENTO À PRÁTICA PEDAGÓGICA FILÓGINA**

Tese apresentada por Fernanda Amorim Accorsi ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Doutora em Educação.
Área de Concentração: EDUCAÇÃO.

Orientadora:
Prof^a. Dr^a.Teresa Kazuko Teruya

MARINGÁ
2018

Fernanda Amorim Accorsi

Professoras, levem mulheres à sala de aula: do jornalismo violento à Prática Pedagógica Filógena

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Teresa Kazuko Teruya – UEM

Prof^a. Dr^a. Eliane Rose Maio – UEM

Prof^a. Dr^a. Isadora Vier Machado – UEM

Prof^a Dr^a. Juliana Vargas – ULBRA

Prof^a Dr^a Fabiane Freire França – Unespar

23 de março de 2018.

Dedico este trabalho às mulheres em situação de violência doméstica, conjugal, patrimonial, física, sexual e verbal, que foram ensinadas a se culpar pelo seu sofrimento. Caras irmãs, a culpa não é de vocês e saibam que não estão sozinhas!

AGRADECIMENTOS

Agradeço às **mulheres** que lutaram – e ainda o fazem – contra o sexismo, a misoginia e o machismo, oportunizando às gerações seguintes outros modos de ser, estar e existir;

À **Janita Ramos Amorim**, minha mãe, por me apresentar modos libertários de ver e viver o mundo pela ótica feminina. Por me incentivar à leitura, ao posicionamento político, à independência financeira e emocional e abastecer minha autoestima enquanto mulher;

Ao **Benito Accorsi Filho**, meu pai, por me apresentar ao protagonismo, enquanto me filmava, fotografava e me mostrava, entrelinhas, que a fala é um ato político;

Ao **Sérgio Luís Dallálio Júnior**, meu companheiro, por me acompanhar nas discussões feministas e aprender que os lugares femininos são aqueles escolhidos pelas mulheres;

À **Flávia Amorim Evangelista**, minha irmã, por avançar comigo nas discussões feministas e problematizar, nos detalhes do cotidiano, outros modos de encarar o mundo;

À professora doutora **Teresa Kazuko Teruya**, minha orientadora, que me inspira à carreira docente e investiu nas minhas discussões acadêmicas desde o primeiro dia que me conheceu. Receio não ter maneiras de agradecê-la, mas estou convicta que a confiança e os laços que criamos não terminam com a finalização desta pesquisa;

Ao professor doutor **Samilo Takara**, meu amigo-irmão, pelas incontáveis oportunidades de acesso às teorias, às discussões feministas e pelos encontros que me propiciou comigo mesma. Pelos cafés, risadas e lamúrias, contigo meu processo de aprendizado foi mais transgressor. Sem sua presença, essa pesquisa não existiria;

Ao professor mestre **João Paulo Baliscei**, meu amigo-irmão, pela presença constante e o cuidado com meu percurso acadêmico. Cada palavra, cada sorriso, cada abraço contribuiu para que eu me reinventasse e me tornasse uma pessoa, uma pesquisadora, uma professora melhor;

À professora doutora **Pâmela Vicentini Faeti**, minha amiga, pela sintonia de sentimentos e por acreditar em meu modo de ser;

À professora doutora **Eliane Rose Maio** que me inspirou a ler sobre gênero e sexualidade, desde o primeiro encontro que tivemos, quando foi minha entrevistada ainda quando atuava como jornalista de jornal impresso. Conhecê-la foi, no mínimo, libertador;

À professora doutora **Isadora Vier Machado**, que, em um encontro social, me fez repensar minha pesquisa e, em outro acadêmico, me ajudou a amadurecê-la. Obrigada por inspirar *nossa* geração com seu trabalho, posicionamento político e filoginia;

À professora doutora **Fabiane Freire França** que me fez visualizar a sintonia entre doçura e rigor acadêmico. Uma inspiração como pessoa e profissional;

À professora **Juliana Vargas** pelas pesquisas realizadas que me incentivam a (re)pensar os lugares ocupados pelas diferentes pessoas no mundo;

Ao **Programa de Pós-Graduação em Educação** por disponibilizar uma linha de pesquisa que atrele Mídia, Educação e Estudos Culturais, em que pude me desenvolver enquanto pesquisadora;

À professora doutora **Geiva Carolina Calsa** com quem aprendi modos de refletir sobre teorias e métodos para ministrar minhas aulas e tecer minhas reflexões;

Ao **Hugo Alex da Silva** por toda a presteza de sempre;

Às **amigas e amigos espirituais** que me ajudaram nos momentos de desencanto e cansaço por meio de vibrações elevadas;

Às **minhas alunas** que são os motivos de atrelar docência e feminismo como prática pedagógica.

Já são bastante numerosas entre nós as mulheres que resolvem assumir, de modo total e sem concessões, sua condição de gente: não querem ser coisa, objeto, boneca, enfeite, gatinha, dondoca e semelhante. Rejeitam as fórmulas pré-fabricadas de feminilidade, os papéis prefixados, os enquadramentos limitadores: dona-de-casa, mãe-de-família, esteio-do-lar, repouso-do-guerreiro, musa-do-poeta, apêndice-do-homem, meia-costela. Não aceitam de maneira alguma que o simples fato de seu sexo as coloque num plano de dependência e subalternidade, seja no desempenho social, seja no relacionamento afetivo.

Carmen da Silva

Todos nós, na academia e na cultura como um todo, somos chamados a renovar nossa mente para transformar as instituições educacionais – e a sociedade – de tal modo que nossa maneira de viver, ensinar e trabalhar possa refletir nossa alegria diante da diversidade cultural, nossa paixão pela justiça e nosso amor pela liberdade.

bell hooks

ACCORSI, Fernanda Amorim. **Professoras, levem mulheres à sala de aula: do jornalismo violento à Prática Pedagógica Filógena**. (159 f). Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Teresa Kazuko Teruya. Maringá, 2018.

RESUMO

Esta pesquisa está respaldada nos Estudos de Gênero, nas Teorizações Feministas e nos Estudos Culturais para associar educação e jornalismo a partir do seguinte problema de pesquisa: Como a relação entre professora e violência, noticiada na mídia, pode servir de base para uma Prática Pedagógica Filógena? Para respondê-lo, foram examinadas 29 notícias do jornal Gazeta do Povo, de Curitiba - PR, que apresentavam, no título, o substantivo professora e tratavam sobre violência. O método de análise das referidas notícias foi o processo de Codificação e Decodificação de Stuart Hall, em que as palavras carregam significados de quem produz e, ainda, podem servir de referência para quem lê, ouve e assiste. O objetivo geral foi propor práticas pedagógicas filógenas com base na análise das notícias, sobre violência da professora mulher, publicadas no jornal Gazeta do Povo entre 2006 e 2014. Foi verificado que o jornalismo da Gazeta do Povo utiliza de *mansplaining*, em que homens falam pelas mulheres, inclusive quando as histórias poderiam ser contadas pelas próprias protagonistas. O referido jornalismo examinado não demonstra vestígios das questões feministas, apresentando-se como sexista e misógino porque silencia as professoras, inclusive quando elas são a personagem principal da notícia. O jornalismo enaltece as narrativas masculinas, fazendo a manutenção do discurso hegemônico que sobrepõe o homem em detrimento da mulher. O jornal constrói uma realidade em que ser docente é sofrer violências. Os crimes são explorados pelo noticiário para garantir audiência das informações apresentadas, utilizando dramas e estereótipos. O machismo está presente nas notícias, portanto se houvesse consciência feminista no jornalismo, o resultado das informações poderia abarcar outras articulações sobre docência que não o binômio professora/violência. A formação de jornalistas precisa ser permeada pela consciência de que a mídia educa, logo as notícias não são meras informações transmitidas, elas podem colaborar com a produção identitária dos sujeitos. Sendo assim, a Prática Pedagógica Filógena foi produzida para o curso de jornalismo, cujo objetivo é de oportunizar chances às mulheres de serem vistas, lidas, assistidas, citadas e pensadas.

Palavras-chave: professora mulher, jornalismo, gênero, Gazeta do Povo, violência e prática pedagógica filógena.

ACCORSI, Fernanda Amorim. **Teachers, take women to the classroom: from violent journalism to Philogynous Pedagogical Practice.** (159 p). Thesis (Doctorate in Education) - State University of Maringá. Advisor: Teresa Kazuko Teruya. Maringá, 2018.

ABSTRACT

This research is supported by Gender Studies, Feminist Theorizations and Cultural Studies to connect education and journalism with the following research problem: How can the relationship between teacher and violence, reported in the media, serve as basis for a Philogynous Pedagogical Practice? To answer this, 29 articles from the newspaper Gazeta do Povo, of Curitiba - PR, were examined, which used the noun teacher in their title, and were regarding violence. The method of analysis of the aforementioned news was the Coding and Decoding process of Stuart Hall, where words carry meanings of those who produce and can serve as a reference for those who read, listen, and watch. The general objective was to propose philogynous pedagogical practices based on the analysis of news about violence to female teachers, published in the newspaper Gazeta do Povo between 2006 and 2014. It has been acknowledged that Gazeta do Povo media uses mansplaining, in which men speak for women, even when stories could be told by the protagonists themselves. The aforementioned media doesn't show any trace of feminist issues, presenting itself as sexist and misogynist because it silences the teachers, even when they are the main character in the article. This media extols male narratives, maintaining the hegemonic discourse that overlaps man to the detriment of women. The newspaper builds a reality in which being a teacher is suffering violence. Crimes are exploited in the news to increase readership, using dramas and stereotypes. Male chauvinism is present in the news, so if there was a feminist conscience in media, the result of the information could include other articulations about teaching rather than the binomial teacher / violence. The training of journalists needs to be permeated by the awareness that the media educates, so the news is not mere information transmitted, they can collaborate with the identity production of the subjects. Thus, the Philogynous Pedagogical Practice was produced for the journalism course, whose objective is to provide opportunities for women to be seen, read, watched, quoted and regarded.

Key words: female teacher, media, gender, Gazeta do Povo, violence and philogynous pedagogical practice.

Lista de Quadros

Quadro 1: Apresentação numérica da revisão de literatura no Banco de Teses e Dissertações da Capes e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações.....16

Quadro 2: Apresentação numérica das notícias analisadas.....23

Quadro 3: Apresentação das manchetes das notícias analisadas.....30

SUMÁRIO

1 APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS DO TEMA: MODOS DE SER E VER A PESQUISA.....	13
1.1 Montando e desmontando percursos metodológicos	18
2 NEGOCIAÇÕES SOBRE A PROFESSORA MULHER NA GAZETA DO POVO .	33
2.1 Faceta docente, faceta materna	35
2.2 Lugar específico para ela e não é a rua.....	51
2.3 Acidentes não devem acontecer.....	56
2.4 A violência contra a mulher toma corpo: o seu	60
2.5 Coadjuvantes de suas histórias	67
2.7 A culpa é dela!	73
2.8 A ela, o ódio.....	84
3 A PROFESSORA MULHER E OS EMBATES CULTURAIS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA FILÓGINA.....	93
4 ENCERRAMENTOS QUE NÃO SE ENCERRAM	104
Referências.....	108
Anexo 1.....	117
Anexo 2.....	121

1 APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS DO TEMA: MODOS DE SER E VER A PESQUISA

Como entender que as mulheres independentes do nosso mundo, sobretudo as jovens, as mais livres, não se identifiquem ou não se sintam em nada devedoras em relação àquelas que lutaram, ou lutam pela abertura do campo de possibilidades de que desfrutam na atualidade, senão por um mecanismo perverso que faz com que tomem como origem o que não deixa de ser efeito produzido cultural e socialmente? (RAGO, 2001, p.65).

A citação que abre a seção não foi escolhida aleatoriamente, não consta na diagramação deste texto apenas como acessório teórico. A citação e as demais discussões da professora Margareth Rago (2001) foram fundamentais para a confecção da pesquisa aqui delineada. Não tenho a intenção de responder à pergunta da autora, seria outra problematização, que não esta, mas ela serve de eixo condutor para refletir sobre os passados e os presentes – e quem sabe os futuros – da ótica feminista¹ na educação. Serve, ainda, para questionar as hegemonias que soam como normais e naturais, mas acabam por estigmatizar e marginalizar práticas, ideias e sujeitos.

É de Rago (2001, p. 65) que empresto o conceito de filoginia para delinear as elucubrações produzidas na pesquisa, que foi adaptado para o âmbito da educação, pois se refere ao amor às mulheres, “[...] do grego philos, amigo + gyne, mulher”. Para a autora, um mundo filógino se refere ao despertar de olhares mais sensíveis sobre o feminino, que tem relação direta com a perspectiva feminista adotada aqui.

Esta tese foi construída baseada em teorias², por meio de movimentos intelectuais e expansões cognitivas, afetivas, culturais e científicas. Ela, ainda, foi produzida nas conversas regadas a café, suco *detox*, pensamentos na esteira da academia e inspirações cotidianas que acontecem durante as problematizações realizadas em sala de aula, como professora, ou durante as discussões do grupo de

¹ Feminismo é entendido como teoria em formação coletiva conforme os pressupostos de bell hooks (2015).

² Recorro a Tomaz Tadeu da Silva (2015, p. 11) para explicar teoria como “[...] uma representação, uma imagem, um reflexo, um signo de realidade que – cronologicamente, ontologicamente – a precede”.

pesquisa³, como estudante. A tese foi elaborada por meio do esmagamento do eu por um novo eu, que foi surgindo, ora de forma dolorosa, ora de forma entusiasmada, a cada leitura, *insight*, a cada palavra escrita e a cada esforço intelectual em apresentar algo plausível, cientificamente relevante, metodologicamente consistente, mas que me represente.

O problema é: **Como a relação entre professora e violência, noticiada na mídia, pode servir de base para uma Prática Pedagógica Filógena?** Esta questão motivadora foi inspirada pelas significações culturais acerca da docência feminina, as quais obtive por meio do jornalismo, consciente, portanto, da existência de privilégios como mulher branca, professora, cisgênera⁴, de classe média, que não experencia, por exemplo, os mecanismos de segregação racial e social, mas o reconhece. Entendo que minha condição de mulher não é única e não serve de referência para todas as outras, em razão de que as múltiplas formas de opressão se circunscrevem diante do gênero⁵, mas também da raça, da classe, da orientação sexual e da geração, apenas para, arbitrariamente, citar alguns exemplos (HOOKS, 2015; ANZALDÚA, 2000; BUTLER, 2016).

Foi formulada, ainda, ancorada nas experiências de sala de aula como professora do curso de Jornalismo e preocupada com a responsabilidade coletiva das teorias feministas que funcionam como um processo em formação e se afastam da ideologia burguesa que indica diferentes níveis de opressão às diferentes mulheres, por meio de uma cultura machista (HOOKS, 2015; DAVIS, 2016). A pesquisa se desenvolveu em dois eixos: uma análise das notícias⁶ do jornal paranaense **Gazeta do Povo** e em uma confecção de propostas de práticas pedagógicas para o curso de Jornalismo com base nas referidas notícias. Uma reflexão foi preponderante para a construção da tese: ser professora mulher⁷ não pode ser sintetizada apenas do modo como a **Gazeta** tem visibilizado. Não me via naquelas notícias, não me sentia representada.

³ Durante a construção da pesquisa, participei do Grupo de Estudo e Pesquisa em Psicopedagogia, Aprendizagem e Cultura (Gepac), da Universidade Estadual de Maringá.

⁴ Cisgênero corresponde às pessoas que se identificam com o gênero que lhe foi atribuído socialmente (JESUS, 2012).

⁵ O conceito de gênero adotado na tese refere-se às problematizações de Butler (2016, p. 42), que afirma: “[...] é uma complexidade cuja totalidade é permanentemente protelada, jamais plenamente exibida em qualquer conjuntura considerada”.

⁶ “Gênero jornalístico que consiste no levantamento de assuntos para contar uma história verdadeira, expor uma situação ou interpretar fatos” (LAGE, 2005, p. 61).

⁷ Os substantivos professora mulher são usados juntos por motivos políticos e culturais a fim de evidenciar que as personagens das notícias estão docentes e estão mulheres.

As notícias a que me refiro foram lidas no cotidiano e causaram desconfortos porque atrelavam o papel docente feminino aos atributos de maternidade, patriotismo, pureza e doçura, como compunha o “[...] imaginário da sociedade brasileira no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX” (ALMEIDA, 1998, p. 17). As ideias dos séculos passados ainda permeavam o jornalismo sobre a docência do século XXI e poderiam colaborar para a construção das práticas pedagógicas, comportamentos e modos de ser das professoras.

Problematizar as representações da professora na mídia é verificar – para quem sabe desestabilizar – a lógica hegemônica que designa papéis fixos às pessoas, mas também é uma forma de olhar os Estudos de Gênero, as Teorizações Feministas e os Estudos Culturais pela perspectiva da educação e da formação de professoras⁸. Não pretendo reforçar/narrar algo que já se sabe/discute, que a identidade da mulher na mídia é anunciada de forma reducionista (CRUZ, 2008; FRAGA, 2003; SABAT, 2003), associando-a aos papéis tradicionais de gênero ou aos atributos físicos que, supostamente e erroneamente, consideram valorizar o feminino.

Dedico-me a problematizar as visibilidades das mulheres com a finalidade de pensar a educação por, para e com elas, na tentativa de estabelecer caminhos pedagógicos menos sexistas⁹, misóginos¹⁰ e machistas¹¹. Quando não questiono a identidade da professora enunciada pela mídia é como se reforçasse (ao me calar) os estereótipos consolidados por esta(s) imagem (ns) (ESCOSTEGUY, 2010).

Ressalto que, conforme os pressupostos dos Estudos Culturais, não há, aqui, um modo ortodoxo de fazer pesquisa, pois o compromisso é de trabalhar “[...] com uma abordagem multidisciplinar ou interdisciplinar, contextual e situacional, para a análise da dinâmica cultural” (ESCOSTEGUY, 2014, p. 255). Neste sentido, inspirada na reconstrução de Elisabeth Badinter (1985) acerca do mito do amor materno, em que o sentimento de mãe não é uma condição feminina, mas uma aquisição, investi na ideia de compreender – para quem sabe (re)significar – a professora mulher exibida na mídia. Resignificar no sentido de problematizar as

⁸ Optei pela escrita no feminino por me inserir em um movimento político e porque a linguagem educa.

⁹ O sexismo é adotado neste texto como uma segregação negativa, que infere às mulheres valores e características deturpadas, inferiorizando-as (JESUS, 2013).

¹⁰ Ódio ou aversão à mulher (RAGO, 2001).

¹¹ Na perspectiva de Minayo (2005, p. 24), entendo machismo como o “[...] masculino como sujeito da sexualidade e o feminino como seu objeto é um valor de longa duração da cultura ocidental”.

múltiplas formas de ser professora mulher, bem como defender que a profissão feminina no magistério “[...] não deve ser confundida com *missão*, *vocação* ou *sacerdócio*”, mas pode se aproximar das lutas políticas pelos direitos das mulheres (ALMEIDA, 1998, p. 21, grifos da autora).

Antes de iniciar as problematizações, investiguei as publicações existentes na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Com as palavras-chave desta pesquisa, **professora mulher, jornalismo, gênero, Gazeta do Povo, violência e prática pedagógica filóloga**, não foram encontrados resultados. Realizei outras combinações que podem ser conferidas no quadro a seguir:

Quadro 1: Apresentação numérica da revisão de literatura no Banco de Teses e Dissertações da Capes e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações

Combinação de palavras-chave	Banco de teses e dissertações da Capes	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
Professora mulher e jornalismo	Não foram encontrados resultados	Não foram encontrados resultados
Professora mulher e gênero	119 (entre teses e dissertações)	11 (entre teses e dissertações)
Professora mulher e Gazeta do Povo	Não foram encontrados resultados	Não foram encontrados resultados
Professora mulher e Violência	1 (entre teses e dissertações)	8 (entre teses e dissertações)
Professora mulher e Prática Pedagógica Filóloga	Não foram encontrados resultados	Não foram encontrados resultados
Jornalismo e gênero	7 (entre teses e dissertações) ¹²	15 (entre teses e dissertações) ¹³
Jornalismo e Gazeta do Povo	2 (entre teses e dissertações)	4 (entre teses e dissertações)
Jornalismo e Prática Pedagógica Filóloga	Não foram encontrados resultados	Não foram encontrados resultados
Jornalismo e violência	15 (entre teses e dissertações)	53 (entre teses e dissertações)

¹² Este dado foi encontrado em uma busca manual, uma vez que as palavras gênero e jornalismo remetiam, também, ao gênero textual jornalístico. Com as palavras Gênero (textual) e Jornalismo foram encontradas, no total, 67 teses e dissertações.

¹³ Este dado foi encontrado em uma busca manual, uma vez que as palavras gênero e jornalismo remetiam, também, ao gênero jornalístico. Com as palavras Gênero (textual) e Jornalismo foram encontradas, no total, 226 teses e dissertações.

Gênero e Gazeta do Povo	Não foram encontrados resultados	1 (Não foram encontrados resultados) ¹⁴
Gênero e Violência	353 (entre teses e dissertações)	642 (entre teses e dissertações)
Gênero e Prática Pedagógica filógena	Não foram encontrados resultados	Não foram encontrados resultados
Gazeta do Povo e Violência	Não foram encontrados resultados	1 (entre teses e dissertações)
Gazeta do Povo e Prática Pedagógica Filógena	Não foram encontrados resultados	Não foram encontrados resultados
Violência e Prática Pedagógica Filógena	Não foram encontrados resultados	Não foram encontrados resultados

Fonte: Elaboração própria

Nessa revisão de literatura nos arquivos da Capes e da BDTD, encontrei pesquisas que contribuíram para minha investigação e constatei a originalidade da temática, uma vez que, nestes bancos, não constam estudos que versem sobre a professora mulher e violência no jornal **Gazeta do Povo**. Uma pesquisa que se aproxima da minha temática é a dissertação de mestrado intitulada *Representação da violência de gênero contra a mulher nos jornais de Cabo Verde: uma análise de conteúdo de A Semana, A Nação e Expresso das Ilhas* (FERNANDES, 2012), cuja pesquisa versa sobre a superficialidade do tratamento da imprensa acerca da violência contra a mulher. A cobertura jornalística não discute as agressões como problema social, nem contextualiza as personagens noticiadas, assim como percebi nas notícias da **Gazeta**¹⁵.

Embora o trabalho de Isis Cleide Fernandes (2012) se aproxime das problematizações aqui delineadas e contribua para a reflexão sobre o modo como a mulher é representada na mídia, a pesquisa não contempla a figura cultural da professora, o que ressalta a originalidade apresentada aqui e remete às discussões de Guacira Lopes Louro (2007, p. 238) sobre o inacabamento da atividade de pesquisa: “[...] a tarefa de conhecer é sempre incompleta [...]”. As próximas páginas revelam, gradativamente, a metodologia da pesquisa, a análise das notícias

¹⁴ Embora as palavras-chaves fossem gênero e jornalismo, o trabalho focava no gênero textual jornalismo.

¹⁵ Utilizo Gazeta como diminutivo do nome do jornal Gazeta do Povo em todo o texto.

relacionadas à revisão de literatura e a proposição da Prática Pedagógica Filógena, em que teorizo os modos de utilizar a filoginia nos processos pedagógicos.

1.1 Montando e desmontando percursos metodológicos

A pesquisa está delineada de modo qualitativo, porque registra fenômenos, mas também problematiza as causas, os contextos e os processos por meio da discussão dos pressupostos dos Estudos Culturais, das Teorizações Feministas e dos Estudos de Gênero (GIL, 2011; SEVERINO, 2007). Para problematizar as exposições da professora na mídia, examinei as notícias da **Gazeta do Povo** com o respaldo teórico de Shirley Steinberg (2015, p. 217), entre outras autoras, que defende uma abordagem interdisciplinar das discussões envolvendo cultura e representação de seres humanos, bem como elenca formas de analisar narrativas oficiais como as da mídia, em que é possível identificar “[...] quais dinâmicas ideológicas estão em ação”.

Para a autora, os textos estão sempre em movimento, são vivos, porque são construídos em determinados contextos e condizem com as circunstâncias em que estão inseridos. Nas palavras de Steinberg (2015, p. 218), “[o] importante quanto à análise literal de um texto é permitir que o texto se abra e apresente temas para o pesquisador [...]”, uma interação textual sustentada pelos dados que são suscetíveis à análise porque nem sempre falam por si mesmos.

Considere, ainda, que “[a]s notícias veiculadas pelos jornais cotidianos não poderiam ser interpretadas por um estudioso do contexto social na sua aparência mais imediata” (NUNES, 1998, p. 39). Por isso, foi desenvolvida uma análise documental do jornal **Gazeta do Povo**, considerando as discussões de Antônio Carlos Gil (2011) sobre as pesquisas em meios de comunicação, as quais precisam levar em conta que a notícia é produzida conforme as linhas editoriais e prazos da equipe de jornalismo, bem como revelam um recorte da realidade e não o seu retrato.

A **Gazeta** integra o Grupo Paranaense de Comunicação (GRPCOM) e compartilha dos mesmos pressupostos jornalísticos do jornal Tribuna do Paraná, do portal de notícias Paraná Online, das rádios 98 FM e Mundo Livre FM, bem como da Rede Paranaense de Televisão (RPC), afiliada da Rede Globo no estado, da unidade móvel HDView e dos projetos sociais realizados pelo Instituto GRPCOM. A

missão do GRPCOM é de “[p]romover, com a comunicação, o desenvolvimento da nossa terra e da nossa gente” (GRPCOM, 2015, s/p).

A **Gazeta** possui 94 anos¹⁶ de exercício do jornalismo no Paraná e, conforme informações disponibilizadas no *site* do Grupo, historicamente, o referido jornal tem buscado uma frequente aproximação com o público. As palavras anunciadas em sua apresentação são: “[u]m jornal que está sempre ao lado do seu povo expressando, além da informação, diferentes opiniões para que cada leitor forme seus próprios conceitos” (GRPCOM, 2015, s/p).

O jornal *online* não evidencia o perfil da leitora, uma estratégia jornalística para abranger diferentes pessoas com múltiplos posicionamentos políticos, geracional, de classe, sexos, gêneros, etnias, entre outras particularidades identitárias. O que remete às discussões de Stuart Hall (2003a) cuja análise verifica, na modernidade tardia, uma sociedade marcada pela diferença, em que há inúmeras posições de sujeito ao passo que a identidade se encontra em constante transformação, aberta às transformações. Logo, o sujeito pode ser, pensar e existir conforme as referências que possui, entre elas aquelas noticiadas pela **Gazeta**. Portanto, “[c]aberia destacar o jornal especializado que se dirige a um público especializado, mas esta não é a regra para os jornais cotidianos que contam com seções diversas atraindo uma gama de leitores com interesses dispersos” (NUNES, 1998, p. 41).

Examinando o *site* da **Gazeta** foi possível perceber um constante estímulo à participação das leitoras, diferentes pessoas que se sentem parte do meio de comunicação quando podem interagir com ele. A interação do sujeito, com o meio de comunicação, provoca um deslocamento do lugar da recepção, que não corresponde, exclusivamente, ao ato de receber, mas se dá como um espaço de ebulição, de negociação, de reflexão – e posicionamento – sobre o que foi emitido pela mídia (ACCORSI, 2014). Embora o público tenha a chance de problematizar o conteúdo midiático, ele não escolhe, diretamente, o que estampará o jornal, logo “[...] não se pode negar que o jornalista é, neste momento, detentor de um poder **quase** que soberano sobre o que noticiar” (NUNES, 1998, p. 42, grifos meus).

O autor alerta sobre os recortes da realidade oferecidos pela mídia: “o jornal nos diz *aquilo que nós devemos saber* e existe sempre o seu oposto, *aquilo que*

¹⁶ Informação encontrada em 2015 no *site* da Gazeta do Povo.

vocês não saberão” (NUNES, 1998, p. 43, grifos do autor). Para ilustrar a afirmação de Brasilmar Nunes (1998), as problematizações de Silvia Ramos e Anabela Paiva (2007) podem ser vistas como uma possibilidade. As autoras exibem os dados da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) que indicavam, em 2006, 14.719 casos de estupro no Rio de Janeiro. Em contrapartida, em oito jornais da cidade havia 593 notícias sobre violência, mas apenas uma sobre violência sexual. Os referidos números comprovam, naquele recorte temporal, a partir da perspectiva das autoras, que a mídia impressa não abrange os fatos da realidade completa, ela é um recorte que silencia os crimes sexuais.

Para tecer contribuições aos estudos que articulam gênero, docência e mídia, tríade teórica desse trabalho, o jornal **Gazeta do Povo** foi selecionado por dois motivos subjacentes: primeiro porque a construção da tese ocorre em uma universidade pública, paranaense, estadual, como o referido jornal, que possui a maior circulação diária no Estado. O segundo critério, o qual reforçou a escolha do objeto de pesquisa, se refere à sensação de desconforto frente às notícias que a **Gazeta** apresentava. As notícias associavam a professora mulher à violência, em que as narrativas jornalísticas costumavam classificar a professora ora como vítima, ora como executora de atos violentos. Em 2014, ano de ingresso no doutorado em Educação, na Universidade Estadual de Maringá, época em que me familiarizava com o objeto de pesquisa, encontrei, no *site* do jornal, por meio da ferramenta eletrônica de busca por palavra-chave, 14 notícias que exibiam na manchete a palavra professora, no feminino.

Entre os 14 textos jornalísticos encontrados, nove tratavam de violência¹⁷ contra a mulher professora. Não parei em 2014, fui buscando retroativamente outras notícias, nos anos anteriores, na tentativa de perceber se a relação entre professora e violência era uma constante no jornalismo na **Gazeta**. Foi então que percebi que, mesmo com a promulgação da Lei Maria da Penha¹⁸, as notícias que abarcavam violência eram a maioria no jornal de maior circulação no Paraná quando discursava sobre a professora. Percebi que havia, na **Gazeta do Povo**, uma articulação

¹⁷ O conceito de violência adotado nesta tese se refere à “[...] ruptura de diferentes tipos de integridade: física, sexual, emocional, moral” (SAFFIOTI, 2015, p. 79).

¹⁸ A lei 11.340/06 oferece mecanismos para prevenção e coerção da violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras prerrogativas que garantam a saúde, à cultura e a vida das mulheres brasileiras.

constante entre professora e violência e não pude ignorar esta representação da docência no jornalismo paranaense.

Refleti que “[a] mídia, de uma forma geral, ajuda no sentido de formar mentalidades, construir valores e narrar a realidade à sua maneira, interferindo na construção das identidades” (SCORALICK, 2009, p. 192). As formas de ser docente, explicitadas por autoras que compõem a revisão de literatura objetivam contrapor-se aos discursos apresentados pela mídia e que, de certo modo, regulam, instauram e fazem a manutenção das formas de construir sentidos sobre a docência. No caso da **Gazeta** construir sentidos que articulam violência ao professorado feminino.

O recorte temporal do *corpus* de análise é de janeiro de 2006 – ano em que a Lei Maria da Penha entrou em vigor – a dezembro de 2014, ano do ingresso no doutorado. Problematizo que a Lei tem relação com as notícias da Gazeta, pois em oito anos houve 40 notícias que levavam no título o substantivo “professora”, sendo 29 relacionadas à violência. Em outras palavras, as exibições dos modos de ser professora, para a **Gazeta do Povo**, demonstravam quão vulnerável à violência é a atividade docente feminina. Isso me estimulou a problematizar que a feminilidade¹⁹ da professora pode ser formada, sobretudo, pela violência. É como se o referido jornal anunciasse: ser professora mulher é viver violências. Sendo assim, a **hipótese** de pesquisa versa sobre a ideia de que a representação da professora ligada à violência serve de base para refletir sobre o machismo, o feminismo e as práticas pedagógicas filóginas.

Teoricamente, reconheço que há mais de uma perspectiva sobre violência que pode ser utilizada: a de Marilena Chauí (1985), que percebe a violência como processo que intenciona *dominar, explorar e oprimir*, transformando diferença em desigualdade; a de Maria Filomena Gregori (1993) cuja premissa discute a violência conjugal como uma produção da dominação masculina; a de Heleieth Saffioti (2015) que verifica as mulheres como sujeitos que cedem às violências masculinas por possuírem pouco ou nenhum poder. Para a realização desta pesquisa, foi utilizada a concepção discutida por Saffioti (2015) em que as mulheres não são cúmplices das agressões e só seriam se dispusessem de mais ou igual poder que os homens.

¹⁹ Conforme as problematizações de Beauvoir (1949, p. 153), “[a] feminilidade é uma ‘espécie’ contínua’ que afasta a mulher do ‘tipo ideal de raça’”. Culturalmente, é vista como fragilidade e está associada ao lar, à família, ao casamento.

Em perspectiva semelhante, a Lei Maria da Penha conceitua violência contra a mulher em cinco eixos, são eles: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral (LEI MARIA DA PENHA, 2006). Nos termos da Lei e em resumo, a violência física se refere às condutas que ferem a integridade e/ou saúde corporal; a psicológica se refere aos danos emocionais e de autoestima que ocorrem por meio de humilhação, perseguição, insulto, chantagem e exploração, apenas para citar alguns exemplos; a sexual cuja prática obriga a mulher a realizar “relação sexual não desejada”, bem como a impede de utilizar métodos contraceptivos, “[...] que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição [...]”; a violência patrimonial que subtraia da mulher objetos, trabalho, documentos, valores, bens, recursos e direitos econômicos; a moral que se refere diretamente à “[...] calúnia, difamação ou injúria” (LEI MARIA DA PENHA, 2006, s/p).

A violência contra a mulher é marcada pelo silêncio e a Lei Maria da Penha tem o objetivo de romper o silêncio das vítimas, iniciativa compartilhada por este trabalho de pesquisa, uma vez que, ao discutir a relação entre gênero, mídia e docência, no meio acadêmico, pretendo oferecer visibilidade, voz, vez, espaço e ênfase às questões de gênero na educação e no jornalismo. O intuito não foi de concluir movimentos, articulações e/ou inconsistências sobre o discurso jornalístico. Proponho-me a problematizar a construção da professora mulher histórica, cultural e socialmente, verificando que o jornal contribui com a formação das identidades²⁰ femininas e pode atribuir às mulheres a característica de violentadas.

O jornal pode, ainda, colaborar com a construção do imaginário²¹ sobre a professora, articulando-a à violência. Aos poucos, enquanto professoras, pode ocorrer a interpelação das notícias pelas leitoras ao ponto de considerar que a violência é inerente à professora.

Precisamos, enfim, nos voltar para práticas que desestabilizem e desconstruam a naturalidade, a universalidade e a unidade do centro e que reafirmem o caráter construído, movente e plural de todas as posições. É possível, então, que a história, o movimento e as mudanças nos pareçam menos ameaçadores (LOURO, 2003, p. 51).

²⁰ A identidade é uma construção que ocorre pelos “[...] processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. [...] Ela permanece sempre incompleta, está sempre "em processo", sempre "sendo formada" (HALL, 2003a, p. 10).

²¹ Rago (2001, p. 65) explica a existência de um “[...] mecanismo de naturalização e de cristalização das práticas sociais, que implica sua deshistoricização [...]” e compõe o que a autora chama de “imaginário misógino”.

Com o intuito de desnaturalizar o jornalismo que atrela professora e violência, construí a tabela abaixo para ilustrar que, mesmo com o marco legal da Lei Maria da Penha, cuja ação garantiria, teoricamente, a segurança e a possibilidade de denúncia de mulheres brasileiras que sofrem violência, as notícias que associavam docência feminina e violência não diminuíram. Não foi identificada, inclusive, uma linearidade na cobertura do jornal.

Quadro 2: Apresentação numérica das notícias analisadas

ANO	TOTAL DE NOTÍCIAS	COBERTURAS SOBRE VIOLÊNCIA	OUTRAS COBERTURAS
2014	13	9	4
2013	5	2	3
2012	11	11	0
2011	1	0	1
2010	2	1	1
2009	2	0	2
2008	3	3	0
2007	1	1	0
2006	2	2	0
TOTAL	40	29	11

Fonte: Elaboração própria

O primeiro levantamento dos dados, o primeiro contato com as notícias, foi associado ao questionamento de Ruth Sabat (2003a, p.95): “[a] pergunta não é quem somos? Mas sim, como somos representadas?”, que inspirou **o objetivo geral** da pesquisa de propor práticas pedagógicas filológicas com base na análise das notícias sobre violência da professora mulher publicadas no jornal Gazeta do Povo entre 2006 e 2014. Para alcançar o objetivo foram analisadas as notícias que apresentam, no título, o substantivo professora e discorram sobre violência.

Vi que a docência feminina e a violência estão articuladas no referido jornal e, por isso, a partir das notícias que vinculam as duas temáticas, encontrei outros significados circulantes, os utilizei como elementos para problematizar outras possibilidades de ser professora na segunda década do século XXI. A representação da professora como violentada ou violenta pode servir de base para discussões pedagógicas que ampliem os significados acerca do seu papel, da sua identidade e de seu trabalho docente.

Escolhi professora e não professor porque as mulheres são 81,3% do professorado brasileiro. Compreender como o jornal com maior circulação do Paraná se posiciona em relação à identidade da professora mulher, mesmo depois do surgimento da Lei Maria da Penha, é entender como sou representada na mídia, mas também problematizar os significados que cercam a profissão docente (ROSSETTI, 2007). Ainda sob a mesma ótica, Bernardete Gatti (2010) reverbera que os cursos de pedagogia são predominantemente compostos por mulheres, ocorre “[...] uma feminização da docência: 75,4% dos licenciandos são mulheres, e este não é fenômeno recente”. A autora explica que, desde a origem das Escolas Normais, no final do século XIX, as mulheres foram recrutadas para a educação. Sendo assim, intenciono utilizar a professora mulher na mídia como identidade para a formação de professoras, porque entendo que gênero é uma construção histórica, social e cultural, que possui diversos atravessamentos, os quais podem ser de cunho religioso, cultural, rural, urbano, que são passíveis de serem (re)pensados, problematizados e desestabilizados (LOURO, 2013a; GOELLNER, 2003; SABAT, 2003).

Docência e violência não precisam operar como verdades, como máximas e constantes, no jornalismo e na formação de professoras. E, por esse motivo, depois da análise dos significados apresentados nas notícias da **Gazeta**, proponho possíveis formas de praticar a docência, que fujam de estereótipos²² que subjagam a profissão e inferiorizam o gênero feminino no jornalismo, na sala de aula, nas múltiplas esferas sociais. Por outro lado, não pude deixar de investigar, no *site* da **Gazeta do Povo**, o modo como o veículo anunciava o professor, no masculino, mesmo que essa ótica não fosse o enfoque principal. Problematizei a fim de refletir sobre o posicionamento político do jornal em questão e foi perceptível que professor, como descritor ou palavra-chave, é anunciado como sinônimo da classe do professorado, substantivo que inclui homens e mulheres, entretanto, é visibilizado como protagonista de protestos pelos reajustes salariais e das conquistas pedagógicas frente à realidade da educação.

Se a problematização epistemológica apresentada aqui compreendesse, exclusivamente, o substantivo professor como objeto de análise, estaria propagando o conceito de masculinidade hegemônica, discutido por Robert Connell e James

²² Entendo estereótipo como “[...] fórmulas simplificadas pelas quais certos grupos culturais e sociais são descritos” (SILVA, 2010, p. 50).

Messerschmidt (2013), cuja crítica envolve a exclusão da democracia de gênero. Ao utilizar o masculino como unívoco de professora, valorizaria e naturalizaria a identidade sexolinguística do homem e não oportunizaria a discussão acerca da equidade linguística, que equilibra o lugar, o papel e o anunciado dos gêneros. Portanto, a identidade sexolinguística do sujeito é formada a partir do masculino, cuja prática ocasiona o androcentrismo cultural (MORENO, 1999).

A escolha política e conceitual por escrever no feminino é uma tentativa de subverter uma [antiga] escrita acadêmica, que trata os sujeitos, exclusivamente, no masculino. Desse modo, mesmo que minimamente, e diante de possíveis desconfortos, almejo equilibrar a discrepância histórica no uso de terminologias femininas. Portanto, volto às discussões sobre mídia, docência e gênero para a linha de pesquisa em ensino, aprendizagem e formação de professoras e articulo rigor acadêmico com minhas referências políticas.

“Este tipo de investigação mostra que as questões de gênero têm implicações que não são apenas epistemológicas: elas têm a ver com problemas e preocupações que são vitais para o mundo e a época em que vivemos” (SILVA, 2015, p. 96). Na perspectiva dos Estudos Culturais, valido as teorias como partes de um “[...] processo circular: ela descreve como uma descoberta algo que ela própria criou” (SILVA, 2015, p. 12). As teorias possuem funções determinantes e ativas nos trabalhos científicos, em que são utilizadas porque validam pontos de vistas, ao mesmo tempo em que demonstram como pensam as autoras que as utilizaram.

Vale ressaltar que as funções determinantes das teorias não encerram os assuntos, não concluem os debates, pelo contrário, nesta perspectiva, adotada de ciência, proponho o repensar da rigidez e da fixidez dos significados e considero, como parte de uma pesquisa de doutorado, as dúvidas, a provisoriedade e as incertezas. “A questão não é, pois, a de saber se algo é verdadeiro, mas, sim, de saber por que esse algo se *tornou* verdadeiro” (SILVA, 2015, p. 123, grifo do autor). Reconhecer que não opero com a verdade é entender que o momento, o objeto de pesquisa e as problematizações estão situadas em determinados contextos de tempo e espaço e por isso dispensam a pretensão de fixidez, mas podem ser estudados a fim de (re)pensar as máximas e os estereótipos que permeiam nossas vidas (SILVA, 2015; LOURO, 2007).

Metodologicamente concordo que a verdade é plural, limitada e provisória, portanto “[u]ma boa estratégia talvez seja contrapor, explicitamente, diferentes

posições, apontar seu nexos, articulações e afastamentos, indicando com acuidade e precisão onde ou em que reside a diversidade” (LOURO, 2007, p. 241). Outro ponto a ser considerado é que escrevo inserida em uma sociedade do consumo²³ machista, em que as identidades culturais são construídas por discursos que permeiam as múltiplas esferas a que os sujeitos têm acesso. Neste sentido, quando me disponho a ler criticamente um texto midiático realizo o que Douglas Kellner (2001, p. 83) definiu como o aprender “[...] a perceber o modo como a cultura da mídia transmite opressões repressivas de classe, raça, sexo, sexualidade, etc. capazes de influenciar pensamentos e comportamentos [...]”. Embora evite utilizar o verbo *influenciar*, porque, como já afirmado anteriormente, a recepção é um espaço de negociação, as discussões do autor colaboram para o abandono de vieses ingênuos, os quais não discutem a desvalorização feminina no século XXI que podem aparecer nos discursos midiáticos. Para isso, é indispensável problematizar as assimetrias contidas nas palavras, no vocabulário, nos textos jornalísticos quando anunciam o feminino na docência.

Para discutir gênero, docência e mídia, procuro desnaturalizar os modos de ser docente exibidos na **Gazeta do Povo** e utilizo como método de análise o processo de Codificação e Decodificação, de Stuart Hall (2003), em que as palavras escolhidas para falar, para escrever, como partes do vocabulário, carregam as impressões, os pontos de vista e o arcabouço cultural de quem produz e, ainda, podem servir de referência para quem lê, ouve e assiste.

Os textos e os discursos não são totalmente abertos, neutros e imparciais, porque além de carregar parte de quem produz, carregam, ainda, as relações de poder existentes nas culturas. “Logo, sempre existirão discursos na sociedade que são os meios pelos quais as pessoas tornam significativo o mundo, dão sentido ao mundo. Isso nunca pára” (HALL, 2003, p. 342). Minhas elucubrações não possuem a pretensão de esgotar o assunto e nem apresentar um método cheio de regras e passo a passo, porque o processo de Codificação e Decodificação, nos estudos midiáticos, difunde que a produção e o consumo de informação ocorrem em tempos e espaços distintos, trata-se de um processo longo, segmentado, mas articulado em um sentido absolutamente global (HALL, 2003).

²³ Conforme Kellner (2001), a sociedade do consumo propicia o afrouxamento dos laços institucionais e, ainda, promove o consumo de ideias, comportamentos e objetos anunciados pela cultura da mídia.

O autor escreve sobre uma leitura preferencial oferecida pela mídia, que oferece à leitora da mensagem um mundo de significação e, por esse motivo, é que ocorre a comunicação, porque há a compreensão das significações expostas, bem como há a possibilidade de ressignificação.

Leitura preferencial é simplesmente um modo de dizer que, se você detém o controle dos aparatos de significação do mundo e do controle dos meios de comunicação, então você escreve os textos – **até certo ponto**, a leitura preferencial tem uma forma determinante (HALL, 2003, p. 345, grifos meus).

A referida leitura determina o modo como pode ocorrer a compreensão, é como se nos dissesse *leia-me desta forma*. São formas sedutoras de convidar o sujeito a ler conforme os pressupostos culturais, políticos e sociais de quem escreveu. A fala, assim como a escrita, é uma produção de sentido e criar a mensagem não é algo transparente. Nesta perspectiva, Codificação e Decodificação são tidas como ações diferentes, as quais ocorrem em momentos isolados, mas se relacionam e se conectam porque estão, diretamente, associadas (HALL, 2003).

A produção de significados, “[o] momento da codificação não surge do nada”, pois, no âmbito jornalístico, uma repórter capta as significações que estão ao seu redor para, depois, ressignificá-las quando reporta ao público um episódio. No entanto, não ocultamos, nem ignoramos a decodificação, uma vez que “[...] o que a mídia capta já é um universo discursivo” e o público **pode estar** em desvantagem nas posições de poder se comparado aos produtores de informação (HALL, 2003, p. 343, grifos meus).

Neste sentido, a leitura preferencial é dada por aquelas que detêm o poder de significar o mundo. As decodificações, que originam destas significações da leitura preferencial, ocorrem ancoradas na codificação de alguém que produziu a mensagem. Por isso, é possível que as pessoas sejam interpeladas pelos discursos sobre professora e violência, porque há, nas notícias elencadas aqui, vocabulário, linguagem e articulações discursivas que dão como prontas as impressões sobre o mundo. Ressalto, mais uma vez, que o lugar da recepção das mensagens, em que ocorrem as decodificações, não é, necessariamente, passivo, visto que os significados não são fixos e podem ser negociados, refletidos e desnaturalizados conforme o repertório cultural de quem os lê.

A leitura preferencial é “[...] apenas o exercício do poder na **tentativa** de hegemonizar a leitura da audiência” (HALL, 2003, p. 346, grifo meu). Entretanto, a produção não é estritamente dominante. A mídia dá espaço a um variado tipo de informações e pode servir de canal para amplificar a voz de minorias culturais²⁴, caracterizando-se, assim, como promotora de uma cultura de oposição. A Codificação não é um espaço uniforme e homogêneo, mas pode servir de ponto de partida para as pessoas conhecerem o mundo, para decodificarem, analisarem e negociarem com as informações obtidas. Estudar a Codificação e Decodificação é compreender os múltiplos desdobramentos possíveis de um texto, em que dizer algo é desmontar algo.

Desmontar algo é entender que existem múltiplas formas de ver uma mensagem midiática. Na perspectiva do processo de Codificação e Decodificação, identifiquei, com a colaboração teórica dos textos de Ana Carolina Escosteguy (2010) e Hall (2003), três posições culturais para ler a mídia e as utilizo para analisar as notícias da **Gazeta do Povo**. Para discuti-las, parto do pressuposto de que os significados não são fixos, como já afirmei anteriormente. A Decodificação é um espaço de movimento, rupturas e reflexões. Sendo assim, existe a possibilidade de ler um texto e uma imagem questionando-as, refletindo sobre seu teor e sobre a cultura que permeia as palavras, o vocabulário, as afirmações e os enfoques jornalísticos.

Ao examinar, atenciosamente, o discurso jornalístico, entendo os modos de Codificação da mensagem, o conteúdo e a forma que as produtoras objetivaram emitir. Quando verifico a leitura preferencial da emissora, compreendo a mensagem, mas também vislumbro as tentativas do poder de fixar os significados. Intitulei este modo de ver os textos, imagens e símbolos como **primeira leitura**. Para Escosteguy (2010), esta posição de leitura é intitulada de *dominante* porque quando veiculado pela mídia, o discurso intenciona estabelecer valores, ideais, comportamentos e compreensões acerca do que é explicitado. Na perspectiva de Hall (2003), é possível dar continuidade a este processo de Decodificação, vendo pelo avesso, ao contrário do que deseja a mídia.

²⁴ Minorias culturais são as pessoas que possuem pouca ou nenhuma voz ativa na sociedade, na política, na cultura. Referem-se às mulheres, as lesbianas, as pessoas com deficiência, as idosas, as ribeirinhas, para citar alguns exemplos. Na seção seguinte, há uma problematização sobre o assunto (SANTOMÉ, 2011).

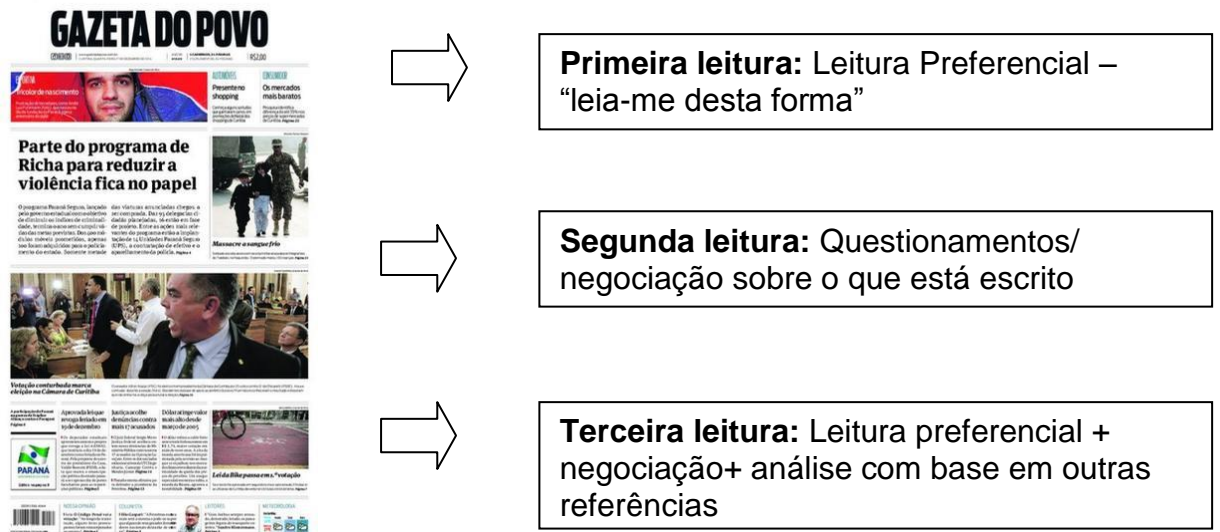
Em seguida, existe o oposto disso, uma leitura sistemática do ponto de vista oposicionista, que pode ou não entender o sentido que foi preferido na construção, mas via de regra retira do mesmo texto exatamente o oposto – entende, por exemplo, o exercício da lei e da ordem como um exercício de opressão, ou de resistência; olha as mesmas figuras e vê o outro lado delas (HALL, 2003, p. 349).

Esta forma de ver as notícias, opondo-se às narrativas textuais apresentadas pela mídia, propõe uma negociação com o discurso difundido, denominada, aqui, de **segunda leitura** (HALL, 2003; ESCOSTEGUY, 2010). Ressalto que as mensagens não são suficientemente transparentes para nos permitir vê-las de um ou outro modo apenas, pois o processo de Codificação e Decodificação se refere a um modo aberto, cuja premissa defende que a Decodificação pode ser contrária à Codificação, podem, inclusive, não dialogar do mesmo modo que podem ser passíveis de serem negociadas.

A **terceira leitura** ocorre quando vislumbro a leitura de preferência de quem escreveu a mensagem e, ainda, despejo olhares críticos, analisando a *contrapelo*, verificando a multiplicidade de informações presentes nas mídias, eis a terceira forma de analisar uma mensagem (HALL, 2003). Esta posição de leitura, que ora entende as intenções da produtora da mensagem e ora reflete e discute o que está posto, é aquela que Escosteguy (2010, p. 151) descreveu como “[...] uma posição de ‘oposição’, quando o receptor entende a proposta dominante da mensagem mas a interpreta segundo uma estrutura de referência alternativa”.

Versar sobre diferentes campos do saber, discutindo teorias, é exercitar a **terceira leitura** do viés que construí baseada em Hall (2003). Como os significados não são estáveis, eles podem ser lidos conforme deseja o veículo de comunicação e/ou podem ser entendidos conforme o repertório cultural, político e social do sujeito que lê. No desenvolvimento da análise, utilizo esta forma cultural de ler as mensagens midiáticas e foco no texto das notícias. Em outras palavras, embora reconheça que existam outras duas formas de ler a mídia, na análise dos dados da pesquisa, utilizo a **terceira leitura** para demonstrar que o conteúdo midiático não é uma via de mão única, pois podem ocorrer negociações, críticas e reflexões das leitoras sobre o que é exibido pela mídia, bem como entendo que a **terceira leitura** compila as outras duas anteriores. A metodologia utilizada por ser ilustrada conforme o esquema a seguir:

Figura 1: Resumo do método de análise



Fonte: Elaboração própria

Para utilizar a **terceira leitura**, perpassei pelas duas outras, mas ressalto que o enfoque dado, na análise, corresponde à **terceira leitura**, aos significados que ela me permite ver, cujo teor será apresentado no capítulo seguinte. “Nessa perspectiva não cabe perguntar se uma representação ‘corresponde’ ou não ao ‘real’, mas, ao invés disso, como as representações produzem sentidos, quais seus efeitos sobre os sujeitos, como elas constroem o ‘real’” (LOURO, 2014, p. 103, grifos da autora).

Para entender como a professora é significada no jornalismo paranaense, analisei, em um primeiro momento, **29 notícias** conforme ordem cronológica, pelas suas datas de veiculações, de 2006 a 2014. A cada ano, conforme cada enunciado, sobre ser professora, elenquei – e discuti – os significados possíveis que me ofereceram subsídios para refletir acerca da identidade docente na mídia. As notícias analisadas nesta tese – e que são nossos pontos de ebulição de reflexões – estão expostas no quadro a seguir:

Quadro 3: Apresentação das manchetes das notícias analisadas

Ordem	Data	Manchete
1	05/06/2006	Professora é assassinada brutalmente pelo próprio filho
2	24/08/2006	Após ameaça, professora municipal sofre atentado
3	19/07/2007	Professora que dava aulas em Curitiba está entre as vítimas do acidente da TAM

4	11/12/2008	Professora é assassinada dentro de escola em Almirante Tamandaré
5	11/12/2008	Ex-marido é suspeito de matar professora em escola de Almirante Tamandaré
6	12/12/2008	Professora morta em pátio de escola é enterrada
7	12/07/2010	Corpo de professora de psicologia é encontrado enterrado no balneário de Shangri-lá
8	28/03/2012	Em anúncio, aluno pede desculpas para professora
9	02/05/2012	Acidente grave mata professora na BR-376, próximo à região de Ponta Grossa
10	03/05/2012	Alunas de Pedagogia da UFPR denunciam professora por racismo
11	09/08/2012	Justiça recebe denúncia contra professora por injúria racial
12	20/08/2012	Polícia investiga morte de professora por queimadura em Curitiba
13	12/09/2012	Professora baleada em sala de aula passa bem após cirurgia
14	01/11/2012	Professora é indiciada como mandante do assassinato de Amanda Rossi
15	08/11/2012	Presos suspeitos de matar professora no Boa Vista
16	09/11/2012	Carro usado na fuga de suspeitos de matar professora no Boa Vista é apreendido
17	14/11/2012	Adolescente se entrega e confessa que matou professora no Boa Vista
18	10/12/2012	Acusado de matar professora é solto por engano
19	25/11/2013	Suspeito de matar professora é preso um ano após ser solto por engano
20	22/12/2013	Professora de Direito da PUCPR está entre as vítimas de acidente na Régis
21	11/02/2014	Professora da UFPR é morta a facadas pelo filho em Matinhos
22	11/02/2014	Morte de professora da UFPR deixa comunidade acadêmica de luto
23	21/08/2014	Professora é atingida por pedra em sala de aula, na CIC
24	04/09/2014	Professora é esfaqueada durante aula em Piraquara
25	04/09/2014	Aluno de 14 anos esfaqueia a professora
26	05/09/2014	Jovem mudou hábitos em sala de aula para agredir professora, diz delegado
27	06/09/2014	Professora esfaqueada em Piraquara recebe alta
28	07/11/2014	Em Salvador, alunos dão biscoito envenenado a professora
29	07/12/2014	Professora universitária é morta com a mãe em São Carlos

Fonte: Elaboração própria

Quando já dispunha dos dados organizados e analisados cronologicamente, conforme o quadro 3, foi perceptível que as notícias possuíam constantes, compartilhavam de premissas regulatórias ao anunciar as professoras. Portanto, as reuni em categorias conforme as codificações que elas apresentavam, conforme as marcas culturais encontradas em cada uma delas. As categorias em que as notícias foram aglomeradas são: Faceta docente, faceta materna; Lugar específico para ela e não é a rua; Acidentes não devem acontecer; A Violência contra a mulher toma corpo: o seu; Coadjuvantes de suas próprias histórias; A culpa é dela!; A ela, o ódio.

As referidas categorias são problematizadas na seção seguinte intitulada **Negociações sobre a professora mulher na Gazeta do Povo**, em que aplico a **terceira leitura** baseada nos pressupostos de Hall (2003). Posteriormente, estão apresentadas as possibilidades de trabalhar, em sala de aula, autoras, ideias e pedagogias em uma perspectiva filógina, seção intitulada de **A professora mulher e os embates culturais da Prática Pedagógica Filógina**. Nesta seção, foram articuladas referências teóricas feministas aos dados coletados no capítulo de negociação com as notícias, que podem servir de exemplo para as professoras que desejam repensar e desestabilizar a hegemonia masculina na sala de aula.

2 NEGOCIAÇÕES SOBRE A PROFESSORA MULHER NA GAZETA DO POVO

Observando a imprensa, a televisão e o cinema, a propaganda e a moda, as igrejas, os regulamentos jurídicos e educacionais, perceberemos que todos lançam mão, dentro de suas formas específicas de discurso, de diferentes códigos, símbolos e recursos no processo de constituição dos sujeitos (LOURO, 2014, p. 104).

O excerto de Louro (2014) tem relação com a análise sobre a **Gazeta** apresentada nesta seção, pois o referido jornal exibe a constituição das professoras realizada midiaticamente, mas que pode perpassar os imaginários, modos de ser, estar e existir no mundo das receptoras. A pesquisa foi tecida entre os anos de 2014 e 2018 do século XXI, na cidade de Maringá, no Paraná, no Brasil. Um momento histórico, cultural e político conturbado se levamos em conta o cenário da educação, o lugar em que escrevo. Um fato noticiado amplamente pela **Gazeta do Povo**, entre outros meios de comunicação, marca o momento vivenciado e serve de ponto de partida para as discussões apresentadas nesta seção.

Refiro-me ao episódio de 29 de abril de 2015. Paranaenses não esquecerão, tão facilmente, deste dia, pois na referida data, policiais reprimiram violentamente as servidoras públicas estaduais em frente ao Palácio Iguazu e da Assembleia Legislativa, em Curitiba, capital do estado. As trabalhadoras da educação estavam reunidas, em greve, para discutir, com o Governo do Estado, o pagamento de salários atrasados, terço de férias e a retirada do fundo Paraná Previdência, entre outros direitos que não seriam mais garantidos.

A cobertura da **Gazeta do Povo**, via site, foi em tempo real, os ataques contra as servidoras, permeados por bombas de efeito moral, jatos de água e *spray* de pimenta, foram narrados na página do *site* do jornal. O episódio pode ser resumido em: notícias, truculência e pessoas feridas (GAZETA, 2015). Enquanto nacionalmente pouco se via sobre o assunto, no Paraná, a **Gazeta do Povo** oscilava entre apoiar as servidoras e dar voz ao governo estadual.

Por voz não me refiro apenas à voz em sentido literal – o som produzido pelas cordas vocais nos ouvidos dos outros –, mas a capacidade de se posicionar, de participar, de ser experimentado como uma pessoa livre com direitos. [...] A ideia de voz ampliada

para a ação abrange amplos setores de poder e falta de poder (SOLNIT, 2017, p. 31).

Assim funcionam os meios de comunicação no Brasil, ora dando voz e vez às minorias, ora reforçando o discurso de poder da maioria. Entendo este binômio como a minoria composta por aquelas que possuem marcas culturais – ou físicas – desvalorizadas culturalmente, enquanto a maioria pode ser compreendida como o grupo de pessoas que detêm poder (de fala e aquisitivo) e *status* social (ROSO, STREY, GUARESCHI, BUENO, 2002; SCORALICK, 2009; SANTOMÉ, 2011; SEFFNER, 2015).

O jornalismo está inserido em um universo heterogêneo e apresenta oportunidades de leitura da realidade quando noticia pessoas, episódios e coisas, quando anuncia o enquadramento da cena que estampa o noticiário. “[L]emos muitas coisas em que pessoas como nós são descartáveis ou são escória, ou ficam em silêncio, são ausentes ou indignas, e isso influi em nós” (SOLNIT, 2017, p 172). Por meio do jornalismo, é possível ter a sensação de fazer parte da realidade, de experimentar o presente, de manter-se atenta ao futuro ao mesmo tempo em que se revive o passado.

Não é possível tratar de jornalismo no singular, pois há inúmeras maneiras de trabalhar com este campo do conhecimento, para esta pesquisa, o conceito adotado de jornalismo está ancorado em Murilo Soares (2007) em que os relatos dos acontecimentos somados às narrativas de testemunhas sobre os fatos dão vida ao jornalismo. Soares (2007) elenca três gêneros midiáticos: a ficção²⁵, a publicidade²⁶ e o jornalismo, este último para o autor se constitui de informações selecionadas que reproduzem as perspectivas da empresa – e da repórter – sobre uma situação. Neste sentido, Nelson Traquina (2012) analisa que, desde 1828 e advindo da Inglaterra, o jornalismo tem sido considerado o *Quarto Poder*, uma referência ao clero, à nobreza e ao povo.

Em uma ótica contemporânea, o autor explica que o jornalismo continua como *Quarto Poder* porque acompanha o poder executivo, o legislativo e o judiciário, visto que tem força, espaço e credibilidade para ditar regras e apurar seu cumprimento. Neste sentido, seria um poder que controlaria outro poder e, por isso mesmo, pode funcionar, quando for conveniente, para sua manutenção ou, em contrapartida,

²⁵ Trabalha com o imaginário por meio da fabulação (SOARES, 2007).

²⁶ Tem o objetivo de despertar o desejo de consumo de bens (SOARES, 2007).

como contrapoder. Nas próximas páginas, é possível verificar como o jornalismo é realizado pela **Gazeta**.

2.1 Faceta docente, faceta materna

Nesta categoria constam as notícias 1, 15, 16, 17, 18, 19 e 22 porque atrelam a identidade docente à maternidade. Na **notícia 1**, sob o título *Professora é assassinada brutalmente pelo próprio filho*, de cinco de junho de 2006, o repórter, Karlos Kohlbach, anuncia, por meio da fala do delegado do caso, que a vítima, Maria Célia dos Santos, de 48 anos, “[...] já tinha dado queixa, por duas vezes, que o filho ameaçava ela de morte” (GAZETA, 2006, s/p). Neste trecho, é possível indagar: como o delegado é capaz de afirmar isso – e o repórter perder a oportunidade de problematizar? Para que existem as queixas/denúncias se não servem para preservar a integridade física da mulher? (GERALDES, 1998).

As entidades feministas dos anos 80, como o SOS-Mulher de São Paulo, discutidas por Maria Filomena Gregori (1993), não funcionavam exclusivamente como espaço de acolhida psicológica e terapêutica de mulheres em situação de violência, mas trabalhavam pela conscientização das vítimas de que atributos como maternidade, emotividade e fragilidade não precisam ser, estritamente, femininas. O processo de conscientização da vítima poderia ter dado à professora, personagem da **notícia 1**, uma oportunidade de pensar que as queixas emitidas na delegacia não seriam suficientes para preservar sua vida e que se afastar fisicamente e emocionalmente do filho violento seria uma das formas de evitar fatalidades.

Ocorre que *abandonar* um filho é um ato condenável sob a ótica da sociedade machista, impensável à regra do amor materno. Os casos de abandono servem para evidenciar, à sociedade, a falta de particularidades femininas daquela mulher. Sem seus atributos de feminilidade como doçura, paciência e abnegação, que espécie de mulher seria essa? Quais processos culturais ela estaria envolvida? Badinter (1985, p. 15) pontua que

[a] cultura não passa de um epifenômeno. Aos seus olhos, a maternidade e o amor que a acompanha estariam inscritos desde toda a eternidade na natureza feminina. Deste ponto de vista, uma mulher é feita para ser mãe, e mais, uma boa mãe. Toda exceção à norma será necessariamente analisada em termos de exceções patológicas. A mãe indiferente é um desafio lançado à natureza, a anormal por excelência.

Neste sentido, a cultura está estritamente associada às relações de poder, é tida como produções, criações, as quais estão em constante movimento. A cultura acerca da maternidade se move, mas não se distancia da premissa de que *boas mães* se dedicam integralmente – até colocam suas vidas em risco – em prol das filhas. Nas palavras de Tomaz Tadeu da Silva (2010, p. 19), “[a] cultura é, sobretudo, atividade, ação, experiência”. O modo de pensar a cultura está relacionado ao processo de produção e recepção do jornalismo, uma vez que os enunciados, as notícias, as coberturas expressam determinadas realidades, mas também vinculam valores, opiniões, escolhas, sentidos e significados à mensagem, funcionando como promotoras culturais sobre a realidade.

O jornalismo exibido na **notícia 1**, portanto, exalta a maternidade benevolente, que respeitou os pressupostos culturais em que a professora mulher estava inserida, e pela agressão do *próprio filho*, a **Gazeta** significa que, mesmo mãe dedicada, ela não obteve sucesso, ela falhou. O jornalismo, como uma produção cultural, intercede na cultura do público, porque embora não seja recebido passivamente pelas pessoas, exhibe recortes da realidade, os quais podem deturpar, degradar e turvar significados sociais do mesmo modo que pode hierarquizar condutas, sujeitos, opiniões e relações de poder (TRAQUINA, 2012).

Sendo assim, não há imparcialidade no jornalismo porque quando nomeia ou anuncia um fato, ele o transforma conforme suas perspectivas culturais, políticas, sociais e econômicas diante do mundo. Assim, não é possível tratar como mera coincidência o fato de a **Gazeta** articular a docência feminina à violência, nem a relação criada entre mulher e maternidade **na notícia 1**, visto que a imparcialidade jornalística é um mito.

Quando Alex Fraga (2003) analisou uma reportagem da revista *Veja*, de agosto de 2001, percebeu que o veículo de comunicação reforçou o discurso da norma cultural formada pelo homem branco, heterossexual, jovem, atlético e bem sucedido por meio de suas articulações discursivas. “O masculino se constitui como condição primeira, que subordina o feminino em uma relação hierárquica” (FRAGA, 2003, p. 102).

A inferiorização do feminino também pode ser verificada na **Gazeta** quando ocorre a articulação entre violência e professora mulher e não entre violência e professorado, cuja abrangência se estenderia aos homens e às mulheres. Lia

Machado (1998, p.102) analisa que “[a]o menos impressiona a altíssima representação masculina na posição de acusados e também alta representação na de vítimas” (MACHADO, 1998, p. 102). Entretanto, a cobertura da **Gazeta** revela que se mata mais no masculino e se morre mais no feminino, pelo menos quando a vítima de violência é a professora.

Sendo assim, a **Gazeta** associa mulheres à violência e homens ao sucesso da educação e aos movimentos de luta pela qualidade do ensino no estado. Polarizando o feminino em um âmbito negativo e o masculino em outro, positivo, assim como Fraga (2003) analisou na revista *Veja*. É possível entender a polarização produzida pelo jornal, em que as mulheres estão em uma zona perigosa, as páginas policiais, e os homens em espaços de prestígio como as editorias²⁷ de cidadania e cidades.

A **Gazeta** concorda com Machado (1998) no seguinte aspecto: os acusados de violentar mulheres – neste caso as professoras – são, predominantemente, homens. Das 29 notícias analisadas, 21 apontam como mandantes, suspeitos ou acusados os filhos, maridos, ex-namorados, entre outros homens. As referidas notícias podem ser vistas pelo prisma da denúncia da violência contra a mulher, bem como pela ótica de que ao associar a professora mulher à violência, o próprio jornal seria violento porque cria – e divulga – pontos de interesse que interpelam o imaginário em que ser mulher e professora é estar próxima de violências (MACHADO, 1998).

Ao ver-se representada na mídia, ela pode se apropriar das características apresentadas para a construção de sua identidade.

Os sujeitos, ao serem representados na mídia, têm suas identidades construídas discursivamente, pois a representação é uma “prática significativa” e, conseqüentemente, “os meios de comunicação são agentes significantes”, ou seja, através de seus discursos, “fazem as coisas [e as pessoas] significar” (SANTOS, 2009, p. 07, grifos do autor).

Sendo assim, os significados que são emitidos nas mais diferentes esferas que temos acesso podem advir da mídia, do jornalismo e das notícias e não param por aí, porque mais do que significados adquiridos, são ingredientes que contribuem

²⁷ Nos jornais on-line, consistem em separações de informação em homepages. “A organização do site em estruturas lógicas compreensíveis é fundamental para que o visitante não se perca” (VIANA, 2001, p. 44).

com a receita da vida que se leva. No caso da professora da **notícia 1**, a receita da vida foi a maternidade falha que a levou à violência.

No terceiro parágrafo da referida notícia, o repórter escreveu: “Maria foi encontrada nua no meio de uma rua próxima ao Lago Jabuti por volta das 4h30 da madrugada de sábado (3)” (GAZETA, 2006, s/p). Noticiar que a professora mulher foi encontrada nua representa, simbolicamente, toda a vulnerabilidade de ser mulher, como se outro sujeito, munido de mais força e poder, pudesse fazer o que bem entendesse com seu corpo, inclusive expô-lo nu depois da morte. A atitude de narrar o episódio, a **Gazeta** evidencia que, mesmo sem vida, há atributos culturalmente femininos como a vulnerabilidade (LOPES, 1999).

Quando o jornal evidencia a vulnerabilidade de Maria frente às agressões do filho, percebo o que Adriana Lopes (1999) explicou como ordenamentos culturais e hierarquias sociais, os quais estereotipam os sujeitos anunciados e reforçam as sensações e leituras do público, que variam de sentimentos de vingança a considerações sobre barbárie. O filho da professora assassinada é menor de idade, tinha 17 anos no dia do crime, a notícia reverbera uma constante do senso comum, que se refere à redução da maioridade penal.

O delegado entrevistado supõe que “[...] se ele não fosse menor pegaria até 60 anos de cadeia”, mas pela idade cumprirá três anos de reclusão (GAZETA, 2006, s/p). Acerca deste cenário, cabe refletir que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 2010) possui, como premissa, a defesa dos direitos dos jovens, mas peca por não fazer um recorte de gênero, não distingue o gênero dos sujeitos, o que remete às discussões de Donna Haraway (1993) sobre o conceito genérico de humanidade, que universaliza as lutas e por isso, ainda, consagra a dominação masculina sobre o feminino, ao passo que ao universalizar também exclui.

A **notícia 15** faz referência ao assassinato da professora Renata Melo do Amaral, de Curitiba. Com o título *Presos suspeitos de matar professora no Boa Vista*, a notícia é assinada por Patrícia Pereira e foi publicada em oito de novembro de 2012. O enfoque dado pela **Gazeta** privilegia as atividades da quadrilha que roubava carros para serem comercializados no Paraguai. Nas primeiras linhas do texto jornalístico já constam marcas da maternidade, “[...] foi baleada com o filho no colo [...]”. Os membros da quadrilha roubaram e assassinaram a professora, mas o jornal enfatiza que ela “[...] foi morta por não querer entregar a chave do carro aos suspeitos” (GAZETA, 2012, s/p).

Entretanto, destacar as informações do crime, ao invés de anunciar como se encontra o filho da professora, que presenciou a morte da mãe, bem como sua história, biografia, familiares e colegas de trabalho, seria mais relevante para a **Gazeta** porque “[f]ace ao terror que a violência inspira, especialmente quando falha a possibilidade de lhe atribuir algum sentido instrumental, a nossa primeira tendência é isolar o fenômeno para longe do que consideramos humano” (MACHADO, 1998, p. 97).

Os casos de violência são tratados como *anomalias* como se destoassem da realidade vigente, fossem exceções à regra de ser mulher no século XXI. Rebecca Solnit (2017, p.32) explica que o trato da violência contra a mulher na mídia não é uma particularidade de um ou outro país ao afirmar que “a abundância de pequenas notícias locais sobre violência contra mulheres nos Estados Unidos, em outros países, em todos os continentes, inclusive na Antártida, constitui uma espécie pano de fundo para os noticiários”.

Trabalhar a violência tem sido uma prática constante do jornalismo brasileiro, em razão de evitar um abalo na estrutura social, política, cultural e econômica, e se apresentar como uma estratégia das empresas de comunicação para legitimarem-se no mercado da notícia (SILVA, 1998). A autora explica que “[q]uando as informações são veiculadas apenas como narrativas de fatos sem qualquer preocupação analítica, atendem a um interesse em detrimento de outros, a satisfação do mercado noticioso” (SILVA, 1998, p. 142). E é esse mercado que representa a professora Renata como mais uma vítima da violência urbana, violência incessante pouco problematizada pelo jornal, que ao reportar, recorta, reforça, endossa o que culturalmente já é conhecido e/ou aceito – que a violência existe, como um ato isolado, o jornalismo não mensura as causas, os motivos e, muito menos, as consequências.

Neste sentido, a suposta reação da professora, durante o assalto, culminou em sua morte, atitude pouco indicada por especialistas em segurança e ação que o público midiático refuta. A notícia sobre Renata, que pouco aborda sua história, remete à relação histórica entre gênero e jornalismo, na medida em que entre os anos de 1890 e 1940, os jornais e as revistas foram significativos para expor os desconfortos das mulheres das referidas épocas.

Jane de Almeida (1998) amplia a relação entre gênero e jornalismo quando acrescenta o aspecto educacional. Os jornais educacionais, os quais tratavam de

questões pedagógicas, mas também políticas, foram os responsáveis por dar visibilidade às mulheres na imprensa, pois os cotidianos não visibilizavam figuras femininas, tal como fez a **Gazeta** na **notícia 15**, em que Renata é mera coadjuvante. Os jornais tradicionais demonstravam uma marca masculina prevalecente, ou seja, homens escrevendo para homens. Por outro lado,

[a] imprensa feminina, no geral, preocupava-se com a questão da emancipação, da educação e da profissionalização das mulheres, mas nem sempre se referia ao magistério prioritariamente. A imprensa educacional voltava-se essencialmente para as questões pedagógicas e o magistério em si, sem defini-lo como atribuição primordial de um ou outro sexo, embora fique claro que eram os homens que ditavam as suas regulamentações (ALMEIDA, 1998, p. 108).

A produção jornalística, descrita pela autora, encobria a significativa presença de mulheres na educação, visibilizando a hegemonia masculina também nesta esfera. Todavia, havia jornais voltados às mulheres, feministas ou femininos, como pontua Almeida (1998), que davam conta de tratar de assuntos relacionados aos interesses das mulheres, embora fossem voltados àquelas pertencentes às classes abastadas, excluindo o público formado por operárias. Enquanto os jornais femininos apresentavam a importância da instrução das mulheres, de seu desenvolvimento intelectual, as feministas questionavam as estruturas sociais e a construção cultural que colocava a mulher em uma posição de inferioridade se comparada aos homens (ALMEIDA, 1998).

No Brasil, não são raros os casos de sexismo e misoginia estampados nas páginas dos jornais como forma de delegar à mulher um espaço subordinado para que não represente perigo às prerrogativas sociais de cada época. Em 1893, o jornal República veiculou o seguinte texto:

Quando Eva Deus criou do homem pra companheira e aquela mulher pecou ao mundo a culpa primeira por seu legado largou. Por uma mulher então foi o mundo de uma vez arrastado à perdição e se a primeira isto fez, o que as outras farão? (PEDRO, 2013, p. 310).

No mesmo ano, o Jornal do Comércio publicou a seguinte charada: “Um amigo pergunta a outro: Por que razão Jesus, ao ressuscitar, mostrou-se em primeiro lugar a uma mulher? Porque queria que a notícia se espalhasse depressa”

(PEDRO, 2013, p. 311). O teor pejorativo dos jornais demonstra o temor dos articulistas, da época, acerca dos deslocamentos dos papéis tidos como femininos, uma vez que ao veicular ideias sexistas, machistas e misóginas estariam reforçando o espaço cultural e social ocupado pela mulher – espaços de submissão ao homem, alvos de chacotas e alocadas no espaço privado.

Por meio de muitos exemplos de publicações jornalísticas que narravam o papel social e cultural da mulher no século XIX, a autora verifica que ora a mulher era significada como submissa e por isso, se tornara, motivo de chacota, ora era exibida como imaculada em que desempenhava perfeitamente os papéis de mãe e esposa. Neste último, o enfoque dado às mulheres era sobre o nome do marido e sua imagem, por meio da fotografia, aparecia impecável no jornal (PEDRO, 2013). Visibilizá-las dessa maneira colabora para seu desaparecimento e Solnit (2017) analisa que há diferentes modos de fazer uma mulher desaparecer, entre eles estão o uso do sobrenome do marido que sobrepõe o delas e ganha destaque na composição nominal das filhas.

Na **notícia 15**, há o desaparecimento da professora, pois a ênfase jornalística não é conferida à sua família, ela inexistente para o jornal, exceto pela menção da professora segurar o filho no colo no momento do crime. Entretanto, quem tem visibilidade são os criminosos, assim como em séculos anteriores, a imagem do homem é sobreposta a da mulher, inclusive quando eles subvertem as leis e provocam violências.

É possível verificar nas narrativas de Joana Maria Pedro (2013) e Almeida (1998) o que Solnit (2017) discutiu como *mansplaining*, ou seja, explicação masculina, em que, nos referidos casos, os jornais explicam às mulheres como elas devem ser, como se comportar, o que também pode ser verificado em mais de uma notícia da **Gazeta**, que mencionarei adiante. As **notícias 16 e 17** são continuidade do episódio da professora Renata Melo do Amaral, de 36 anos e, por isso, estão alocadas nesta categoria. Nas **16 e 17**, ocorre a repetição de informação, parágrafos idênticos são reproduzidos em uma e outra notícia, mesmo que tenham sido publicadas em 09 de novembro de 2012 e 14 de novembro de 2012, respectivamente.

A **notícia 16** tem o título *Carro usado na fuga de suspeitos de matar professora no Boa Vista é apreendido*; a **notícia 17** anuncia: *Adolescente se entrega e confessa que matou professora no Boa Vista*. Examinando as duas notícias

emerge uma constante: a culpabilidade da professora Renata sobre o ocorrido, uma vez que “[...] ela foi morta por não querer entregar a chave do carro aos suspeitos” (GAZETA, 2012, s/p). Em outras palavras, em cada notícia, há três menções sobre o fato da professora se recusar a entregar (ora as chaves, ora o carro) aos assaltantes.

A impressão que oferece o discurso do jornal é de que a reação da professora Renata foi decisiva para o desfecho trágico, pois não há uma contextualização dos fatos que invoquem os assaltos seguidos de morte como um problema social. Neste caso, as notícias endereçam a culpa à professora Renata, que morreu com o filho no colo – sugerindo que, quando se negou a entregar as chaves, também colocou em perigo a vida do filho. O fato de a professora ter perdido a vida enquanto segurava o filho no colo aparece como uma marca cultural da notícia como um apelo às leitoras sobre a maternidade interrompida.

É possível verificar, neste eixo de análise, a fusão entre maternidade e docência, uma vez que o título a chama de professora, mas o destaque não se refere às suas aulas, metodologias e trabalho docente, mas a sua faceta identitária de mãe. Lembro-me de Gregori (1993, p. 132) quando analisa que “[a] mulher tem seu destino preso a ‘ser para o outro’ em função da maternidade”. Renata foi noticiada como mãe, que morreu com o filho nos braços, mediada pela irresponsabilidade de negar-se a entregar às chaves no ato do assalto.

As notícias ressaltam a fala dos acusados (que ora são chamados assim, ora são intitulados de suspeitos) para narrar o crime. Não consta a fala da família da professora e/ou de testemunhas. A propósito, há uma confusão textual sobre as testemunhas, pois na **notícia 16**, no último parágrafo, há a seguinte afirmação: “[t]estemunhas disseram à polícia que a mulher mordeu a mão de um dos assaltantes e isso pode ter motivado o homem a atirar na vítima” (GAZETA, 2012, s/p).

Entretanto, na notícia seguinte, de número 17, a jornalista Patrícia Pereira escreveu: “[...] o menor disse que atirou porque a vítima reagiu mordendo a mão dele” (GAZETA, 2012, s/p). A jornalista poderia ter escrito que o menor, assim como as testemunhas, disse que a vítima mordeu a mão dele. Tal descompasso nas informações desequilibra a credibilidade da notícia, bem como sugere que a culpa do ocorrido é da vítima – que reagiu. A mulher que reage, que resiste, se defende e se posiciona não é bem vista pela sociedade, nem pelo jornalismo, uma vez que a

passividade tem sido, historicamente, um atributo destinado às mulheres (ALMEIDA, 1998; BADINTER, 1985; MORENO, 1999; SOLNIT, 2017).

Verifico que a versão dos assassinos é mais relevante para o jornalismo da **Gazeta** do que o fato de consultar a família, as testemunhas, apurar a situação, estudar a biografia das personagens da história. A professora que, até então, vivia no anonimato existe agora pela e/ou sobre a violência (PEREIRA, 1998). Na cultura da sociedade vigente, agredir uma mãe com o filho no colo é algo rechaçado porque coloca em xeque o sagrado elemento da maternidade. Desse modo, nas **notícias 16 e 17**, a violência é tratada de modo ambivalente, pois, por um lado, demonstra as hierarquias e relações de poder que perpassam o cenário em que a professora Renata estava inserida – e foi alocada de modo subalterno pelo jornal e, por outro, evidencia a violência contra a mãe como uma profanação do sagrado.

Sobre a maternidade, Badinter (1995, p. 196) problematiza que não existem mães intermediárias, meio boas meio más, não há, culturalmente, como ser mãe pela metade. “Entre a santa e a cadela, permanece um abismo intransponível [...]”, em que a falta de amor materno estigmatiza a mulher como criminosa, um equívoco humano e um crime à virtude feminina. A **Gazeta** assevera esta perspectiva cultural, ao passo que salientar a morte de Renata com o filho no colo subsidia, ao público leitor, a possibilidade de indignação frente à violência, logo explorar o crime como linha editorial é garantir audiência diante das informações apresentadas.

O jornalismo brasileiro é permeado por discursos, vontades e verdades e mesmo que apresentem, ainda, teor panfletário, que intencionem vender, circular e ser usado como fonte para as discussões da sociedade, o jornalismo oferece testemunhos dos fatos, baseados em provas, relatos e evidências. Ao nomear fatos e histórias como verdades – ou verdadeiras –, o jornalismo recorta o mundo e não apenas o representa. Quando o jornal relaciona o substantivo professora, nas manchetes, aos termos “matar”, e “matou” é como se sugerisse modos de ser docente – e/ou pensar a docência – nestes casos, em especial, modos articulados à violência (PEREIRA, 1998; SILVA, 1998).

A **notícia 18** é intitulada *Acusado de matar professora é solto por engano*, de 10 de dezembro de 2012. O texto é escrito pela jornalista Patrícia Pereira, cujo teor remete aos acontecimentos já publicados nas notícias 15, 16 e 17, em que a professora Renata Melo do Amaral foi morta em um assalto. A **notícia 18** retoma as informações do caso, mas oferece elementos que podem confundir a leitora, visto

que trata o acusado do crime, que foi liberado por um erro da justiça, como um suspeito de *uma tentativa de assalto*. Intencional ou não, o texto da notícia não dialoga com o teor das notícias anteriores sobre o caso, uma vez que anteriormente foi noticiado que o assalto aconteceu, o carro da professora foi levado pelos acusados e ela foi baleada com o filho no colo. Sobretudo, na **notícia 18**, a jornalista escreveu: “[...] assassinada com o filho no colo durante uma **tentativa de assalto** no Boa Vista, em Curitiba” (GAZETA, 2012, s/p, grifos meus).

Lopes (1999, p. 142) explica que “[o] tratamento dado pelas notícias às mulheres agredidas diferencia-se, radicalmente, do tratamento dado aos agressores representantes da instituição de poder”. Neste caso específico, o poder estaria com o acusado, que, conforme as informações da matéria, encontra-se livre e tem sua pena midiática minimizada porque ora é tratado como acusado, ora como suspeito, o que não ajuda a leitora a compreender o lugar cultural que ele ocupa. A **notícia 18** reitera que a professora morreu porque “[...] não quis entregar a chave do carro e foi baleada na cabeça [...]” (GAZETA, 2012, s/p). A culpa não é do suspeito, do acusado, do agressor, mas da vítima, que reagiu à ação.

Em outras palavras, a história da professora Renata é aquela repleta de ambivalências, em que não se sabe se ela foi roubada, se levaram seu carro, se seu filho chorou, quem a socorreu. Conforme a notícia da **Gazeta**, a professora foi aquela que reagiu ao assalto e foi morta como consequência de seu ato. Renata é vítima duas vezes, de seu assassinato e do jornal, que a culpabiliza pelo seu final trágico, mesmo morta, a professora mulher sofre “[a] opressão [...] construída através da interdição e da subalternidade” (GREGORI, 1993, p.54).

Entendo que o crime e a culpabilização da professora rende mais do que outras coberturas e enfoques jornalísticos. Um exemplo disso é a relação entre escola e a família que, em grande parte das notícias, é exibida em dois formatos: sobre as instituições particulares, local onde os pais e as mães aparecem protestando contra o aumento das mensalidades; sobre as instituições públicas, em que os pais e as mães dormem na fila à espera de vaga na escola (CAMPOS, 2000).

Em uma fala no “Fórum Mídia e Educação: perspectivas para a qualidade de informação”, Maria Campos (2000, p. 18) anuncia que “[e]stes são dados da realidade e se não existir uma consciência da imprensa sobre essa diferença de poder entre as várias vozes, corre-se o risco de reforçar aquele que já tem voz

demais e negar espaço ao que tem voz de menos”. Negar as referidas vozes culturais é, ainda, reverberar mentalidades etnocêntricas, que prezam por modos binários, reducionistas e hierarquizadores de ver o mundo (CAMPOS, 2000; SANTOMÉ, 2011).

“Discriminações, nas suas formas mais variadas e perversas, espalham-se pelas páginas de revistas, de livros, pelas cenas de novelas e pelos enormes *outdoors* espalhados nas metrópoles do século XXI” (COSTA, 2002, p. 146). Desse modo, o jornalismo funciona como pedagogia cultural para as pessoas que têm acesso ao seu teor, pois ensina modos de ser, estar e ver o mundo. Apresentando formas de ser mulher, ser homem, ser homossexual, ser professora, ser professor, ser gente, o jornalismo oferece um leque de possibilidades para *ser alguém*, mas que, ainda, estão vinculadas às permissividades hegemônicas (COSTA, 2002; KELLNER, 2001; SEFFNER, 2015).

O jornalismo reproduz as desigualdades sociais porque contempla a narrativa de alguns indivíduos e silencia a fala de outros, cobre alguns pontos do fato e omite tantos outros. Sobretudo, o jornal como um artefato cultural emite linguagem, vocabulário, forma e conteúdo, os quais interpelam leitores e leitoras, produzem significados, sentidos e representações, funcionando como pedagogia porque ensina, educa e pode moldar concepções de mundo. Para Steinberg e Kincheloe (2001), a pedagogia cultural ocorre em espaços em que o poder é sistematizado e emitido, que vão desde *videogames* e livros a jornais e filmes. Assim, a pedagogia não é uma ação exclusiva da sala de aula, das escolas institucionalizadas, ela ocorre em outras esferas sociais por meio de artefatos culturais e não se restringe a “[...] um conjunto de métodos, técnicas e conteúdos pré-estabelecidos”, mas oferecem elementos de um tempo e espaço, os quais atuam na construção do eu (FABRIS, 2001, p. 236).

A **Gazeta** propõe pedagogias quando apresenta informações desencontradas ao público, pedagogias que colaboram com a banalização do episódio de violência da professora Renata. Ao oferecer informações desencontradas não colabora para a justiça social e evidencia o grau de compromisso social do veículo com a sociedade. Na **notícia 19** sob o título *Suspeito de matar professora é preso um ano após ser solto por engano*, escrita pelo jornalista Rafael Neves, em 25 de novembro de 2013, a professora fica em segundo plano.

Dos seis parágrafos destinados às informações jornalísticas, apenas o segundo se refere à professora Renata Melo do Amaral, que foi personagem das notícias 15, 16, 17 e 18. É como se, com o passar dos meses da morte de Renata, ela fosse desaparecendo do enfoque das notícias, sozinha, sem biografia, mais livre se comparada às mulheres de séculos anteriores, mas submersa em uma amálgama da violência urbana, que tem como marca cultural o esquecimento. Renata é, mais uma vez, responsabilizada pela sua morte, das cinco notícias que têm relação com a morte dela, todas, sem exceção, apresentam a frase “[...] não quis entregar a chave do automóvel e foi baleada” (GAZETA, 2012, s/p).

Outra informação já publicada sobre a morte de Renata e que aparece na **notícia 19** é o fato de ter sido baleada “com o filho no colo”. Meyer (2011) discute a relação “mãe-filho na cultura contemporânea” e explica que os jornais têm oferecido notícias sobre como ser mulheres-mães. Solnit (2017a) explica que há maneiras consideradas ideais de viver, especialmente como mães. Para ela, as mães têm sido consideradas relapsas porque existe uma criminalização dos atos delas em detrimento dos atos dos pais. Não se questiona – e acrescentaria aqui, não se aponta – as atitudes das mulheres mães na mesma proporção dos homens pais.

O exercício da maternidade tem sido, há séculos, a prática peculiar e indispensável ao feminino, entretanto, quando as mulheres problematizam o dever da maternidade, se conscientizando e dando conta de que os úteros são exclusivamente seus, desequilibram o *status quo* e podem ser marginalizadas porque não utilizaram sua *principal* razão de viver (SOLNIT, 2017; MEYER, 2011). Como o filho tornou-se órfão, a professora Renata perdeu o valor e por esse motivo foi colocada à margem no âmbito da notícia.

Louro (2013, p. 465) explica que as narrativas masculinas acerca da docência prevalecem e são maioria, assim como a **notícia 19** da **Gazeta**, em que a professora é narrada pela ótica masculina do jornalista. A autora adverte que “[...] elas também acabam, frequentemente, definindo-se e produzindo-se em consonância com tais representações”. Em outras palavras, os homens produzem discursos sobre como são as professoras mulheres, que interpeladas, podem projetar e constituir, com base nestes discursos, suas identidades e modos de ser professora. Desse modo, o *mansplaining* é visto na referida notícia, o que não pode ser encarado como positivo, afinal “[t]er o direito de aparecer e de falar é algo básico para a sobrevivência, a dignidade e a liberdade” (SOLNIT, 2017, p. 28). Se a professora não estava viva

para contar sua versão sobre os fatos, que outras mulheres fossem consultadas para narrar o episódio.

Pressupondo que as referências das professoras sobre o que é ser mulher sejam permeadas pela passividade e pelo silenciamento, logo elas podem construir suas identidades de gênero com base nestas premissas masculinas. Portanto, a construção da identidade de gênero ocorre atrelada às referências que as professoras têm acesso, se foram consideradas as solteironas, as bruxas, as gentis e as dóceis alfabetizadoras é porque as representações circulantes na época, acerca da profissão, possuíram tais características e chegaram a sua formação como marcas das suas identidades (BUTLER, 2016; LOURO, 2014).

Judith Butler (2016, p. 52, grifo da autora) discute a heterossexualidade institucional e explica que “[o] gênero só pode denotar uma *unidade* de experiência, de sexo, gênero e desejo, quando se entende que o sexo, em algum sentido, exige um gênero – sendo o gênero uma designação psíquica e/ou cultural do seu [...]”. Para a autora, o gênero é sempre uma produção performática constituída pelas práticas que podem ser vistas como seus resultados. Entretanto, analisa que o gênero não precisa ser dividido em dois, mas precisa ser visto como *artifício flutuante* e os discursos acabam por estabelecer noções e possibilidades que são adquiridas pelas pessoas.

Gregori (1993, p. 130) explica que reduzir o mundo entre homens e mulheres, apenas, é reduzir as possibilidades teóricas e epistemológicas de pensar as relações de gênero. Nas palavras da autora, “[e]stabelecendo um limite muito demarcado entre [...] homem/mulher, esses autores perdem algo importante nesse tipo de análise: apreender as ambiguidades e tensões nas relações entre os papéis de gênero”. A **notícia 19**, portanto, constitui o gênero feminino, da professora Renata, como aquele que merece pouco destaque na notícia, uma espécie de adendo a real história que abarca o masculino composto pela criminalidade, pelas idas e vindas da prisão e por narrativas que, supostamente, chamam a atenção do público. A notícia demonstra um esquecimento da professora e articula sua identidade a um cenário que não lhe é peculiar, o cenário policial, constituindo discursos que silenciam a mulher “[...] seja por humilhação, intimidação ou violência direta, chegando inclusive ao assassinato”, como o caso de Renata (SOLNIT, 2017, p. 139).

Com o título *Professora da UFPR é morta a facadas pelo filho em Matinhos*, a **notícia 21** publica o caso da professora – e coordenadora do curso de licenciatura em Artes – Jussara Rezende Araujo, que ao tentar medicar o filho esquizofrênico “[...] foi ferida por pelo menos duas facadas” e veio a óbito (GAZETA, 2014, s/p). A professora é representada ora pelo prisma da maternidade, ora por meio de uma tentativa de enaltecimento do feminino, um pré e outro pós-morte, respectivamente.

O enaltecimento do feminino que me refiro está presente no texto quando o jornalista Antonio Senkovski menciona a fala da vice-coordenadora da licenciatura em Artes, Ana Elisa Freitas a fim de estabelecer uma ideia do trabalho de Jussara: “Seu pensamento complexo contribuiu de forma única e insubstituível para a tecitura de novas leituras de realidade [...]” (GAZETA, 2014, s/p). O repórter apresenta, ainda, a professora como jornalista e militante política, em que atuou contra o regime militar no Brasil, o que mostra a tentativa de Antonio Senkovski de enaltecer a biografia da professora, mesmo depois de sua morte.

A atitude *afetiva* do repórter em enaltecer Jussara compõe a trama cotidiana em que poder e afeto se confundem. Antonio Senkovski não estaria sendo fraterno no texto jornalístico, reconhecendo o legado da professora, mas demonstrando poder de fala, de visibilidade, de oportunidade de narrar histórias, ações e atributos que a professora da notícia não tem (WHITAKER, 1988). Quanto mais poder possuir o narrador, mais seus argumentos vão prevalecer e mais a realidade tecida por ele é fixada (SOLNIT, 2017). O elemento da maternidade é apresentado no título, quando há a relação entre assassino (filho) e vítima (mãe/professora), bem como em outros trechos da notícia em que a versão do filho é levada em consideração, uma vez que o repórter anuncia: “Ele está preso após confessar ter matado a mãe alegando que cometeu o crime ‘para se defender’” (GAZETA, 2014, s/p).

A professora foi assassinada quando *tentava medicar o filho*, atitude culturalmente materna que pode ser vista pela ótica de Meyer (2005, p. 88), cuja análise perpassou sobre a figura materna no jornal Zero Hora, de Porto Alegre. A autora visualizou a mãe como “[...] agente de promoção de inclusão social, a mãe como provedora do núcleo familiar e a mãe como principal produtora de cuidado, educação e saúde das crianças”. As múltiplas capacidades e funções maternas, as quais são apreendidas, desde a tenra idade pelas meninas, são apresentadas pela escola, pela família e/ou pela mídia nomeando modos ideais de ser mulher e exercer a maternidade (MEYER, 2005; WHITAKER, 1988).

Para compreender a representação de Jussara no jornal, ressalto, com base em Dagmar Meyer (2005, p. 91), uma dicotomia que atrela mãe e filho: a mãe como causa e o filho como efeito de um *sujeito problema*, o que corresponde às “[...] noções essencialistas e universais de maternidade e de cuidado”. Nesta conjuntura, as notícias legitimam noções da maternidade e do profissionalismo de Jussara, tornam visíveis os mecanismos e as relações poder que ela participava. Em outras palavras, enquanto mãe, Jussara perde a batalha, representada na notícia pela violência do filho, enquanto professora Jussara se mostra vitoriosa, uma vez que é mencionada como detentora de uma “postura ética, crítica, pública” (GAZETA, 2015, s/p).

A ambivalência encontrada na representação da professora mulher da **notícia 21**, que vence e perde as batalhas das suas facetas femininas, sugere que maternidade e trabalho remunerado não são combinações de sucesso. Neste sentido, ela deixa de ser subordinada ao marido, nas famílias heterossexuais, mas ainda fica suscetível aos homens para narrarem sua tragédia no jornal (WHITAKER, 1988).

Como já explicado anteriormente, a imprensa tem um histórico de retratar as mulheres conforme as prerrogativas hegemônicas de cada época. No século XIX, para os jornais, a mulher perfeita era mãe, esposa e se ocupava dos trabalhos domésticos. Angela Davis (2016) analisa que o capitalismo industrial tratou com maior rigor o quesito da inferioridade feminina, porque mesmo inserida no mundo do trabalho, esse mundo estava próximo, fisicamente e simbolicamente, do lar. O espaço público dava abertura para ela. Em 1832, houve uma ruptura que surpreendeu os auditórios de Boston, em que a primeira mulher americana a falar em público foi Maria W. Stewart, mulher negra que proferiu quatro discursos na cidade.

Essas assembleias representavam algo inédito, já que nunca antes mulheres haviam dirigido a audiências mistas de modo tão regular e sem enfrentar gritos ofensivos ou escárnio por parte dos homens que consideravam a oratória uma atividade exclusivamente masculina (DAVIS, 2016, p. 53).

Sendo assim, há uma ideologia sexista da feminilidade em que é preciso desafiar a supremacia masculina, supremacia que pode ser conferida na narrativa jornalística da **notícia 21**, escrita por um homem que destila modos particulares de

ser professora e ser mãe no jornal. A **notícia 22** se refere a um desdobramento da anterior e foi publicada em 11 de fevereiro de 2014 com o título *Morte de Professora da UFPR deixa comunidade acadêmica de luto* e assinada por dois jornalistas, Oswaldo Eustáquio e Antonio Senkovski. *A priori*, a notícia não começa nem tratando sobre a morte da professora Jussara, nem sobre a comunidade acadêmica, conforme anunciou o título.

O desconforto analítico é causado pelos primeiros parágrafos da referida notícia, que apresentam o psiquiatra Élio Luiz Mauer. O médico afirma que esquizofrenia precisa de acompanhamento, sugerindo que esse não foi o caso do filho da professora assassinada. Em outras palavras, antes mesmo de informar sobre qual professora, em específico, a notícia tratava, os repórteres deram abertura para abordar a doença pelo viés científico. Foram dois parágrafos destinados a apresentar a referida doença para, depois, no terceiro, tratar sobre a morte da professora, mencionada apenas como “professora de Matinhos” e compará-la a outro assassinato ocorrido com o cineasta, Eduardo Coutinho, no Rio de Janeiro.

O que salta os olhos é que os homens circulam pela notícia, seja pela estrutura dada às informações pelos repórteres, sejam pelas falas do médico e do professor de terapia ocupacional Luís Felipe Ferro, os quais destinam um espaço à professora Jussara de coadjuvante de sua própria história, permeado pela irresponsabilidade, em não observar os sintomas da mudança de comportamento do filho esquizofrênico e pelo erro de não seguir às supostas orientações de esconder objetos cortantes dos pacientes que sofrem desse mal. Mais uma vez é perceptível a supremacia masculina (DAVIS, 2016) e o desenvolvimento de *mansplainig* na **Gazeta** (SOLNIT, 2017).

O psiquiatra, que tem voz e vez logo no início da notícia, explica que “[a] família **teria sido orientada** a eliminar esses objetos. É preciso que a família **tenha noção** do que está acontecendo, diz” (GAZETA, 2014, s/p, grifos meus). A família se refere à Jussara, que supostamente foi orientada, não cumprindo com as prerrogativas médicas, conquistou um fim trágico, sob o qual tem responsabilidade. Na narrativa do professor de terapia ocupacional, há a mesma culpabilização da vítima: “[...] se houvesse um acompanhamento **realmente próximo** da família a partir do diagnóstico, as chances de se chegar a um momento de crise seriam mais escassas” (GAZETA, 2014, s/p, grifos meus).

Assim, a mídia jornalística tem sido a porta-voz do discurso científico no senso comum, significando a relação mãe-filho (MEYER, 2005). Neste caso em específico, o significado é a repulsa ao comportamento materno de Jussara, que, apesar, de uma profissional respeitada, mostrou-se *pouco* competente diante da maternidade. Como afirmando anteriormente, Solnit (2017a) analisa que ser mãe é ser considerada relapsa, pois há uma vigilância que enxerga crime no fato de deixar um bebê sozinho por alguns minutos. Assim como na notícia, não há questionamentos sobre a presença/existência do pai, bem como é colocado em xeque a inteligência de Jussara por, supostamente, falhar no tratamento do filho. É perceptível que a autoridade masculina que narra a professora vocífera uma cultura misógina, em que cuidar do filho não prevê equívocos, bem como é atributo feminino (SOLNIT, 2017a).

Desse modo, as significações extraídas da **notícia 22** se referem à ciência e à verdade representadas pela figura do homem, ou dos homens repórteres e entrevistados; o silêncio, a culpa e a morte são representadas pela mulher professora. Quando as mídias narram a violência contra a mulher, o espaço e o tempo são abstratos, ou seja, não há a contextualização da história da personagem o que confere um caráter passivo a elas. Portanto, se reagem, fracassam, se não tomam as providências necessárias são tratadas como inúteis e inertes (WHITAKER, 1988, PEREIRA, 2009).

2.2 Lugar específico para ela e não é a rua

Nesta categoria estão alocadas as notícias 2 e 12 porque discursam sobre a professora no espaço público. A **notícia 2**, da **Gazeta**, intitulada *Após ameaça, professora municipal sofre atentado*, de 24 de agosto de 2006, discursa sobre o episódio em que a vice-diretora de uma escola municipal de Curitiba, cuja identidade é preservada, sofreu um atentado. A notícia explica que “[...] por volta das 21h30, [q]uando estava a cinco quadras de casa, **sozinha no carro**, percebeu que estava sendo seguida por um motociclista. Ela acelerou o carro [...], mas foi obrigada a reduzir a velocidade ao chegar à lombada [...]” (GAZETA, 2006, s/p, grifos meus).

A narrativa da notícia nos remete às histórias dos contos de fadas em que as donzelas, sozinhas, indefesas estão vulneráveis às violências, bem como aos filmes cinematográficos, em que as mulheres desacompanhadas, à noite, em lugares

escuros, repletos de perigos, se vêem frágeis e desprotegidas, a mercê dos atos violentos (SABAT, 2003). A mulher foi ensinada a temer, Gregori (1993, p. 129) resume como “[o]s homens humilham e agridem; as mulheres têm medo, vergonha e se sentem culpadas. Os homens agem; as mulheres sentem”. A distinção entre homem e mulher se refere às construções culturais que são tratadas como regras admitidas pela sociedade, as quais inferiorizam o espaço do feminino porque hierarquizam razão e emoção (GREGORI, 1993; WHITAKER, 1988).

A vulnerabilidade feminina é discutida por Solnit (2017) que, por meio de exemplos e histórias, colabora para visualizarmos o atentado da professora da **notícia 2**. Para a autora, “[...] a violência é, antes de qualquer coisa, autoritária” e analisa que o homicídio é o extremo do autoritarismo, uma vez que almeja controlar o direito da pessoa viver ou morrer, é como se quem mata tivesse direitos sobre quem morre. Na notícia, o atentado foi uma tentativa de controle sobre a professora mulher e, ainda, o discurso jornalístico foi outra tentativa, pois tonalizou algumas informações como, por exemplo, o fato da professora estar sozinha no carro.

Ao sinalizar que a professora estava sozinha, a **Gazeta** noticiou o fato ocorrido e, ao mesmo tempo, colaborou, simbolicamente, para sugerir a obrigatoriedade da mulher estar acompanhada – supostamente de um homem – para ser respeitada e protegida, premissas da sociedade machista. Sobretudo, “[m]eu argumento é que o jornalismo naturaliza e reproduz comportamentos sociais e relações de desigualdade [...]” (LOPES, 1999, p. 123). O fato de o repórter não revelar a identidade da professora pode ser entendido como modo de protegê-la, de respeitar seu pedido, quem sabe, mas acaba também destacando uma das características do jornalismo brasileiro, a superficialidade, pois não se trata da tentativa de assassinato de Meire, de Rose, de Estela, mas de uma professora de Curitiba, sem nome, sem história, sem voz, sem representação (GERALDES, 1998; NUNES, 1998).

Silva (2015) e Louro (2014) problematizam a ciência produzida pelos homens, que estabelece normas, conhecimento, valores e pontos de vista com base no masculino – o jornalismo da **Gazeta** não se apresenta de modo diferente. Mesmo que as *agentes do ensino* sejam as mulheres, a escola foi construída historicamente pelos homens, com as marcas culturais permeadas pelo machismo e pelo sexismo. Sendo assim, a escola forma meninos e meninas, por meio de seus arranjos e políticas, mas também funciona como dispositivo que opera na formação da

professora mulher, na construção de sua identidade e diferença (LOURO, 2014; SILVA, 2015).

Montserrat Moreno (1999) considera ingenuidade pensar que o sexismo foi abolido na escola, pois a maioria das imagens escolares é masculina e quando as mulheres aparecem, seja em forma de animais, crianças ou adultas, elas desempenham funções tidas específicas *de mulheres*. A autora observa que os homens aparecem trabalhando como médicos, arquitetos, astronautas, enquanto as mulheres estão lavando, cozinhando e costurando. Os homens no espaço público, as mulheres, no privado. A história descrita pela escola silencia as mulheres pela identidade sexolinguística, em que a única forma de citar as pessoas ocorre no masculino ou no feminino em primeiro plano.

A passividade da identidade da mulher circulante pela escola não é um caso isolado e excepcional, uma vez que Pedro Paulo Pereira (2009) analisou uma reportagem do Jornal de Brasília acerca de uma mulher que matou o marido. Sob a ótica de Pereira (2009), são tantos personagens (masculinos) na reportagem (vizinho, policiais, bombeiros) que a mulher ocupa um papel secundário, inclusive, quando cometeu a violência. “Se ao cometer o crime a mulher não se apresenta como sujeito, quando vítima, simplesmente desaparece” (PEREIRA, 2009, p. 495).

Assim como a professora da **notícia 2**, existem muitas mulheres no campo da Educação. Felipe Carvalho (2013) reverbera a educação como um lugar privilegiado das mulheres, seja como professoras ou alunas, em especial a partir do século XX. A autora sublinha que as carreiras femininas se voltam para as Ciências Humanas, para as Ciências da Saúde, em que elas são alocadas como assistentes e professoras. A justificativa encontrada por Carvalho (2013) para o desempenho de meninas ser superior ao de meninos é que eles vão ao mercado de trabalho mais cedo, enquanto elas desempenham trabalhos domésticos. Neste sentido, a escola, as universidades, os estudos seriam formas *de socialização, de liberdade e realização social* se comparada ao aprisionamento que vivem em suas casas.

Entretanto, Fulvia Rosemberg (2001) não me deixa esquecer que tais dados não são triunfos, porque os locais de acesso das mulheres ainda são estipulados com base na desigualdade de gênero. Ao analisar documentos governamentais, Rosemberg (2001) explicou que as meninas são anunciadas como soberanas, pois ocupam um lugar de destaque nos índices educacionais brasileiros, porém, a autora supõe que o êxito delas não estaria ligado a seu esforço ou mérito, mas a

perversidade com que os meninos são empurrados para o mercado de trabalho. Nas palavras da autora “[...] o sucesso das meninas decorre do insucesso dos meninos vitimizados pelo trabalho precoce” (ROSEMBERG, 2001, p. 529).

O que salta aos olhos é que a posição de destaque da mulher na educação não subsidia sua libertação e direito ao espaço social, em um cenário permeado pelo machismo. Pelo contrário, no século XIX, a inserção das meninas nas escolas normais de educação foi algo questionável, uma vez que elas precisavam ser educadas por *senhoras honestas* com intensa formação cristã. Nos séculos seguintes, as mulheres atuavam como professoras porque se esperava, dessa trabalhadora da educação, atitudes como paciência, afetividade e doação, as quais caracterizavam a maternidade. Em outras palavras, a inserção de mulheres na escola somente foi possível porque o magistério foi considerado uma extensão do lar e, as professoras, *mães* das alunas (ALMEIDA, 1998; LOURO, 2014).

Daniela Auad (2003) analisa que, para além da maternidade, a mulher é considerada inferior ao homem, em quaisquer dispositivos midiáticos, que vão de músicas às notícias do jornal. O casamento, para a autora, pode ser compreendido com um pacto desigual em que a esposa se torna propriedade do marido e em troca da obediência, ele oferece, supostamente, proteção e sustento. Nesta ótica, a professora da **notícia 2** trabalha para garantir o sustento e não obteve proteção justamente por conta do seu ofício. Arrisco-me a levantar que, nas entrelinhas, a **Gazeta** informa que se ela estivesse em casa, cuidando dos (possíveis) filhos, do marido, que aparece na notícia reclamando das ameaças sofridas pela esposa, nenhum atentado a sua vida teria ocorrido. Logo, a professora mulher desta notícia esteve sozinha no *lugar errado*, porque os pressupostos machistas determinam um lugar específico para ela (SOLNIT, 2017; AUAD, 2003).

Na **notícia 2** indiquei a relevância da professora estar acompanhada de um homem para manter-se segura no espaço público. Na **notícia 12**, escrita pela jornalista Fernanda Fraga, em 20 de agosto de 2012, sob o título: *Polícia investiga morte de professora por queimadura em Curitiba*, a professora em questão está acompanhada de outra mulher, sua companheira, o que não basta para o jornalismo da **Gazeta**. A teia jornalística é construída em dois parágrafos cujo teor transcreve, brevemente, a morte da professora Ana Cristina Straub Leite que “[...] foi levada ao hospital dia 13 deste mês **pela companheira que causou confusão** no trânsito no bairro Capão Raso, em Curitiba” (GAZETA, 2012, s/p, grifos meus). A referida

notícia apresenta uma ênfase na *confusão* causada pela companheira da professora, que não tem o nome citado pelo jornal. Ênfase porque menciona tanto na linha fina²⁸ como no corpo do texto que houve tumulto, embora não dê outras explicações sobre o ocorrido, não explique qual o sentido dado ao substantivo masculino tumulto.

A companheira de Ana Cristina não foi consultada pelo jornal, do mesmo modo que nenhum familiar ou funcionária do hospital foi ouvida pela notícia, logo a voz que conta a história do socorro e da morte da professora é, mais uma vez, a voz masculina, a voz do delegado, que descreve: “[a] pele estava toda queimada. Mas a roupa, não. Logo, pode ser que ela estivesse com outra roupa quando se queimou, ou nua” (GAZETA, 2012, s/p). Partindo das problematizações realizadas por Patrícia Lessa (2007) de que há um enfrentamento das lesbianas perante a heteronormatividade, existe um deslocamento da concepção simplista de que lesbianas são mulheres que gostam de mulheres, é possível verificar que, toda subtração da cultura masculina, intencionada pelas lesbianas, não tem continuidade e/ou não é endossada pelo jornal.

A lesbiana se esquia da norma cultural heterossexual e se apresenta como *categoria política revolucionária*, em razão de não aceitar o conceito de mulher como construção hierarquizante realizada pelo masculino (LESSA, 2007). Em um primeiro momento, é possível afirmar que a sexualidade da professora da **notícia 12** não é destacada pelo jornal, no entanto quando negociamos com o texto jornalístico verificamos que as palavras *tumulto* e *confusão* estão diretamente associadas a uma mulher morta e outra sem identidade, ambas lesbianas. Só as conhecemos por esses motivos, pela morte e pela confusão e anonimato. Butler (2016, p. 65) assegura que a sexualidade se constrói nas relações de poder, logo “[...] uma sexualidade normativa que esteja ‘antes’, ‘fora’ ou ‘além’ do poder constitui uma impossibilidade cultural e um sonho politicamente impraticável”. Desse modo, a relação entre a professora e sua companheira é representada pelo jornal como prática equivocada, errônea, que gera tumulto e confusão, porque a existência da sexualidade das lesbianas é, ainda, tida como desviante.

²⁸ Elemento opcional do jornalismo, também conhecido como subtítulo e tem a função de complementar o título (VIANA, 2001).

E as articulações discursivas presentes na **notícia 12** alocam, tanto a professora como sua companheira, em um espaço de exclusão²⁹, narradas a partir da fala do masculino (SILVA, 1998). A exemplo, há os filmes americanos, que apresentavam personagens lésbicas baseadas em estereótipos sexistas tradicionais (KELLNER, 2001). Um exemplo é *Instinto Selvagem*, cuja história deturpa as mulheres lésbicas, as tratando como “[...] seres desejosos de assumir o poder e o controle fálico masculino” (KELLNER, 2001, p. 152). Ainda sobre os textos que circulam, Traquina (2012, p. 120) adverte que “[o]s jornalistas professam; professam saber o que é notícia e como escrevê-la”. Ao oferecer informações vagas na expressão *causou confusão*, sem explicar o sentido/significado de confusão e em *queimaduras graves no tronco* – não expondo qual grau de queimadura, a jornalista professa superficialidade.

Sobretudo, o tratamento superficial dos casos de violência não é uma especificidade da **Gazeta**, no Paraná, pois Luciano Oliveira (1994) analisou, em Pernambuco, que, dos quatro mil homicídios registrados, apenas 1091 estamparam os jornais do Estado. Neste sentido, “[a] superficialidade dos jornais rompe com a privacidade, não porque a ultrapassa [...]; rompe com a privacidade porque a nega, alimenta-se do que é mais íntimo – a morte alheia – sem pedir licença ou perdão” (GERALDES, 1998, p. 202). Na notícia, a professora é representada com pouca informação, poucas palavras, nenhum fato relatado, exceto da sua queimadura que culminou em morte e em seu relacionamento. A lésbicanidade é associada à confusão e o espaço público, um local da *desordem* dos gêneros.

2.3 Acidentes não devem acontecer

A **notícia 3** intitulada *Professora que dava aulas em Curitiba está entre as vítimas do acidente da TAM* trata do acidente com o Airbus 320 no aeroporto de Congonhas, em São Paulo, em 17 de julho de 2007. O repórter Adriano Kotsan invocou o estereótipo da professora *bastante querida* pela escola (GAZETA, 2015). Ana Paula Costa e Paulo Rennes Ribeiro (2011, p. 477) estudaram a representação de professoras entre as alunas de Pedagogia e verificaram uma associação frequente entre ser mulher e ser professora, uma vez que ambas compartilhariam de

²⁹ Silva (1998) menciona a existência de “‘excluídos’ das notícias” se referindo aos/às idosos/as, índios/as, estrangeiros/as, deficientes físicos e homossexuais.

atributos como “[...] ser amorosa, responsável, esposa, mãe, reservada, delicada e romântica”. Assim, a escola seria uma extensão do lar, bem como o papel social de ser professora se confunde com o de ser mãe.

Diante disso, quando a **Gazeta** noticia o acidente aéreo, que culminou na morte da professora Valdemarina Bidone de Azevedo e Souza, de 62 anos, compartilha da visão identificada pela pesquisa de Costa e Ribeiro (2011). Embora estivesse no voo outros três paranaenses, a manchete, bem como a cobertura jornalística, enfatiza a história da professora, portanto, suponho que o enfoque da notícia se torna conveniente para a editoria do jornal porque a morte da *professora querida* dramatiza ainda mais o episódio.

A **notícia 3** evidencia o comprometimento da professora com o seu trabalho, ao passo que nas falas das entrevistadas, assim como na narrativa do repórter, constam resquícios de sua dedicação e de seu empenho. Neste sentido, a dedicação de Valdemarina serve de exemplo às leitoras sobre como ser professora, como é possível ser lembrada quando se é dedicada e comprometida com o trabalho docente. É como discute Butler (2016) ao explicar que o gênero se constrói por uma *estrutura reguladora altamente rígida* que trabalha pela repetição nos corpos. Ser querida serve de exemplo ao mesmo tempo em que se mostra um dos tentáculos da regulação explicitada pela autora.

As construções do eu ocorrem por meio das interações sociais, que se dão, freneticamente, por meio da mídia, portanto determinado discurso pode contribuir com a formação das opiniões, reflexões, atitudes e identidades das pessoas. Os discursos contribuem, diretamente, com a produção das representações que temos do mundo e os enunciados sobre os grupos minoritários revelam quem tem poder – e quem não tem, como devem se comportar, pensar e agir (LOURO, 2014). Mesmo que Valdemarina seja mulher, sobreposta pela hegemonia³⁰ masculina, ela dispõe de poder porque é exaltada pela notícia.

O repórter descreve sua formação, cargos de ocupação e linhas de pesquisa a fim de enaltecer a perda daquela “[...] que dava aulas em Curitiba” (GAZETA, 2007, s/p). “[Q]uanto mais alto na hierarquia social são os praticantes de atos limites, maior é o interesse dos jornais [...] talvez porque as chamadas ‘boas famílias’ ou ‘alta sociedade’ veiculam [...] a imagem de guardiãs da ordem”. A morte de um

³⁰ Kellner (2001, p. 149) conceitua que “[a] hegemonia, portanto funciona por exclusão e marginalização, assim como por afirmação de posições ideológicas específicas”.

membro dessa classe desestabilizaria a ordem das coisas (NUNES, 1998, p. 48, grifos da autora).

Resta-me perguntar: outra professora, aquela de ensino infantil, de uma cidade interiorana, com a qualificação profissional do magistério seria exaltada, com a mesma intensidade, depois de sua morte? A mídia – por meio do jornalismo – representa determinada parcela da população promovendo a manutenção de estereótipos, evitando os embates culturais e as transformações necessárias para garantir os direitos – e a visibilidade – iguais da população (SCORALICK, 2009). Outro ponto a ser levado em consideração é que a violência (acidental ou premeditada) ocorre, hipoteticamente, em maior número nas classes populares, pois elas são, por si mesmas, violentas, já nas classes altas, a violência *não* se revela como uma constante (GERALDES, 1998).

Saffioti (2015, p. 87) analisa que “[i]mputar aos pobres uma cultura violenta significa pré-conceito e não conceito”, uma vez que a hierarquização de classe pressupõe a violência como ação inerente a determinadas pessoas e estigmatiza uma população como se não houvesse violências nas demais classes sociais. São perspectivas de discurso jornalístico que revelam preconceito de classe – e podem estar associados à raça – que tratam violência nas mesmas proporções, generalizando as opressões a partir de uma vertente elitista e hegemônica. Neste sentido, bell hooks (2015) problematiza que a classe gera barreiras intransponíveis como *status* social, qualidade de vida e estilo, portanto, a violência não é a mesma para pessoas de classe e raça diferentes. Solnit (2017) analisa que a violência não tem classe, ou seja, não há uma classe violenta e outra violentada, ambas são vítimas, cada qual com sua proporção de sofrimento.

Neste sentido, a violência sofrida pela professora Valdemarina Bidone de Azevedo e Souza exigiu investigação e apuração por parte do jornalista, pois foi preciso estabelecer uma linha de pensamento sobre ela. Se compararmos às outras notícias analisadas nesta pesquisa, fica perceptível que o fator classe interfere no destaque dado pela cobertura jornalística da **Gazeta**.

A **notícia 20**, sob o título *Professora de Direito da PUCPR está entre vítimas de acidente na Régis*, foi publicada em 22 de dezembro de 2013 por José Carlos Fernandes e se diferencia das notícias anteriormente analisadas sobre a professora mulher. Em outras palavras, a **notícia 20** mais parece uma biografia poética da carreira profissional da professora e pesquisadora da Pontifícia Universidade

Católica do Paraná (PUCPR), Jimena Aranda, uma das vítimas do acidente de ônibus que seguia o trajeto de Curitiba ao Rio de Janeiro e tombou na rodovia Régis Bittencourt (BR-116), no Paraná. O acidente que deixou 33 feridas e 16 mortas serviu de pano de fundo para a **Gazeta** contar os feitos sociais e acadêmicos da “[...] mulher que se tornou uma das mais destacadas pesquisadoras da PUCPR e uma ativista respeitada” (GAZETA, 2013, s/p).

Conforme a notícia, a professora era engajada no trabalho social que envolvia o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), bem como realizava um trabalho em conjunto com a mãe, Neide Aranda, de acolhimento às menores de idade em situação de rua. O trabalho de Jimena rendia elogios de colegas, de meninos e meninas acolhidas por ela e da **Gazeta**, que assumiu a professora como uma personagem corriqueira do jornal, pois “[é] provável que a primeira grande matéria na imprensa paranaense sobre Jimena Aranda tenha sido publicada em maio de 2005” e depois, a professora atuava como fonte para consulta de jornalistas que discutiam a temática de direitos humanos (GAZETA, 2013, s/p). O tom da notícia, ao retratar o trabalho de Jimena, é de estima, de admiração, são utilizadas palavras como *coragem*, *orgulho*, *sonho* para se referir à professora.

O modo produzido pela notícia de ver a professora mulher me remete às discussões de Elí Fabris (2001) sobre a pedagogia modelo dos filmes de Hollywood, a pedagogia do herói ou da heroína. Em suas problematizações, Fabris (2001) explica que há uma hegemonia masculina do professorado de Hollywood, mas as mulheres também aparecem como milagrosas e salvacionistas de crianças e jovens que estão na *escuridão da escola*. No caso de Jimena, a *escuridão* não é a da escola, é a das ruas, das cidades, da sociedade e o salvacionismo não se refere às alunas, mas aos meninos e às meninas atendidas por ela. Entretanto, a notícia sobre Jimena e os filmes analisados por Fabris (2001) compartilham a ideia de que, mesmo diante das frustrações da vida, no caso de Jimena a morte, e das análises de Fabris (2001) o desemprego das professoras, a figura docente é construída como santa, milagreira, características que as aproximam de *semi-deusas*.

Neste sentido, a professora é capaz de realizar o impossível, a do cinema, assim como Jimena, tem um lugar privilegiado e central na história, pois enfrenta obstáculos, subvertendo ordens, paradigmas e verdades.

O efeito sobre a sociedade da ação de Jimena e Neide foi imediata: embora o movimento dos meninos e meninas de rua tenha surgido na década de 1980, ainda prevalecia, nos anos 2000, a tese de que a drogadição e a vida nas ruas representavam um caminho sem volta. **A dupla provou que não** (GAZETA, 2013, s/p. grifos meus).

Professora de direito, Jimena “[...] tinha por hábito revelar a grandeza dos seus alunos” e ficou reconhecida como a orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do coronel da Polícia Militar (PM), Roberson Bondaruck, que segundo informações da **Gazeta dispensa apresentações**. Neste eixo, recorro a Rebecca Silva (2014) que identificou o poder pastoral na prática docente da professora Helena, da telenovela Carrossel da emissora brasileira SBT. Em seu artigo, ancorada em Michel Foucault, a autora relacionou o poder pastoral ao poder de cuidado docente, que se mostra como um dos pilares da construção da identidade de professoras, beirando o estereótipo da perfeição, intensificado pela referida novela.

A **Gazeta** discursa que a professora Jimena “[q]uando saía da sala de aula, cercada de estudantes [...] tinha feito dos seus alunos seres falantes, angariados para os direitos humanos” (GAZETA, 2013, s/p), o que, na perspectiva de Silva (2014), pode ser compreendido como uma responsabilidade da professora pelas suas *ovelhas*, responsabilidade de orientá-las, instruí-las sobre os caminhos que devem seguir. Entretanto se uma das ovelhas se desvia do rebanho coloca em xeque o trabalho da professora pastora. A **notícia 20** não relata o fato das ovelhas de Jimena terem saído do caminho que ela recomendou, pelo contrário, quando o jornal menciona que um de seus alunos *dispensa apresentações* invoca sentidos positivos para as *ovelhas* de Jimena.

É como se a notícia reverberasse que a professora Jimena não era oprimida por seu gênero, exibindo-a como um modelo de sucesso e benevolência, condições raras e pouca alcançáveis às demais mulheres. A condição de mulher está associada às opressões, considerando, certamente, suas especificidades identitárias que podem alavancar os obstáculos do caminho feminino ou amenizar como é o caso de Jimena (HOOKS, 2015).

2.4 A violência contra a mulher toma corpo: o seu

A **notícia 4**, que tem continuação³¹ nas **notícias 5 e 6**, apresenta o seguinte título: *Professora é assassinada dentro de escola em Almirante Tamandaré*, de 11 de dezembro de 2008. São dois jornalistas que assinam a notícia, Célio Yano e Leonardo Bonassoli, os quais narram o homicídio de Silvia Regin da Silva, de 42 anos. Os jornalistas explicam que “[...] os tiros foram dados na frente das crianças de quarta série da turma que Silvia dava aula, todas entre nove e dez anos de idade” (GAZETA, 2008, s/p).

Nesta notícia é possível visualizar uma suposta ausência de iniciativa da vítima, que privada de reação é morta na frente das alunas para quem lecionava, o que enfatiza, mais uma vez, a passividade da professora mulher na narrativa jornalística, em que ela foi sujeita *ao jogo do destino* (GERALDES, 1998). Embora os repórteres afirmem que, segundo informações da delegacia, “[...] ainda é cedo para falar de suspeitos”, há a contextualização de que Silvia “havia se separado do marido há três anos, mas há apenas um mês teria saído da casa dele [...]” (GAZETA, 2008, s/p) supondo que a violência pode ter sido cometida pelo ex-marido.

Ancorada em Machado (1998) é possível problematizar que a violência sofrida fora de casa é associada à doméstica como forma de ecoar uma constante nos feminicídios³²: o lar que deveria ser um lugar seguro se torna espaço da fatalidade, o marido, o filho, o namorado, que possuem a confiança da mulher, liberdade de convivência, se tornam os algozes da violência. E é nesse sentido que a escola, assim como o lar, deixa de ser um espaço seguro para se tornar local da morte.

O feminicídio de Silvia pode ser tratado como *morto accidental*, isto é, “[...] nele a morte se torna acontecimento como o corte de uma rotina: o avesso de uma programação” (NUNES, 1998, p. 48). Em outras palavras, a escola não seria um local de crimes e violências, quando se torna espaço de assassinato vira notícia. São notícias como esta que colaboram com a produção de uma *neurose coletiva de*

³¹ As três notícias tratam do mesmo crime e oferecem repetições de informações, por isso estão problematizadas no mesmo subtópico.

³² Feminicídio na perspectiva da feminista mexicana Marcela Lagarde invoca o substantivo quando ocorrem crimes contra às mulheres, mas também envolve “[...] o silêncio, a omissão, a negligência e a conveniência de autoridades encarregadas de prevenir e erradicar esses crimes” (LAGARDE, 2004, p.5) No Brasil, há a lei nº13.104/15, que considera crime hediondo o assassinato de mulheres por serem mulheres em que os acusados não possuem direito à fiança.

insegurança, instauram a cultura do medo e a permissividade da vingança (BENEVIDES, 1983; MACHADO, 1998; MONTORO, 1999).

Hall, Critcher e Jefferson (1973, p. 226) advertem que “[a]s coisas são noticiáveis porque elas representam a volubilidade, a imprevisibilidade e a natureza conflituosa do mundo”. Neste sentido, há uma ambivalência midiática que cerca o professorado feminino, por um lado as professoras, assim como Silvia da **notícia 4**, só existem culturalmente pelo discurso da violência (PEREIRA, 2009), por outro, existe uma institucionalização da violência pela mídia. “[A] propaganda e o medo teriam crescido muito mais que a própria criminalidade violenta. Trata-se, pois, de não confundir a visibilidade de um fenômeno com sua existência real” (BENEVIDES, 1983, p. 23). Horas³³ depois da **notícia 4** ser veiculada, o *site* da **Gazeta** atualizou a informação e lançou a **notícia 5**, intitulada *Ex-marido é suspeito de matar professora em escola de Almirante Tamandaré* e afirmou: “[...] principal suspeito do assassinato é flagrado entrando e saindo do local do crime pela reportagem do Paraná TV” (GAZETA, 2008, s/p).

Recorro a Montoro (1999) para discutir que há uma correlação frequente entre mídia e violência, em que uma visão mais tradicional de análise dos meios de comunicação acusa que a violência é um efeito da televisão, do rádio, do jornal, da internet; enquanto outra perspectiva analítica reverbera que as notícias expressam a realidade e contribuem para sua (re)criação. Em ambas as concepções sobre mídia e violência, construir uma notícia requer dar voz às fontes com credibilidade, isto é, existe o que Montoro (1999) denominou de *hierarquia de credibilidade*. A referida hierarquia pode ser conferida quando a **notícia 5** anuncia que o acusado foi visto pela equipe de reportagem da emissora televisiva, que compõe o grupo de comunicação que a **Gazeta** faz parte.

A violência contra a mulher é o *modus operandi* da sociedade vigente, visto que a cada 15 segundos, uma mulher é espancada por seu companheiro e apenas os casos mais graves – fatais – merecem destaque na mídia (PRIORI, 2007; BRITO e SILVA, 1998). Saffioti (2015) cita que 19% das mulheres assumiram sofrer alguma violência por parte dos homens, mas quando estimuladas a falarem, o número sobe para 43%. O feminicídio da professora Silvia Regin da Silva corrobora

³³ A notícia 4, intitulada “Professora é assassinada dentro de escola em Almirante Tamandaré”, foi veiculada às 10h28, enquanto a notícia 5, com o título “Ex-marido é suspeito de matar professora em escola de Almirante Tamandaré” foi publicada às 17h17 do mesmo dia 11 de dezembro de 2008.

com esta realidade, mas quando anunciado pela **Gazeta** demonstra, ainda, dois descasos associados: do jornalismo com o crime, que mais parece um número da estatística social e da polícia que espera ser procurada pelo suspeito.

Estas afirmações têm fundamento quando negocio com a **notícia 6**, sob o título *Professora morta em pátio de escola é enterrada*, em que o repórter, Leonardo Bonassoli, repete informações das matérias anteriores, bem como utiliza elementos superficiais para noticiar o sepultamento da professora mulher. No segundo parágrafo, ele escreveu: “Para o enterro, a Prefeitura de Almirante Tamandaré cedeu um ônibus, que levou parte das pessoas presentes ao **Cemitério Municipal de Bocaiúva do Sul [...]**” (GAZETA, 2008, s/p, grifos do autor). A referida ideia é considerada superficial, ao passo que não oferece informações consistentes e deixa dúvidas como: quais pessoas? Quais membros da família estavam presentes? Suponho, assim, que o ex-marido e suspeito do crime não compareceu ao enterro. A notícia apresenta repetições de informações, a fim de retomar o que aconteceu com a professora mulher, características comuns de matérias que oferecem desdobramentos sobre o fato já publicado (VIANA, 2001).

Entretanto, nos dois últimos parágrafos, dos seis publicados na **notícia 6**, constam dados sobre o acusado do crime. Com as afirmações do delegado, o repórter levanta a ideia de que o ex-marido não aceitava a separação, que fora conturbada; foi visto no dia do crime pela equipe de reportagem da Rede Paranaense de Televisão (RPC); não se apresentou para depor quando intimado pela polícia. Sobre a separação conjugal, Priori (2007, p. 123) analisa que “[a] discordância de mulheres na separação do casal está entre as razões de discussões que resultam em agressões provocadas pelos próprios homens”.

Acerca da inércia da polícia e do desaparecimento do ex-marido, entendo que são inferências jornalísticas que evidenciam o descaso policial com o feminicídio, uma vez que não houve a procura e/ou perseguição do acusado, sua captura, ele nem sequer testemunhou ou esteve presente no velório da falecida, o que revela a banalização do crime por parte do sistema policial, que parece tratar o episódio como uma perfumaria da rede de criminalidade (SOLNIT, 2017). A notícia é finalizada da seguinte maneira: “O policial **diz aguardar** o comparecimento do ex-marido na delegacia na segunda-feira (15)” (GAZETA, 2008, s/p, grifos meus).

A falta de iniciativa da polícia em procurar o ex-marido para explicações prova que a Lei Maria da Penha não está sendo cumprida, uma vez que no artigo 10, do

capítulo III, consta a seguinte afirmação: “Na hipótese da iminência ou da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, a autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência adotará, de imediato, as providências legais cabíveis” (LEI MARIA DA PENHA, 2006, s/p). Auad (2003, p. 77) recorda o assassinato da advogada Patrícia Ágio Longo, assassinada “[...] pelo seu marido, o promotor Igor Ferreira da Silva, quando estava no oitavo mês de gravidez”.

No referido caso, o assassino conseguiu sair da prisão e esteve foragido, o que a autora justifica como “[a] polícia simplesmente não consegue ou não quer achá-lo e fazer o que a Justiça determinou: prendê-lo” (AUAD, 2003, p. 78). A narrativa de Auad (2003) se torna familiar, ao passo que na **notícia 6**, a polícia também não desenvolve o seu trabalho. Parece-me que a impunidade é uma característica da violência contra a mulher.

A **notícia 13** tem o título *Professora baleada em sala de aula passa bem após cirurgia*, de 12 de setembro de 2012 e versa sobre o atentado de feminicídio contra Edivânia Capellet, de 31 anos, que levou um tiro no rosto e precisou de cirurgia para reconstituir a arcada dentária. Embora no texto da notícia, o repórter Luiz Carlos da Cruz tenha avisado que o ex-namorado é *suspeito de ter atirado* e está foragido, na linha fina, ele acusa o sujeito. “Vítima passou por uma cirurgia para reconstituir a arcada dentária após ser alvejada por **três tiros disparados por ex-namorado**” (GAZETA, 2012, s/p, grifos meus). Por esse modo acusatório de noticiar os fatos é que Traquinas (2012) anuncia o jornalismo como *Quarto Poder*, pois existe uma responsabilidade simbólica de que o jornalismo precisa obter – e divulgar – as respostas sobre os acontecimentos ainda sem solução.

Neste sentido, o autor explica que o jornalismo é o modo encontrado para a vociferação da opinião pública, pois “[o]s jornais eram vistos como um meio de exprimir as queixas e injustiças individuais [...]” (TRAQUINA, 2012, p. 47). É possível examinar, ainda, que a fonte consultada na notícia é a coordenadora da instituição de ensino, Jacqueline Fieira, cujo relato expõe como está a recuperação da saúde da professora. A manifestação de Jacqueline me remete às problematizações de Gregori (1993) acerca da junção dos femininos em prol do deslocamento da opressão da mulher. Em outras palavras, a autora analisa que as mulheres precisam partilhar experiências, conviver umas com as outras e desenvolver o que ela chama de *confiança mútua* para que ocorra um movimento de decomposição da dominação da masculina. Davis (2015) analisa que as mulheres de raças, classes e poderes

diferentes podem *dar as mãos* na tentativa de amenizar as suas dores e intensificar suas lutas.

Quando o jornalista dá voz à Jacqueline, o que não é recorrente em outras notícias analisadas em que as fontes ouvidas são, predominantemente, compostas por homens, ele dá espaço a outra mulher, um espaço de fala e argumentação sobre o ocorrido, uma vez que a vítima não pode se manifestar, pois o tiro acertou sua boca. Nesta oportunidade, as duas mulheres estão juntas, embora uma tenha sido violentada e a outra discursse sobre.

Logo, o silenciamento da professora Edivânia não se prolonga, pois Jacqueline deteve o poder de fala pela colega de trabalho. Diferente do que é visto com frequência no jornalismo, na ciência e na academia, em que é o homem falando pela e sobre a mulher (LOURO, 1997; SOLNIT, 2017), na referida notícia é uma mulher falando por outra, mesmo que por meio, com o aval, de um homem, o repórter. Solnit (2017a, p. 27) problematiza que “[o] silêncio é o oceano do não dito, do indizível, do reprimido, do apagado, do não ouvido. Ele cerca as ilhas dispersas formadas pelos que foram autorizados a falar, pelo que pode ser dito e pelos ouvintes”. Silêncio, para a autora, é imposição, não objeto de escolha. O tiro em Edivânia foi imposição, na mesma perspectiva que a fala da coordenadora Jacqueline também.

O trecho “[...] o rapaz [...] foi até a sala de aula onde Edivânia estava e atirou três vezes contra a educadora na frente dos alunos” (GAZETA, 2012, s/p) pode ser interpretado como um show, um espetáculo mórbido de agressão à mulher, mas que também puniu outra minoria cultural: as crianças, alunas de Edivânia. Kehl (2004, p. 142) traz o conceito de Sociedade do Espetáculo, do francês Guy Debord³⁴, para o âmbito das imagens midiáticas e considera que “[a] arena da visibilidade desloca-se do foro onde os homens negociam e as decisões são tomadas, para o das imagens que parecem mais adequadas ao espetáculo dos telejornais”. Ou seja, o show da tentativa de feminicídio de Edivânia precisava de público, no caso, as crianças que compunham seu alunado.

A violência contra a mulher serve, portanto, de lição às crianças, lição ao vivo, em cores, presenciais, ministrada pelo acusado e que demonstra quais as relações de poder estão em ação. Saffioti (2015, p. 89) divide o poder em duas facetas, a

³⁴ No livro Sociedade do Espetáculo, Debord (1998) atribui ao sistema capitalista a fetichização das aparências que se tornam experiências para os indivíduos.

impotência e a potência. Nelas, “[a]s mulheres são socializadas para conviver com a impotência; os homens – sempre vinculados à força – são preparados para o exercício do poder”. Desse modo, entendo que houve, no espetáculo da violência sofrida pela professora, duas educações simultâneas para as crianças: aquela baseada na força para os meninos e outra, baseada no medo, para as meninas.

Saffioti (2015, p. 98) colabora, ainda, para a compreensão da violência contra mulher sofrida pela professora na **notícia 13**, bem como o tom acusatório do jornalista, pois a autora admite que são raras as vezes em que a mulher “[...] sofre violência por parte de estranhos. Os agressores são ou amigos ou conhecidos ou, ainda, membros da família”. Portanto, os tipos de violência que cercam as mulheres, de modo mais recorrente, são a doméstica e a intrafamiliar, o caso de Edivânia, conforme a **notícia 13**, confirma essa proposição, pois o ex-namorado é o acusado.

O modo como a professora é representada na **Gazeta** obedece regras técnicas do jornalismo cotidiano, mas quando espetaculariza a morte de Edivânia, o jornal produz conteúdo que beira o entretenimento, cedendo às pressões midiáticas de convidar o público à leitura. Uma leitura que questiono porque a imprensa oferece subsídio político ao público, para (re) pensar as questões de ordem social, cultural, econômica e se configura como uma *instituição quase pública*, nas palavras de Muniz Sodré (2009). Portanto, o jornal pode servir de eixo condutor das questões sociais, no caso específico da **notícia 13**, a **Gazeta** mostra que a violência só existe se for vista, no caso da professora Edivânia foi constatada pelas crianças – e depois pelo público leitor.

A **notícia 29** de sete de dezembro de 2014 tem o título *Professora universitária é morta com a mãe em São Carlos* e discursa sobre o feminicídio sofrido pela professora da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), de São Carlos, São Paulo, Carla Christina Medalha e de sua mãe Izaura Azevedo. Antes de informar à leitora o nome da professora, a notícia explica como o duplo assassinato ocorreu e relata o nome, idade e parentesco do assassino com as vítimas. Método de noticiar que lembra a invisibilidade histórica e cultural da violência contra a mulher no Brasil que precisou ser nomeada pela Lei Maria da Penha para ser reconhecida, uma vez que nos anos setenta, por exemplo, não se discutia o assunto no país. Foi preciso especificar a violência para visibilizar sua constância (MACHADO, 1998).

Das 18 linhas que compõem a notícia, a quarta é destinada a revelar a identidade do assassino e a décima a identidade da professora Carla. Essa articulação discursiva construída pela **Gazeta** pode ter relação com as discussões de Rosa Fischer (2001, p. 592), que ancorada na psicanalista Maria Rita Kehl, explica que as mulheres estão em uma “[...] posição em que o sujeito é sempre o outro: ou o pai, ou a mãe fálica ou o parceiro”. Simone Beauvoir (1949, p. 14) analisa que “[o] homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro”. Na **notícia 29**, o sujeito é o padrasto, ele mata, ele age, ele tem destaque.

O caso da professora Carla e de sua mãe Izaura configura feminicídio, em que “[a]s duas receberam pelo menos 20 facadas” de Antônio Dias Ribeiro padrasto de Carla e marido de Izaura (GAZETA, 2015, s/p). Ramos e Paiva (2007) advertem que o Brasil está em quinto lugar no ranking dos países que mais matam mulheres no mundo e asseveram que existem notícias não publicáveis com a finalidade de preservar a sensibilidade da leitora. Iniciativa que não ocorre na **Gazeta**, pois o jornal noticiou, inclusive, casos de violência contra a mulher professora de outro estado, o estado de São Paulo, como o caso de Carla.

Episódios como da professora da **notícia 29** têm sido constantes no território brasileiro, visto que a violência contra as mulheres tem sido sinônimo de violência doméstica e conjugal, práticas históricas que permeiam o universo feminino. Os relatos estudados por Priori (2007) exibem o porquê ocorrem as violências, que vão desde discordâncias entre os casais, o ciúmes e as ações banais como jantar atrasado e as filhas chorando. Embora o jornal não aponte o porquê mãe e filha foram assassinadas pelo padrasto, é preciso reconhecer que o ambiente privado tem sido o local em que ocorrem a maioria dos casos de violência, a notícia sobre a morte da professora mulher Carla e sua mãe é um exemplo disso (PRIORI, 2007).

2.5 Coadjuvantes de suas histórias

Na **notícia 7**, de 12 de julho de 2010, a **Gazeta** reporta: *Corpo de professora de psicologia é encontrado enterrado no balneário de Sangri-lá*. Mais uma matéria jornalística que não utiliza a família da vítima como fonte, não inova as testemunhas do crime e/ou do encontro do corpo sem vida, pois as informações emitidas são baseadas em laudos da polícia e nas falas dos delegados que investigam o crime. O que pode ser visto como uma forma do jornalismo mostrar sua relação com a polícia,

como se os poderes – de informar crimes e prender os acusados – se conectassem em prol do bem-estar da comunidade. A impressão que tenho é aquela discutida como

[...] o crime é notícia porque seu tratamento evoca ameaças, mas também reafirma a moralidade consensual da sociedade; desenvolve-se perante nós uma peça de moralidade moderna na qual o ‘demônio’ é expulso tanto simbólica como fisicamente das sociedades pelos seus guardiões – a polícia e magistratura (HALL, CRITCHER, JEFFERSON, 1973, p. 237).

Sobretudo, há inúmeros problemas no modo com que a polícia arquiva e anuncia os dados sobre violência para a imprensa, pois não existem formas padronizadas de divulgação de informações e estatísticas, que implicam na disseminação de informações dispersas sobre o assunto (BRITO e SILVA, 1998). A **notícia 7**, cuja história anuncia como foi encontrado o corpo da professora Telma Fontoura, de 53 anos, no litoral do Estado, evidencia que a cobertura foi feita às pressas e/ou não passou por revisão, pois há erros de grafia na matéria.

Por volta das 22h, foi registrado um boletim de ocorrência na delegacia, registrando o desaparecimento da professora. Policiais civis e o Corpo de Bombeiros **realizaram buscas** na região até às 2h desta segunda-feira (GAZETA, 2010, s/p, grifos meus).

Sendo assim, o fato de uma professora mulher ser encontrada morta no litoral não requer muita repercussão, nem cuidados básicos com a escrita jornalística que noticia o crime, pois a violência é percebida como um ato isolado do cotidiano, uma transgressão da realidade e, raramente, como *um fenômeno coletivo* (NUNES, 1998; SOLNIT, 2017). A **notícia 7** não possui desdobramentos em outros dias e horários na **Gazeta** e a história da professora Telma Fontoura é contada em seis parágrafos; o sétimo é destinado a relatar o desaparecimento de outra personagem, uma psicóloga de Curitiba.

Ambos são tratados como desvios de comportamentos, que fogem à regra social, bem como dão chance à leitora de ativar o interesse *mórbido* inconsciente, costumeiro daquelas que procuram as páginas policiais dos jornais (NUNES, 1998). Nesta notícia, cumpre-se o que Nunes (1998, p. 48) explicou como “[a] morte não é uma informação, mas cada morte é desnudada ao extremo: nome, nome da família, idade do morto, etc.”.

O modo como o assassinato da professora Telma foi noticiado pela **Gazeta** sugere que a violência contra a mulher não é uma realidade recorrente, que não existem casos a cada minuto, a cada hora, a cada dia, meninas e mulheres espancadas, violentadas e assassinadas por estranhos e por seus companheiros. Para confrontar o tom da **Gazeta** referente à morte da professora Telma Fontoura, ressalto que “[...] o homicídio é a principal causa de mortes femininas”, é como se a cada 24 horas uma mulher fosse morta no Brasil, conforme dados do ano 2000 (AUAD, 2003, p. 78).

Sandra Azevedo e Loreley Garcia (2011) se preocuparam em estudar a violência contra a mulher na mídia e verificaram que o binômio gênero e violência vêm sendo pautado de forma preconceituosa e sensacionalista. As autoras estudaram o caso de feminicídio de uma estudante de João Pessoa, de 20 anos, em que o assassino condenado depois de 10 anos do crime, desfrutou, durante esse tempo, de imunidade parlamentar e só foi acusado depois que não se reelegera mais como deputado da Paraíba.

Conforme o eixo de investigação das autoras, a violência contra a mulher ganha espaço na mídia a partir do final do século XX – porque se torna problema de caráter social – e explicam que os crimes contra as mulheres conquistam maior repercussão midiática quando há o envolvimento de pessoas de alto poder aquisitivo e visibilidade social. Azevedo e Garcia (2011) constataram que a mídia veicula uma visão estereotipada das mulheres vítimas de violência, as quais são julgadas moralmente e associadas às práticas ilegais, que deixam nítidas as representações machistas da mídia.

[C]onsideramos que o julgamento moral passa a ser, em alguns casos, uma definição primária que produz no imaginário social um enquadramento que reverte os enunciados dos crimes contra mulheres, fazendo com que elas passem a ser muitas vezes representadas como indiretamente ou diretamente **responsáveis pela violência sofrida** (AZEVEDO; GARCIA, 2011, p. 12, grifos meus).

As narrativas jornalísticas como da **notícia 7** estão atreladas aos discursos que circulam no cotidiano, de que as mulheres têm responsabilidade sobre a violência sofrida, generalizando identidades, práticas e violências e deixando-as em segundo plano no enredo de suas próprias histórias.

A **notícia 8**, de 28 de março de 2012, apresenta o seguinte título *Em anúncio, aluno pede desculpas para professora* e não é assinada por uma jornalista específica, há o crédito *da redação*. A notícia circunda a história de um aluno do Colégio Estadual Barão do Rio Branco, de Londrina, que escreveu na rede social Facebook que “[...] pretendia ‘atear fogo’ [...]” na professora de artes (GAZETA, 2012, s/p). A escola se posicionou de modo controverso, uma vez que chamou o pai e o aluno para explicações e não tomou nenhuma medida disciplinar para punir o menino. Diante disso, o pai, que é tratado na notícia com *tom* de herói, solicitou ao filho que publicasse um anúncio com pedidos de desculpas à professora por três dias seguidos, em um jornal local.

No anúncio, “[...] o aluno diz que quer se retratar com a professora de artes Rosana Marques Franco [...]” e pede para que outras colegas não repitam sua atitude (GAZETA, 2012, s/p). A diretora da escola foi ouvida pela notícia e explicou que “[n]ão achamos que ele fosse cometer alguma violência” (GAZETA, 2012, s/p). Neste cenário, não vemos a professora, não sabemos sua opinião, suas impressões, pois ela não foi ouvida pela **Gazeta**. É como se o pedido de desculpas fosse mais relevante – e digno de notícia – do que o aceite de desculpa. Aquela que sofreu ameaças é a sujeita da história, entretanto, é tratada de modo passivo, relegada ao segundo plano, ou melhor, a nenhum plano.

Solnit (2017a) analisa que o silenciamento das mulheres pode ocorrer nas mais diferentes situações de violência, ou seja, quando uma mulher apanha para calar-se, quando um *não* é desrespeitado pelo estuprador, quando a versão feminina tem menos valor que a masculina, em contrapartida explica que a voz faz com que as coisas mudem de lugar, propicia outros ordenamentos discursivos. E, no caso da **notícia 8**, mexer nas coisas pré-fixadas seria consultar a professora, deixá-la vociferar sua versão, mas que desestabilizaria o ato de heroísmo do pai e a redenção do aluno, alterando os discursos, o que não deve ter sido interessante para a **Gazeta**, pois não foi feito.

Caso a ameaça do aluno tivesse sido cumprida, a professora poderia estar morta – e mais uma vez não seria ouvida. Logo, com vida ou não, a professora não tem voz no jornal. Sodré (2009) discute que o jornalismo precisa relativizar as versões de um fato por meio da apuração de mais de uma versão sobre o assunto a fim de evitar a tendenciosidade da notícia.

[O] sistema de informação procura definir-se ou justificar-se por uma ideologia da transparência absoluta entre o enunciado e o fato, como se a linguagem funcionasse ao modo de uma pintura realista do mundo. Quando é o caso de um assunto controverso, a prática profissional manda que se “ouçam todos os lados”, isto é, que se compilem o maior número possível de versões (SODRÉ, 2009, p. 49).

A orientação teórica do autor não ocorreu na **notícia 8**, os dois lados da informação não foram confrontados. Quando Gregori (1993) discute a violência doméstica, a autora se incomoda com a polarização entre algoz ativo e vítima passiva, uma vez que estar no lugar da vítima requer resistência, atitude e reflexão. Sobretudo, quando a vítima é mulher, o lugar da passividade fica particularmente resguardado a ela, assim como foi visto na **notícia 8**, em que a professora é silenciada e alocada em um espaço passivo – quase de anulamento – da comunicação realizada pela **Gazeta**. Chauí (1985) analisa que as relações hierárquicas disponibilizam lugares culturais para os sujeitos, lugares que significam opressão, exploração e dominação. Deste modo, a professora é dominada pelo seu anulamento, pois “[é] também a ação que trata o sujeito como coisa, caracterizando-o pela inércia, pela passividade e pelo silêncio” (CHAUÍ, 1985, p. 35).

A referida notícia não cita o nome do aluno por ser menor de idade, não menciona o nome do pai, a pedido dele, mas explicita o nome completo e local de trabalho da professora, demonstrando sua impossibilidade de agir no mundo. Com o respaldo teórico de Gregori (1993), pergunto: ela foi consultada? Perguntaram se ela gostaria que sua identidade fosse revelada? Se perguntaram, por que não a entrevistaram e expuseram suas opiniões sobre o caso?

“A produção da notícia pelo jornalismo é um processo de (re)produção dos sentidos com os quais o receptor da comunicação já está familiarizado” (MONTORO, 1999, p. 119). Desse modo, supomos que a exclusão da fala da professora da notícia já é algo costumeiro para os sujeitos culturais, que anulam a professora por ser mulher e/ou por ser professora. As vozes presentes na **notícia 8** são do pai e da diretora, as vozes ausentes são da professora, da Delegacia da Mulher (uma vez que houve ameaça contra ela) e do Núcleo Regional de Educação, responsável pelo colégio estadual.

É possível visualizar o modo como foi produzida a **notícia 8**, que banaliza a violência sofrida pela professora em detrimento do enaltecimento da atitude do pai,

cuja iniciativa foi chamar a atenção do filho, procurar a escola e expor seu *papel de pai* no jornal local. Sendo assim, o destaque dado pela **Gazeta** à performance do pai reitera a hegemonia masculina (FRAGA, 2003; BUTLER, 2016; GREGORI, 1993; CONNELL, MESSERSCHMIDT, 2013) e configura *mansplaining*, uma vez que quem explica o episódio é homem, neste caso, o pai (SOLNIT, 2017).

A cultura machista, que restringe à mulher papéis subalternos, minimizados pela masculinidade sobrejacente é a mesma que aloca a mulher feminista como a mal-amada, a feia e assexuada. Esse olhar machista sobre o feminismo é aquele que patologizou a homossexualidade com a mesma veemência que constituiu áreas da medicina misóginas sobre o corpo feminino. O homem que narra a mulher, como ela deve ser, como se comportar, ver o mundo, como tratar seu corpo e mente (RAGO, 2001; SOLNIT, 2017).

Hoje, as feministas colocam como uma das mais importantes bandeiras de luta a questão dos direitos reprodutivos, aí incluindo-se temas como maternidade, aborto, violência doméstica e saúde integral da mulher (RAGO, 2001, p. 59).

A emergência da articulação dos movimentos feministas se deu pelo contexto de subalternização do feminino ao longo da história. No Brasil, a imprensa foi uma das responsáveis por determinar às mulheres seu espaço cultural, seus comportamentos e expectativas de existência. Entre os séculos XIX e XX, escrever para jornais era função exclusiva de homens, os quais ocupavam cargos de chefia no judiciário e no exército. Eles mesmos escreviam e liam seu textos que, ao mesmo tempo, determinavam como os homens seriam distintos e civilizados, características necessárias para quem ocupava cargos de poder, e como deveriam se comportar – e pensar – as mulheres, *as rainhas do lar* (PEDRO, 2013).

Neste sentido, Karina Woitowicz e Joana Maria Pedro (2010, p. 1) destacam que

[o] movimento feminista desde cedo reconheceu o papel da mídia na produção de estereótipos. Assim, a crítica ao modo como as mulheres eram representadas nos meios de comunicação, em especial na segunda década do século XX, acompanhou o processo organizativo do movimento.

Em 1976, houve movimentações feministas no Brasil por meio do *slogan Quem ama não mata* acerca do assassinato de Ângela Diniz pelo companheiro Doca Street. Mirian Grossi (1993, p. 167) analisa que “[d]e vítima, Angela Diniz passou a ser acusada de ‘denegrir os bons costumes’, ‘ter vida desregrada’, ser ‘mulher de vida fácil’”. No segundo caso, de Daniela Perez, filha da autora de novelas, da Rede Globo de televisão, Glória Perez, a ficção parecia se confundir com a realidade, uma vez que o entrelace de personagens da novela *Corpo e Alma*, de 1992, ocorreu também na vida cotidiana, ocasionando na morte da atriz com 19 facadas proferidas pelo seu companheiro de cena e pela mulher dele, na vida real.

Portanto, Grossi (1993), Azevedo e Garcia (2011) e Fraga (2003) concordam que a inferiorização da vítima é uma marca dos enunciados sobre a violência contra a mulher, mais do que inferiorizar em uma escala, a **Gazeta** anula a identidade da professora mulher na **notícia 8**, alocando-a como coadjuvante de sua própria história. Neste eixo cabe uma notificação. As discussões apresentadas nos parágrafos anteriores sugerem um elitismo e racismo porque se referem às problematizações da mulher branca, de classe abastada, que exerce seus privilégios em relação à mulher negra e à mulher indígena. Esta constatação se justifica porque conforme as discussões de hooks (2015) há movimentos feministas que não visualizam a supremacia branca como estratégia e, assim, por meio de práticas excludentes não reconhecem as necessidades, lutas e ambições de outras facetas identitárias das mulheres. Logo, a imprensa feminista de Woitowicz e Pedro (2010) e as personagens analisadas de Grossi (1993), na oportunidade citada, tratam de histórias relevantes e necessárias aos movimentos feministas, mas exibem um conjunto de mulheres e políticas que não levam em conta opressões de gênero somadas à classe e à raça.

2.7 A culpa é dela!

A **notícia 9**, com o título *Acidente grave mata professora na BR-376, próximo à região de Ponta Grossa*, foi publicada em 02 de maio de 2012 e escrita pelo jornalista Derek Kubaski. A referida notícia versa sobre o acidente de carro que culminou na morte da professora Leliane Maria Christo, de 42 anos, que envolveu “[...] um carro de passeio, uma van e um caminhão [...]” (GAZETA, 2012, s/p). A teia discursiva produzida pelo jornal remete às desigualdades entre os gênero que não

passam de construções culturais produzidas pela masculinidade hegemônica para alocar em espaço de menor poder os outros grupos culturais, entre eles, as mulheres (BUTLER, 2016).

Na notícia, a professora é representada como a culpada pelo acidente que resultou em sua morte, uma vez que o jornalista escreveu “[a] professora Leliane [...] seguia pela pista sentido Imbaú quando **perdeu** o controle do carro, **invadiu** a pista contrária e **acabou** colidindo com o caminhão” (GAZETA, 2012, s/p, grifos meus). Os verbos grifados oferecem a conotação negativa sobre a atuação da professora no acidente, como se a culpasse pelo ocorrido, como se ela fosse a responsável pelo que aconteceu.

É possível analisar que houve uma hierarquização das envolvidas, pois os outros dois veículos estavam ocupados por homens, na van havia funcionários do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), de Curitiba, e no caminhão um homem que “[...] tentou evitar o acidente” (GAZETA, 2012, s/p). Hierarquização que alocou a professora em um espaço de vítima, pois ocorreu sua morte, mas também de responsável, culpada pelo ocorrido. Culpabilização que permitiu ao repórter tratá-la como “o corpo ficou preso às ferragens” (GAZETA, 2012, s/p). Um corpo sem vida, sem ação, sem direito à fala por sua própria (ir)responsabilidade. A professora Leliane é associada ao fracasso feminino e como fracassada, sua morte seria o menor dos prejuízos de um acidente com vítima fatal (GERALDES, 1998).

O acidente ocorreu em um cenário público, uma estrada do Paraná, neste sentido, a narrativa da notícia invoca, sob minha ótica, que a professora era minoria, em quantidade, naquele contexto, afinal entre os seis homens envolvidos no acidente, a vítima fatal foi uma mulher. Logo, a divisão de papéis que ocorria em séculos anteriores não permitia que mulheres dirigissem e/ou estivessem neste espaço social. Desse modo, os verbos como *perdeu*, *invadiu* e *acabou* podem sugerir que, se a professora não estivesse neste espaço, não estivesse dirigindo, poderia estar salva – e não teria colocado outras vidas em risco. É como se sugerissem, ainda, que aquele não era o lugar de Leliane, não era seu ambiente, logo a única a se machucar gravemente foi ela (WHITAKER, 1988; MACEDO, 2003).

A responsabilização de Leliane pelo jornal remete à história da luta das mulheres que viviam em um cenário em que a beleza era um atributo genuinamente feminino e incompatível às faculdades intelectuais. Refiro-me ao estudo da trajetória feminina realizado por Soihet (1997) em que é discutida a inferioridade da mulher,

ideia que se arrastou por séculos e tinha como base a fisiologia, cuja determinação apontava os papéis das mulheres e dos homens da sociedade. Ideias que foram colocadas em xeque por Olympe de Gouges, responsável por propor a Declaração dos Direitos da Mulher e “[...] condenada à morte, pela acusação de pretender subverter a ordem natural” (SOIHET, 1997, p.11).

Nesta perspectiva, as mulheres que demonstravam sensualidade, inteligência, não possuíam os sentimentos maternos, eram consideradas perigosas porque se contrapunham ao duplo discurso masculino: o homem que fala do homem; o homem que fala da mulher (WHITAKER, 1988; SOIHET, 1997). Tais definições de ser mulher nos séculos XIX e XX restringiam a liberdade feminina e configuravam a violência contra as mulheres. Esta violência que me refiro aqui não é física, pois Rachel Soihet (1997) explica que as transformações civilizatórias dos séculos XVI e XVII permitiam violências simbólicas em detrimento dos enfrentamentos corporais. Logo, o jornal ao noticiar o acidente de Leliane no século XXI comete violência simbólica, pois a assenta em um espaço de equívoco, um espaço de perigo causado pela sua presença.

Historicamente, a divisão de papéis entre os gêneros ambientava os homens no espaço público e as mulheres no privado, ressaltando que o privado não se refere exclusivamente à privacidade, mas à privação³⁵, o que promoveu uma insatisfação latente entre as mulheres brancas do século XIX sobre seu papel no círculo social. Na segunda década do século XXI, Leliane é culpabilizada pela notícia escrita por um homem, o qual demonstra simbolicamente que o lugar dela, para a segurança coletiva, não seria o espaço público.

A **notícia 10** foi escrita por Felipe Aníbal e Heliberton Cesca e publicada em 03 de maio de 2012 com o título *Alunas de Pedagogia da UFPR denunciam professora por racismo*. O enredo versa sobre um episódio em que “[a] professora teria dito ‘duas macaquinhas comendo banana’ enquanto as alunas lanchavam” (GAZETA, 2012, s/p). Embora a notícia explique “[...] que a frase não foi dita por maldade” (GAZETA, 2012, s/p) e a professora pediu desculpas pelo ocorrido às duas estudantes, o que fica visível é que “[e]nquanto ré, acusada ou condenada, a mulher ganha importância fundamental. A ré é, em si, uma personagem bastante cara à imprensa: é a exceção, a curiosidade [...]” (GERALDES, 1998, p. 207).

³⁵ A ideia do espaço da mulher ser o privado no sentido de privação advém das discussões de Hannah Arendt (1981), no livro *A Condição Humana*.

Em contrapartida, Cleide Silva (1998) sinaliza que, frente ao show de notícias, as mulheres não são personagens interessantes, que movimentam a audiência. Nas palavras da autora, “[...] notícias sobre os atos violentos sofridos ou cometidos por mulheres não têm uma boa receptividade no mercado, ou talvez não são boas protagonistas de ‘espetáculo’” (SILVA, 1998, p. 139). Diante disso, se quando é vítima, a mulher é silenciada e/ou anulada, como foi escrito anteriormente, quando algo é levada em consideração, mas não é ouvida pelo jornal, sua opinião e versão diante dos fatos não têm oportunidade.

Por um lado, tanto as alunas quanto a professora têm suas identidades preservadas no texto jornalístico; por outro, o nome do advogado das alunas, bem como do delegado que acompanhou o caso estão em negrito, mesmo que ambos não tenham emitido declaração à notícia. Como afirma Elen Cristina Geraldês (1998, p. 203), “[o]s jornais brincam com a palavra” e ao enaltecer os nomes masculinos em detrimento dos femininos há a marca cultural da fala da hegemonia, o homem.

Em outras palavras, as articulações discursivas da referida notícia sugerem que o masculino é quem narra o episódio que envolveu três mulheres, sendo duas mulheres negras; é o homem quem tem o direito ao destaque. Há a reiteração da norma, visto que a ciência, a educação, a economia, a política e a cultura são masculinas, por que com a **notícia 10 da Gazeta** seria diferente? (FRAGA, 2003; LOURO, 1997a; SOLNIT, 2017).

Todavia, as mulheres negras têm lutado para que sua voz não seja mais mediada por outras identidades, uma vez que a cultura da mulher negra tem sido alvo de discussões de gênero, mas também das problematizações sobre raça e etnia. O feminismo que é discutido pela mulher branca não faz sentido – integralmente – para a mulher negra, pois sua luta permeia direitos que as mulheres brancas já possuíam, uma vez que o parâmetro para a mulher negra é, ainda, a mulher branca (CARNEIRO, 2003).

Por isso, não há como discutir gênero sem problematizar raça, classe, geração, profissão, considerando a intersecção entre as categorias identitárias para refletir sobre a realidade – e as desigualdades e privilégios existentes. Glória Anzaldúa (2000, p. 229) explica: “[m]inhas queridas hermanas, os perigos que enfrentamos como mulheres de cor não são os mesmos das mulheres brancas, embora tenhamos muito em comum”.

Se de um lado, a **notícia 10** apresenta *mansplaining*, ao passo que visibiliza as vozes masculinas em detrimento das femininas, por outro lado, ela sugere modos de denúncia de racismo, evidenciando que as mulheres negras desempenham papéis de resistência frente às desigualdades, diferentemente dos livros didáticos que exibiam – em alguns casos ainda exibem – suas antepassadas como servas, passivas e domésticas. Desse modo, a referida notícia pode ser vista de modo ambivalente: pelo viés da luta das mulheres e pela ótica da reverberação de vozes masculinas como fontes de autoridade sobre elas (SOLNIT, 2017; ANZALDÚA, 2000).

A **notícia 10** promove, como pedagogia cultural, a relevância de professoras não serem agentes de propagação de formas discriminatórias junto às alunas. A professora como líder de opinião e referência cultural não pode contribuir para a marginalização dos grupos oprimidos nas instâncias culturais, políticas, econômicas e sociais. Neste sentido, as instituições de ensino devem ser um espaço de luta pela redução da desigualdade, ao mesmo tempo em que podem se configurar como um local do reconhecimento de privilégios, sejam eles culturais, políticos, sociais e/ou econômicos.

Não me cabe julgar, classificar e avaliar a atitude da professora narrada pela **Gazeta**, mas refletir sobre as representações que as cercam e o modo como o jornalismo compõe teias discursivas em torno de sua história. Sendo assim, é relevante problematizar o jornalismo em uma perspectiva da educação e das relações de gênero porque o

[...] jornalismo pode legitimar o machismo: No caso do preconceito de gênero, ao destacar e valorizar questões, vozes ou **imagens masculinas em detrimento das femininas**, o jornalismo dissemina uma imagem estereotipada e discriminatória das mulheres. Em relação ao jornalismo, este pode legitimar a dominação masculina ao utilizar termos e imagens sexistas, e, ao enfatizar a mulher em determinados assuntos e excluindo-a de outros (BUENO, 2009, p.413, grifos meus).

A autora explica, ainda, que a baixa – ou nenhuma – participação de assuntos feministas na agenda dos jornais provoca um robustecimento dos valores masculinos sobre os femininos. Um exemplo é a análise realizada sobre a Marcha das Margaridas, de Brasília, no ano de 2007, cujo movimento reuniu em média 30 mil mulheres e foram encontradas oito notícias no *site* da Globo, que abrange toda a

produção jornalística da maior emissora do país. Entretanto, a Rede Globo de Televisão não debateu o assunto com profundidade (BUENO, 2009).

Pereira (2009) percebeu que as notícias do jornal valoram de modos diferentes homens de classe baixa e homens de classe alta. Os de classe baixa são narrados como propensos a cometer violência, enquanto os de classe alta são personagens de casos isolados, os quais apresentam lições sobre as transformações (de identidade, de comportamento) vivenciadas pelos sujeitos das notícias. Na mesma perspectiva, mas tratando sobre as notícias de violência no jornalismo, Geraldes (1988) analisa que as jornalistas são responsáveis por eleger tom, palavras, linguagens e fatos que tenham maior destaque, que gerem maior repercussão. Nas palavras da autora,

[s]e Dona Maria perde o filho negro, desempregado, pobre, provavelmente analfabeto ou pouco escolarizado, em uma periferia urbana [...] resta-lhes poucas linhas no jornal. Se, porém, um filho de classe média for morto em um assalto em um barzinho bem decorado, acompanhado de amigos também promissores, os jornais não desistem, gritam, procuram culpados, fazem apologias. As vidas não têm o mesmo peso, nem as mortes, para os jornais (GERALDES, 1988, p. 205).

Essa forma hierárquica de fazer jornalismo compõe a cultura da sociedade vigente, mas também delinea a linha editorial do veículo e das jornalistas que escrevem/cobrem os fatos.

As produções de sentido, propagadas pelos jornais, são consideradas por Benevides (1983) como antigas conhecidas, ou seja, o que é visto e lido nas páginas e *sites* do jornal já é familiar à leitora, em especial quando as notícias abarcam o tema da violência. Para a autora, ao divulgar frequentemente as violências provocadas pelos sujeitos pobres, da periferia da cidade, o jornal “[...] contribui para reforçar a estigmatização das ‘classes perigosas’”, trabalhando por uma cultura da exclusão (BENEVIDES, 1983, p. 22). Acerca da **notícia 10**, existe uma forma hierárquica de alocar mulheres e homens no jornal, bem como arrisco que o motivo da hierarquização seja a familiaridade do público com a fala masculina como autoridade em detrimento da feminina.

A **notícia 11** possui o título *Justiça recebe denúncia contra professora por injúria racial* e foi publicada em nove de agosto de 2012, com o crédito *da redação*. A referida notícia oferece à leitora os desdobramentos do caso explicitado na **notícia**

10, agora com as identidades da professora e das estudantes reveladas. Trata-se da professora Lígia Regina Klein, do departamento de Educação da UFPR e das alunas cotistas Eliane Regina Graciano e Kely Cristina Cunha, do curso de Pedagogia da referida instituição de ensino.

No título da **notícia 11**, o sujeito da frase não são as alunas, como na notícia anterior, mas a justiça, o que evidencia um modo ameno de tratar o assunto se comparado à notícia anterior. São três meses que separam a **notícia 10** da **notícia 11**, mas é visível que a abordagem da 11 propicia maior visibilidade à versão da professora, mesmo que seja por meio de uma entrevista que ela concedeu à Agência Brasil, ou seja, houve a terceirização da informação. Na referida entrevista, publicada pela **Gazeta**, a professora admite: “A minha afirmação foi retirada do contexto, não tive a intenção [de ofender], foi uma **manifestação carinhosa**” (GAZETA, 2012, s/p, grifos meus).

Para compreender a representação da professora na **notícia 11** recorro à Almeida (1998), cuja discussão assola os múltiplos modos com que as professoras aparecem, historicamente, na imprensa brasileira. Embora existam aquelas representações das professoras vinculadas aos baixos salários e como boas pretendentes ao casamento, há aquelas que são associadas quase à sacralidade, um bem público, que tem sua prática permeada pelo carinho, entre outros atributos tidos culturalmente como femininos. São as características morais de afeto que a professora Lígia exalta em sua fala, afirmando que o episódio com as alunas de pedagogia não passou de uma *manifestação carinhosa*.

Desse modo, mesmo que a professora esteja associada à acusação de racismo, ela é apresentada, na **Gazeta**, como aquela que transita no espaço público, a universidade, bem como aquela mulher que desloca a concepção do trabalho docente como prática sagrada, pois como professora ela também comete equívocos, se expressa mal, é mal interpretada (ALMEIDA, 1998). A notícia explica que a professora “[...] sempre atuou em defesa dos direitos das minorias, é favorável às cotas raciais e respeita o movimento negro” (GAZETA, 2012, s/p).

Com essa contextualização, a notícia trata o episódio como uma *suposta injúria racial* e não demonstra apoiar um ou outro lado da história. Sobretudo, a **notícia 11** tem início com a versão da professora como uma forma de preservá-la de possíveis julgamentos precipitados das leitoras que podem ocorrer durante a leitura

do texto, visto que há, no Brasil, um imaginário cultural presente – e recente – que relaciona práticas de racismo a macacos e bananas.

Tarcyane Santos (2014) estudou a repercussão da campanha *#somostodosmacacos* realizada pelo jogador de futebol Neymar, sob a coordenação da agência de publicidade Lodduca, de São Paulo, cuja origem se deu no episódio em que o público jogou bananas, durante o jogo de futebol, aos jogadores negros como forma de associá-los aos macacos. A autora explica que o futebol é um reflexo da sociedade e as brincadeiras incorporadas pelos jogadores – e por agências de comunicação – não resolvem as falhas da democracia racial, pelo contrário, acabam por maquiar o sofrimento histórico da negritude no Brasil (SANTOS, 2014).

“Como um dos principais meios de integração do negro, o futebol se construiu como um solo de onde abundam tanto exemplos de preconceito de raça e de segregação, quanto de assimilação” (SANTOS, 2014, p.4). Por esse motivo, a assimilação das estudantes de Pedagogia, uma vez que são meninas negras, cotistas, permeia o racismo porque culturalmente aprenderam a associar bananas e *macaquinhas* a prática racistas. A notícia serve de pano de fundo para perceber o que Silva (2010) triangulou como representação, identidade e poder, ou seja, a política da identidade. A construção da identidade ocorre por meio da mídia, entre outras instâncias, e com a construção da identidade da mulher negra não é diferente. O autor ilustra que

[n]uma sociedade em que o regime dominante de representação privilegia a cor branca, a desonestidade de uma pessoa branca é apenas isso: a desonestidade de uma pessoa ('normal'). Em troca, a desonestidade de uma pessoa negra só pode representar a inclinação natural de todas as pessoas negras à desonestidade. Eis aí a ironia fundamental: no regime dominante de representação, é a identidade subordinada a que carrega a carga, o peso, da representação (SILVA, 2010, p. 49).

Os rastros jornalísticos apresentados pela **notícia 11** evidenciam dois lados da história: das alunas, que são narradas como vítimas que resistem e reagem, e da professora que reconheceu seu erro. A notícia exhibe a professora errante, que comete equívocos, que foge aos estereótipos de perfeição (SILVA, 2010; GAZETA, 2012). Uma proposta, quem sabe, para a problemática apresentada pela notícia é que ambas tenham o direito a construir seus próprios processos de representação. Para isso, mulheres negras poderiam integrar as redações de jornal

e o lugar de professoras a fim de constituírem narrativas próprias em sala de aula e nas páginas jornalísticas.

Não podemos esquecer que

[...] as mulheres negras estão em uma posição incomum nesta sociedade, pois não só estamos coletivamente na parte inferior da escada do trabalho, mas nossa condição social geral é inferior à de qualquer outro grupo. Ocupando essa posição, suportamos o fardo da opressão machista, racista e classista (HOOKS, 2015, p. 207).

Desse modo, a mulher branca e o homem negro estão acima dos mecanismos de opressão se comparadas às mulheres negras, uma vez que a branca pode executar o racismo, o negro, o sexismo. Por esse motivo, a professora da notícia se encontra em uma relação de poder com as alunas, pelo menos pelas questões raciais e étnicas, nesse sentido, jornalistas e professoras precisam entender as opressões institucionalizadas e caminhar enfrentando-as, com o intuito de desenvolver um movimento libertador, sem negar as identidades alheias.

Professora é indiciada como mandante do assassinato de Amanda Rossi é o título da **notícia 14**, cuja narrativa versa sobre as culpadas da morte da estudante de Educação Física que foi encontrada, sem vida, na casa de máquinas da piscina da Universidade Norte do Paraná (Unopar), em Londrina. O texto escrito em 01 de novembro de 2012, pela jornalista Amanda de Santa, é marcado pelo gerúndio, pois para noticiar o aparecimento de uma nova personagem na história, a professora Denise Madureira, há afirmações como *ter mandado matar* e *teria prometido pagar*, o que confunde a leitora frente ao texto – e ao crime – que é apresentado. A história da morte da estudante é repleta de equívocos, acusadas e retrocessos, exemplo disso é que a menina foi assassinada em 2007 e apenas em 2012 foi publicada uma matéria jornalística que invoca a professora Denise Madureira como mandante do crime.

Entendo que os cinco anos, que separam a morte de Amanda Rossi da publicação da **notícia 14**, sugerem descaso com o feminicídio, não de uma (polícia) ou outra (jornal) instituição em específico, mas de um sistema que desprivilegia a mulher, esteja ela viva ou não. Recorro a Tânia Montoro (1999, p. 111, grifos da autora) para refletir que “[...] quem ‘fala’ pelas notícias define e estabelece os limites de todas as discussões subsequentes, fornecendo e direcionando o ‘tom’ das conversas, ou seja, o que está sendo posto em questão”.

Neste caso da **notícia 14**, o tom seria, portanto, aquele que desprivilegia a menina assassinada, que se constrói por meio de um texto prolixo que comunica à receptora algo que ela já sabe, algo que parece comum. Em outras palavras, a produção da notícia evidencia o que ela já conhece, que o crime contra a mulher é uma realidade constante que beira a banalização midiática. Neste sentido, a notícia não apura as informações junto à acusada do crime, a professora Denise, pelo contrário, ela é construída discursivamente pela voz do delegado, do pai e da irmã de Amanda, a vítima.

Portanto existe a culpabilização da professora mesmo sem sua sentença, sem seu direito à defesa, comportamento jornalístico que Camila Cunha e Antônio Fausto Neto (2013) verificaram na revista *Veja* acerca do assassinato da menina Isabella Nardoni, pelo pai e pela madrasta, o casal Nardoni, em 2008. Antes da justiça entrar em ação, a mídia já sentenciava o casal como culpado de ter arremessado a menina do sexto andar do edifício, que o pai morava, colaborando com a construção da opinião pública sobre o caso.

E são essas opiniões da sociedade que levaram centenas de pessoas para frente da casa dos (na época) apenas acusados do assassinato de Isabella Nardoni, é essa opinião pública que levou cartazes e pichou prédios chamando o pai da menina de assassino, antes mesmo de uma decisão da justiça, é essa opinião pública que, de alguma forma, pode ter influenciado jurados, é essa opinião pública que dá sentenças. Julgamentos esses, que são também conseqüências do trabalho massivo da mídia em explorar ao máximo um crime (CUNHA, FAUSTO NETO, 2013, p. 13).

É possível constatar um destaque da **Gazeta** na cobertura do crime contra Amanda, destaque esse que pode ser visto pelos 18 parágrafos que constituem a **notícia 14**. Sobretudo, a narrativa da irmã de Amanda, Isadora Rossi, nos remete às problematizações de Gregori (1993) sobre a irmandade do feminino. Isadora relata uma rixa entre meninas que, supostamente, a irmã participava. A professora e Amanda possuíam uma amiga em comum, Juliana, que, segundo a irmã, na notícia, “[..] Amanda contava que Juliana não gostava muito dela” (GAZETA, 2012, s/p).

As rixas femininas, construídas culturalmente para dividir e segregar o grupo de oprimidas, não são propícias para o deslocamento do lugar da mulher de subalternidade para um espaço de luta e poder. Gregori (1993, p. 50) orienta que “[a] interiorização da dominação sofrida pelas mulheres deve ser decomposta,

incentivando um sentimento de ‘irmandade’ que supere suas diferenças, preconceitos e idéias arraigadas”. Anzaldúa (2000) sugere que as mulheres podem colocar-se como irmãs frente às lutas cotidianas na tentativa de dirimir as dores que os poderes causam.

A notícia supõe que o assassinato da garota – executada pela professora, conforme as informações da **Gazeta** – seria o desfecho de um suposto caso *homossexual* entre elas. Ao alavancar, na penúltima frase da notícia, a possibilidade de Amanda e Denise se relacionarem afetivamente, o jornal sugere o crime passional. Todavia, não há o que comemorar, o jornal não está proclamando a lesbianidade, oferecendo outras representatividades às pessoas. No caso de amor entre pessoas do mesmo sexo, o final não foi feliz, longe disso, a morte da menina é o desfecho de um possível relacionamento que ela detinha com a professora.

Logo, entendo que o jornal associou a homossexualidade ao crime, como se ambos os comportamentos fossem desviantes (SEFFNER, 2015; LOURO, 2003). Caso a estudante se relacionasse com o professor homem, a repórter escreveria *caso heterossexual*? Ou, em outra perspectiva, se o estudante assassinado fosse um garoto, haveria a incitação ao relacionamento dele com a professora marcando, culturalmente, a heterossexualidade? Louro (1997a, p. 89) adverte que a instituição escolar “[...] é atravessada pelos gêneros”, embora a figura da professora seja, culturalmente, assexuada. A autora contribui para responder às perguntas anteriores, pois assevera que não há neutralidade nos discursos, visto que há embates culturais que evidenciam as normas do mesmo modo que as supera e/ou as respeita.

Assim, a heterossexualidade não comporia a **notícia 14**, não seria uma marca cultural do texto da **Gazeta**, pois ela é a norma, ela já precede suas explicações. Do mesmo modo que a heterossexualidade é tida como sinônimo de normalidade, a masculinidade também o é. A masculinidade estabeleceu e propagou o que é ser professora mulher, desse modo ela sempre foi objeto, assim como na **notícia 14**, em que ela é objeto e não representação de poder. Em outras palavras, mesmo sendo supostamente *a mandante* de um assassinato, a professora continua sendo objeto de fala do jornal, sem voz, sem espaço na **Gazeta** (LOURO, 2003; 1997a).

A professora é representada, ainda, como “[...] ‘uma pessoa em quem Amanda confiava’. No dia da morte, a universitária passaria à noite na casa de uma amiga para comemorar o aniversário da professora” (GAZETA, 2012, s/p). A relação

entre professora e aluna é permeada por sensibilidade, carinho, paciência e prudência, características da feminilização do magistério, entretanto, as relações entre os sujeitos extrapolam a sala de aula e os muros das instituições de ensino, assim como Fabris (2001, p. 7) verificou em filmes como *Ao mestre, com carinho*.

Ao mestre, com carinho é um filme em que o professor Mark Thackeray, além de envolver-se com seus alunos e alunas na vida pessoal, orientando em suas dificuldades familiares, prestando solidariedade no momento da morte de uma mãe de um aluno, realiza atividades de aplicabilidade na vida cotidiana de seus alunos e alunas como ensinar culinária, maquiagem e boas maneiras.

Em outras palavras, existe uma relação entre docente e discente, não há como aprender, ensinar, problematizar, sem que ocorram laços, vínculos e trocas de sensações e sentimentos. A jornalista Amanda de Santa finaliza a **notícia 14** com a seguinte informação, que obteve junto ao processo da morte da estudante, em que a professora Denise testemunhou em 2009: “[...] a professora descreveu Amanda como sendo um ‘doce de garota’” (GAZETA, 2012, s/p). O trecho tem relação com os imaginários construídos por meio das interpelações midiáticas, em especial as cinematográficas, em que a relação entre professora e aluna é permeada pela doçura e pela amizade (FABRIS, 2001). E, entendo, ainda, que culturalmente não é usual a expressão *doce de garoto*, uma vez que esta é uma atribuição feminina, culturalmente alojada à mulher, à condição feminina (ALMEIDA, 1998).

No título da notícia, a professora é tratada como *indiciada*, no corpo do texto, ela é mencionada como *mandante do crime*. Embora a notícia tenha o respaldo do inquérito judicial contra a professora, o jornalismo não se atentou ao que Sodré (2009, p. 171) chamou de “[...] espécie de retrato ‘três-por-quatro’ (passaporte, carteira de identidade) do fato”, ou seja, o jornal oferece à leitora substâncias para compor sua leitura de mundo, sua impressão sobre a realidade. Quando escreve *mandante* invoca sentidos e propõe formas categóricas de percepção. A problemática diante disso é que, assim como o casal Nardoni, a professora possa ser culpada, mas até seu julgamento, independente do resultado, ela já foi incriminada pelo jornal.

2.8 A ela, o ódio

A **notícia 23** foi escrita pela jornalista Naiady Piva e anunciou *Professora é atingida por pedra em sala de aula, na CIC*, em 21 de agosto de 2014. Não constam os nomes da professora, nem do aluno que arremessou a pedra, mas fica visível a cultura adotada pela **Gazeta**, que menciona, na linha fina, um aluno como *suspeito* e durante o texto afirma que o “[...] autor do arremesso é um aluno da escola de 17 anos [...]” (GAZETA, 2014, s/p). O imaginário cultural de uma mulher apedrejada está associado ao mito bíblico de Maria Madalena, cuja visão pejorativa a visualiza como uma prostituta arrependida, apedrejada e defendida por Jesus (CAMINHA, 2007). São essas construções culturais que alocam a mulher em uma posição inferior ao homem, muitas delas têm como base os preceitos bíblicos.

Historicamente, as identidades femininas têm sido vistas como as responsáveis por excretar a vida do paraíso e introduzir o sofrimento no mundo. Seja pelo Mito de Pandora, que abriu a caixa dos males ou da judaico-cristã Eva que apresentou o pecado original ao homem, a mulher tem sido representada de modo marginal. Marginalidade em que as mulheres eram associadas à feitiçaria, à bruxaria, uma prática que ocorria na clandestinidade distante dos *olhares puros* da sociedade vigente de cada época (CAMINHA, 2007).

A professora da **notícia 23** também está à margem, visto que sem identidade, sem voz, ela tem seu sofrimento silenciado, inclusive, por seus pares. “A Secretária de Educação do Estado (SEED) diz que o caso é de competência da escola [...] a diretora disse que não vai se pronunciar sobre o caso” (GAZETA, 2014, s/p). Embora existam presenças femininas na notícia, representada pela jornalista, Naiady, e pela delegada Paula Brisola, em detrimento da ausência da identidade da professora, o sigilo sobre a professora parece aquele resguardado pela igreja do qual não se fala nas mulheres bíblicas, exceto por mencionar a virgindade de Maria, mãe de Jesus e os pecados de Maria Madalena (CAMINHA, 2007; AUAD, 2003).

Dois opostos, que asseveram, culturalmente, a desigualdade entre os sujeitos, pois se há entre os homens, os santos, os apóstolos, os que erram, que se arrependem, para as mulheres as duas histórias que se sobressaem baseiam-se na dicotomia do certo (Maria) e do errado (Maria Madalena). A representação da mulher, na Idade Média, foi associada à fragilidade, à luxúria e à indolência porque

[a]lguns teólogos afirmavam que a mulher era uma prova da existência do Diabo e que era desprovida de alma, assim como os

animais. Pregava-se ainda que as mulheres eram seres inferiores fabricados por Deus como uma armadilha para que os homens pecassem (AUAD, 2003, p. 35).

A autora explica que a violência histórica contra a mulher, que ocorria nos tribunais de Inquisição, pode ter respaldo nos preceitos da igreja católica que disseminava ideias que consideravam os saberes femininos perigosos para a ordem estabelecida. Quando, no século XVIII, terminaram a caças às bruxas já estava enraizada a concepção deturpada sobre o feminino, alocado em um espaço de inferioridade e submissão às ordens masculinas.

Na segunda década do século XXI, contexto da **notícia 23**, a desvalorização do feminino é visível quando a jornalista escreve: “O acidente ocorreu quando a professora foi à janela da sala afastar um grupo de estudantes [...]”, expondo a professora como aquela que se movimenta à violência e tratando o episódio como acidente (GAZETA, 2014, s/p). Os excertos do jornal “[a] polícia **vai fazer** um boletim de ocorrência” e “[a] polícia **pretende identificar** os demais adolescentes” (GAZETA, 2014, s/p, grifos meus) determinam que a ação é realizada pela polícia – ou seria – enquanto a inércia fica a cargo da professora, exceto quando se movimentou à violência, a ação pós-violência é delegada a alguém que não é ela. Conforme a notícia, a polícia é ativa; a professora passiva em sua própria história de violência.

As notícias 24 e 25 abarcam um caso de violência em sala de aula, em que a professora Ana Paula Marino Cezar foi esfaqueada enquanto escrevia no quadro por um de seus alunos. Serão problematizadas em conjunto porque existem repetições de informações sobre o episódio, que repercutiu no jornal e foi noticiado, primeiro, da seguinte maneira: *Professora é esfaqueada durante aula em Piraquara*, cujo título corresponde à **notícia 24**, publicada em quatro de setembro de 2014 pelas jornalistas Kelli Kadanus e Rodrigo Batista. Logo de início há ambivalências no texto, o aluno responsável por golpear a professora é ora tratado como suspeito, ora como acusado. Em seguida, consta que o adolescente foi perseguido pela polícia, logo depois as jornalistas escrevem que ele não resistiu à prisão.

A notícia, ainda, explicita uma fala do delegado de que o jovem não tem passagem pela prisão, se ele tem 14 anos, poderia/deveria ter quantas prisões em sua breve história? Tanto as ambivalências quanto a fala do delegado amenizam a violência cometida pelo aluno, oferecendo à leitora subsídios para pensar mais

sobre o menino do que sobre a professora. Em outras palavras, os cinco primeiros parágrafos da notícia enfocam o crime, narram a perseguição, explicam quais consequências o garoto sofrerá, em contrapartida o estado de saúde da professora, sua visibilidade pós violência constam a partir do sexto parágrafo. Em minha leitura, o jornal sugere que o crime é mais relevante que o estado de saúde da vítima.

Desse modo, a estrutura textual não colabora com a visibilidade da violência sofrida pela professora, prova disso é que seu nome é revelado apenas quando a notícia abarca seu estado de saúde, até então, ela foi tratada como *uma professora*. Interpreto que essa foi a forma encontrada pelas jornalistas para *apimentar* a notícia, assim como verificou Auad (2003) ao analisar a relação entre o feminismo e a queima de sutiãs, que não passa de uma *lenda*. Na luta contra os padrões de beleza, de 1968, nos Estados Unidos, os sutiãs foram jogados no lixo pelas feministas, “[m]as um jornalista, ao informar aos meios de comunicação, inventou as chamadas para ‘apimentar’ a notícia” (AUAD, 2003, p. 14, grifos da autora).

O modo como a notícia foi construída, desprivilegiando o estado de saúde e a versão da professora demonstra o valor dado à violência contra a mulher, ou seja, pouco valor, pouca ênfase, pouca atenção. “Sem uma atenção especial às violências contra as mulheres, ela continuaria inviabilizada, impune e quase legitimada pelos poderes estatais e pelo senso comum dominante” (MACHADO, 2010, p. 26). Outro ponto verificado na notícia é que a jornalista Kelli Kadanus não visibiliza a história da professora, mantendo uma relação entre duas mulheres de desigualdade ao invés de irmandade, afinal uma tem espaço, oportunidade e voz, a outra não. A jornalista, se compromissada com as questões feministas, poderia utilizar sua oportunidade de fala para compartilhar a narrativa da professora.

Esta discrepância de oportunidades e acessos me remete às problematizações de hooks (2017) sobre a relação entre as mulheres negras e brancas. Embora a **notícia 24** não ofereça elementos da raça e etnia da professora e da jornalista, o descompasso de espaço e visibilidade entre elas pode ser proveniente da história feminina que propôs privilégios para umas e violências para outras. Nas palavras da autora, “[a]ssim, em certa medida, os privilégios de raça e classe das mulheres brancas eram reforçados pela manutenção de um sistema em que as negras eram objetos de sujeição e abuso por parte dos homens brancos” (HOOKS, 2017, p. 131).

Neste sentido, as mulheres negras eram vistas como concorrentes das mulheres brancas e a segregação, a objetificação e a violência das negras as afastavam do frágil poder que dispunham as brancas. Frágil poder que a jornalista também possui na contação da história da professora nos século XXI, uma vez que ela divide com um homem o lugar de fala, bem como na hierarquização social, caso o jornalista seja homem e branco, a jornalista se encontra abaixo da pirâmide do poder se comparada a ele.

A **notícia 24**, discutida anteriormente, foi publicada no dia quatro de setembro de 2014, às 9h43, no entanto, a **25** foi veiculada no mesmo dia, à noite, às 21h08 pelas mesmas jornalistas, Rodrigo Batista e Kelli Kadanus e não apresenta informações atualizadas do caso da professora Ana Paula Martins Cesar. É a mesma cobertura jornalística sobre o caso, com a mesma estrutura textual, ou seja, primeiro o crime, depois dados da situação da vítima.

Dessa vez, as jornalistas escolheram um modo mais enxuto de tratar o caso, pois na **notícia 24** foram 12 parágrafos dedicados ao episódio de violência contra a professora Ana Paula, em contrapartida, na **notícia 25** são sete parágrafos destinados a informar à leitora. Se na 24, o título apresentava a professora como sujeito da frase, *Professora é esfaqueada durante aula em Piraquara*, na **notícia 25**, o aluno é sujeito: *Aluno de 14 anos esfaqueia professora*. Não bastasse o jornal dedicar maior ênfase ao garoto na **notícia 24**, conforme já discutido anteriormente, na 25 a ênfase continua, inclusive, no título da matéria jornalística.

Trabalhando na perspectiva da mídia como pedagogia cultural, entendo que a ênfase dada pela **Gazeta** ao agressor pode provocar uma circularidade entre emissoras e receptoras que endossa a violência contra a mulher. Geraldês (1998, p. 200) explica que “[n]o crime em que a mulher é torturada e morta novos crimes se inspiram/se instigam: o jornal diz um crime e antecipa outro a ser feito no rastro do anterior”. Que a atitude do aluno, personagem das notícias, precisa ser problematizada não me resta dúvida, afinal “[...] o sujeito da educação não é mais o mesmo”, quem sabe ele seja o monstro³⁶ discutido por Silva (2000), mas o espaço da professora na notícia me permite entender os preceitos de Geraldês (1998) de

³⁶ No livro “Pedagogia dos monstros: os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras”, Tomaz Tadeu da Silva discute, no primeiro capítulo, a (im)possibilidade da criação de um/a aluno/a crítico, visto que não há manual, receita pronta para formar estudantes emancipados/as, as identidades que tanto discutimos não passam de representações que circulam na cultura (SILVA, 2000).

que os jornais objetivam causar pânico entre o público. Logo, ressaltar a figura do agressor se torna indispensável para alcançar o referido objetivo.

O aluno é central na notícia assim como a masculinidade tem sido, historicamente, o centro das atenções nas diferentes esferas sociais. Acrescento, ainda, que a masculinidade permite ao menino demonstrar a agressividade, o estimula à competição, à luta conforme seus desejos, e travestem as ações de violência masculina, desde a tenra infância, de ordem *natural* das coisas (WHITAKER, 1988; LAVINAS, 1997). Por isso, esfaquear a professora merece destaque, não pela violência sofrida, mas pela sua execução, há dois sujeitos em ação, o masculino é o destacado pelo texto jornalístico.

A **notícia 26** intitulada *Jovem mudou hábitos em sala de aula para agredir professora, diz delegado*, de cinco de setembro de 2014, foi escrita por Rodrigo Batista, cujo teor se divide em retomar o episódio em que a professora Ana Paula foi esfaqueada e apresentar a mudança de comportamento do estudante. Problematizo, aqui, em seguida, a **notícia 27** porque ocorre um desdobramento entre uma e outra. Conforme o jornal, o estudante não possuía o hábito de sentar nas primeiras carteiras da sala de aula e, no dia do crime, “[...] se sentou em uma das carteiras da frente. [...] Ele esperou 45 minutos de aula para tomar a atitude [...]” (GAZETA, 2014, s/p).

Neste sentido, recorro novamente à Geraldine (1998, p. 203-204) para refletir que “[o] dizer dos jornais não recria a violência: ele é outra forma de violência, a violência simbólica, com poucos adjetivos, frases curtas, parágrafos de cinco, seis linhas e muitas, muitas conclusões”. Em específico na **notícia 26**, a conclusão do jornal é de que o aluno premeditou a violência, à professora cabe o lugar de adjunta da história, uma desigualdade entre homem (aluno) e mulher (professora) que funciona como marca cultural apurada, inclusive, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O referido órgão verificou, em 2014, ano da publicação das notícias 26 e 27, que as mulheres recebem 70% do rendimento dos homens, do mesmo modo que há mais homens que mulheres com carteiras assinadas (IBGE, 2014; SAFFIOTI, 2015).

Sobre o sistema educacional, Dulce Whitaker (1988) aponta que as mulheres estão presentes nos cargos mais baixos da hierarquia profissional, uma vez que *nasceu* para servir, embora não discorra sobre as questões étnico-raciais que permeiam a identidade dessa mulher na educação. Entretanto, as mulheres não

enfrentam violência de gênero apenas no mercado de trabalho, as violências se estendem aos outros universos em que ela está inserida, como a escola, a exemplo das notícias em questão.

Machado (2010) analisa as atribuições policiais frente aos casos de violência contra a mulher e divulga que 93,6% das delegacias brasileiras acreditam que atender mulheres vítimas de violência seja uma de suas funções e 92,1% delas apontaram que têm como responsabilidade registrar, apurar e investigar queixas de mulheres. Suponho, portanto, que são esses os motivos para a notícia alocar Ana Paula em um espaço de pouco destaque, em razão de conhecer o cenário que ela está inserida, um contexto que vai do aumento da violência contra a mulher à dúvida de algumas delegacias sobre qual o papel a ser desempenhado.

Portanto, a professora não é protagonista na notícia, nem no mundo do trabalho e, quem sabe, nem nas delegacias que deveriam trabalhar pela sua proteção. Por isso, “[é] importante enunciá-las e denunciar os mecanismos sutis de desqualificação e de humilhação social que operam em nossa cultura, em relação às mulheres e à cultura feminina” (RAGO, 2001, p.60) para que seja possível encontrar outros caminhos para as mulheres que não os de coadjuvante.

A **notícia 27** intitulada *Professora esfaqueada em Piraquara recebe alta* foi publicada no dia seis de setembro de 2014 e escrita por Luan Galani e se refere ao desfecho, pelo menos para o jornal, da história da professora Ana Paula. Desfecho contemplado pelo *happy end*³⁷ característicos de filmes e romances literários em que no final, tudo acaba bem. Suponho que a intenção do jornal foi oferecer um desdobramento do caso às leitoras, acalmando-as, a fim de que não ocorram relações fixas entre escola e violência. Afinal como fica a perspectiva salvacionista da educação se a escola se tornara um espaço ostensivo da violência?

Na **notícia 27**, o repórter cita o estado de saúde da professora como estável e anuncia à leitora que não “[...] conseguiu localizar a docente [...]” (GAZETA, 2015, s/p). A notícia retoma o crime, mas afirma, ainda, que a professora está se recuperando do choque, embora não tenha explicitado que a violência sofrida fere os direitos humanos e é uma questão de segurança pública. Parece mais um caso isolado em que, no final, tudo acaba bem. A construção textual da notícia compõe o

³⁷ O *happy end* se refere aos finais felizes discutidos por Morin (2001), embora seja ambivalente, pois mesmo diante da maior barbárie da realidade, subsidia sensações de satisfação e felicidade, ele tem sido recurso recorrente nas produções midiáticas.

imaginário misógino que muitas pessoas estão acostumadas, aquele em que os homens batem, as mulheres apanham, mas no final, há esperança, há recuperação (RAGO, 2001). Matérias jornalísticas como esta não colaboram para que ocorra a consciência de gênero, não contribui para que as mulheres, e não somente elas, fiquem indignadas com a violência que suas *irmãs* sofrem, pelo contrário, as notícias que sugerem esperança diante da violência segregam as violentadas das não violentadas, oferecendo para este último grupo uma sensação de alívio e não de indignação e irmandade (RAGO, 2001, SONILT, 2017).

A **notícia 28** intitulada *Em Salvador, alunos dão biscoito envenenado a professora* foi publicada em sete de novembro de 2014 via agência Estadão Conteúdo. Ela trata do episódio ocorrido no Educandário Santana Amorim, de Salvador, em que a professora do segundo ano do ensino fundamental, Edinalva Soares, “[...] foi envenenada com chumbinho, um veneno para matar ratos, por três de seus alunos, de entre 7 e 8 anos” (GAZETA, 2014, s/p).

Foi no recreio que a professora aceitou biscoitos das alunas, que, logo em seguida, assumiram ter recheado com veneno. A direção da escola contou que “[...] as próprias crianças contaram que haviam colocado veneno no biscoito [...], mas ela só acreditou nos alunos quando começou a passar mal” (GAZETA, 2014, s/p). A notícia discorre, ainda, que o episódio não foi levado à polícia, mas as crianças foram afastadas da escola e encaminhadas ao Conselho Tutelar. Neste caso de Edinalva, dois pontos são passíveis de serem destacados: o primeiro se refere ao fato do silenciamento da violência sofrida pela professora, marca cultural da violência contra a mulher no Brasil (GREGORI, 1993). Segundo ponto é que afastar as crianças das atividades escolares, sem qualquer intervenção pedagógica, promove a marginalização do sujeito e remete à concepção de irrecuperabilidade discutida por Maria Victoria Benevides (1983), cuja problematização versa sobre informações da polícia de que há sujeitos irrecuperáveis para a convivência com a coletividade.

A autora explica que, conforme a versão de policiais consultados em sua pesquisa, a morte serve de exemplo e solução para o problema desses sujeitos que precisam ser excluídos, em definitivo, da sociedade. No caso específico da **notícia 28**, o afastamento foi a única medida tomada frente à *falta* de escolha diante da situação. A representação da professora como vítima de uma violência executada pelas alunas, que são crianças, pode ser vista, ainda, na perspectiva da

disseminação da violência na mídia, uma vez que Thomas Hammarberg (1999, p. 23) ilustra que “[u]ma ou duas gerações atrás, muito poucas crianças chegaram a ver alguma vez imagens de pessoas recebendo tiros, sendo esfaqueadas ou estupradas diante de seus olhos”, entretanto o autor menciona que, nos Estados Unidos, até 18 anos de idade, uma criança assistiu, em média, cerca “[...] de 18 mil assassinatos simulados na televisão”.

Deste modo, a pedagogia cultural exercida pela televisão pode acometer a construção da infância e servir de ponto de partida para a construção das identidades das jovens (STEINBERG, 2015). A formação dos sujeitos, desde a infância, é permeada pela cultura do consumo, que invoca sentimentos e atitudes permeadas pela competição e pelo perfeccionismo, os quais são emitidos pela mídia como pedagogia cultural. A notícia anuncia “[c]omo a quantidade de veneno ingerida foi pequena, ela recebeu alta médica pouco depois, mas só deve voltar às aulas na próxima semana” (GAZETA, 2014, s/p). Ao examinar a notícia, não fica evidente o significado de *pequena*. Com a utilização do adjetivo é como se houvesse uma redução da violência sofrida pela professora pelo fato da quantidade de veneno não ser grande. Em outras palavras e mais radicais, a quantidade não foi suficiente para causar sua morte por isso foi considerada *pequena* pela notícia.

Caso a personagem da notícia não fosse professora, continuasse sendo mulher, mas fosse uma executiva, senadora, chefe de estado, a cobertura sobre o envenenamento seria a mesma? Parece-me que não, pois não é uma questão de gênero, apenas, não se trata do envenenamento de uma mulher, mas de uma mulher professora, portanto não realizar denúncia na delegacia, tratar a quantidade de chumbinho de *pequena* são vestígios de que a classe também interfere nos modos como são anunciadas as mulheres no jornal (DAVIS, 2015; SAFFIOTI, 2015; HOOKS, 2017).

3 A PROFESSORA MULHER E OS EMBATES CULTURAIS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA FILÓGINA

Como professora, teórica e ativista feminista, sou profundamente comprometida com a luta pela libertação negra e quero desempenhar papel de destaque na reformulação da política teórica desse movimento para que a questão do gênero seja levada em conta e a luta feminista pelo fim do sexismo seja considerada um elemento necessário do nosso programa revolucionário (HOOKS, 2017, p. 152).

O excerto que abre esta seção foi destacado porque, embora eu não me reconheça como mulher negra, nem tenho a intenção de me apropriar das discussões que são exclusivas delas, a intenção foi tecer a Prática Pedagógica Filógina, que teve origem a partir da indignação contra as notícias da **Gazeta**, me respaldando em autoras que discutem a intersecção entre gênero, raça, classe e demais condições identitárias. Sendo assim, compartilho do compromisso anunciado por hooks (2017) de que o feminismo precisa ser uma prática diária de trabalho.

Neste sentido, a Prática Pedagógica Filógina é voltada ao ensino superior, em especial à graduação em jornalismo. Como professora do curso de bacharelado em jornalismo, arrisco a afirmar que as produções jornalísticas demonstraram pouco ou nenhum tato feminista com as histórias de violências e questões das professoras. Por este motivo, é que formar alunas, que tenham concepções de mundo menos sexistas, machistas e misóginas, colabora diretamente para a redução da circulação de notícias que violentem ainda mais as mulheres que foram personagens da **Gazeta**.

Portanto, formá-las pela Prática Pedagógica Filógina pode contribuir para dirimir e/ou desestabilizar as desigualdades referentes aos gêneros, raças, crenças, classes, orientações sexuais, gerações e profissões. A Prática Pedagógica Filógina se desenvolve como uma resistência cotidiana com base na matriz conceitual feminista (HOOKS, 2015; 2017; RAGO, 2001; ANZALDÚA, 2000; DAVIS, 2016) que pode ser realizada pelas professoras na graduação, mas que objetiva expandir, para fora da sala de aula, comportamentos e pensamentos que fujam de movimentos misóginos, sexistas, racistas e classistas.

Reconheço a existência de métodos educativos feministas que propõem o ensino separado por gênero, em que as meninas teriam, supostamente,

oportunidades de liderança e evitariam reforçar os estereótipos de gênero. Tais escolas se mostrariam como uma resistência à cultura patriarcal reproduzida pelas instituições mistas (LOURO, 2014). Entretanto, não considero que separar meninos e meninas seja uma alternativa eficaz na redução das desigualdades sociais e culturais em que estão alocadas as mulheres. A justificativa para discordar da proposta de escolas separadas se volta para a problematização de que os outros espaços de realização da cultura, como o mercado de trabalho, a vida social, a academia, a ciência, apenas para citar exemplos, não fariam – e não fazem – tal separação (HOOKS, 2017; SOLNIT, 2017).

A discordância se justifica, ainda, porque os gêneros não são continuidades culturais do sexo, ou seja, não podem ser classificados, apenas, entre feminino e masculino. As escolas dicotomizadas tendem a reverberar a normativa heterossexual binária como a única via de sexualidade existente. Essa dinâmica dicotômica não faz sentido para a perspectiva pedagógica apresentada aqui, cuja defesa é de que as feminilidades não são inerentes às mulheres, elas podem ser atribuições de outros gêneros que não o feminino, bem como não hierarquiza sexualidades, evitando privilegiar para não desprivilegiar (BUTLER, 2016; SAFFIOTI, 2015).

O trabalho com a Prática Pedagógica Filógena intenciona oportunizar a consciência de que as hierarquias são passíveis de serem desestabilizadas, repensadas, problematizadas. O trabalho pedagógico que proponho a partir das próximas linhas pode ser utilizado em sala de aula de meninos e meninas transgêneros ou cisgêneros, heterossexuais, homossexuais, bissexuais, brancas, negras, indígenas e pode servir como inspiração – não como modelo – para a formação de professoras.

A Prática Pedagógica Filógena não é direcionada, exclusivamente, às mulheres brancas, professoras ou alunas, afinal como alerta Anzaldúa (2000), o feminismo não pode invisibilizar, ainda mais, a negritude feminina. E as professoras brancas não podem esperar que as mulheres negras digam o que fazer e como fazer para evitar a invisibilidade de raça atrelada ao gênero, é preciso que haja a consciência da desigualdade para entender que as opressões não são as mesmas para o coletivo de mulheres (ANZALDÚA, 2000; HOOKS, 2015, 2017).

A Prática Pedagógica Filógena não se realiza na pedagogia tradicional³⁸ que centra a atenção na pessoa da professora, pois a educação não é sinônima de transmissão de conhecimento, em que a professora sabe mais que a aluna, esta última considerada um recipiente vazio à espera do conhecimento. Refutando a perspectiva tradicional, visualizo que “[a] voz do/a professor/a, fonte de autoridade e transmissora única do conhecimento legítimo, é substituída por múltiplas vozes, ou melhor, é substituída pelo diálogo [...]” (LOURO, 2014, p. 117).

Entretanto, não há como eliminar as relações de poder do desenvolvimento da Prática Pedagógica Filógena, em razão da educação ocorrer atrelada aos jogos de poderes e o ensino superior ser um espaço de práticas institucionalizadoras. Práticas essas que alocam os sujeitos em um mesmo patamar representado pela média da nota, a aprovação, a colação de grau, cujas premissas, de alguma maneira, padronizam as envolvidas sem escutar as suas biografias e historicidades. Neste âmbito, embora a professora que almeje trabalhar em uma lógica horizontal com a turma de alunas, oferecendo oportunidades de fala, debate e problematização, ela ainda é a detentora de autoridade com a finalidade de organizar, propor e mediar assuntos para a formação intelectual das estudantes.

A professora não precisa silenciar as relações de poder em sala, tentando ocultá-las e fingir que elas inexistem. Ela pode, inclusive, discutir as relações com as alunas, mostrando onde os poderes se encontram nos relacionamentos do cotidiano (BUTLER, 2016; LOURO, 2014). Para desenvolver a atenção com as posições de fala e de visibilidade do sujeito, evitando pressupor que qualquer uma tenha o mesmo espaço na construção de si e de diálogo com outros grupos culturais, Butler (2016, p. 40) alerta que “[e]m primeiro lugar, devemos questionar as relações de poder que condicionam e limitam as possibilidades dialógicas”.

Para rever os espaços de diálogo, é possível tecer a seguinte pergunta: quantas alunas negras existem na sala de aula? Problematizar as respostas é uma forma de pensar os privilégios das alunas brancas em detrimento das indígenas e negras, bem como é possível discutir a questão da suposta passividade atrelada culturalmente à negritude, que foi historicamente disseminada pelos livros didáticos – e ainda são promovidos pelo jornalismo (DAVIS, 2016).

³⁸ A pedagogia tradicional pode ser visualizada como uma fábrica, em que cada um tem seu lugar hierárquico fixo, o método não leva em conta as particularidades dos sujeitos envolvidos no processo educacional e os resultados são precisamente medidos (SILVA, 2015).

Questões de raça, classe e gênero aparecem no dia a dia da sala de aula e as brechas do alunado podem servir de dispositivo para as discussões filóginas como, exemplo, a quantidade de comentaristas negras no jornalismo televisivo. Ou propor a reflexão de que as bancadas do jornalismo de TV ainda são formadas, majoritariamente, por um homem e uma mulher, atipicamente por dois homens e raramente por duas mulheres, o que pode remeter e reforçar a matriz heterossexual (BUTLER, 2016; DAVIS, 2016).

Neste sentido, a sala de aula se torna um local de denúncia, de observação e crítica das vivências do cotidiano. E o objeto para o desenvolvimento das práticas de denúncia não precisa ser, exclusivamente, a sala de aula. Antes das alunas desenvolverem materiais midiáticos, praticarem conceitos, ideias e propostas comunicacionais, a professora pode solicitar interpretações analíticas dos materiais que circulam midiaticamente, assim como foi realizado na seção anterior, em que foram pesquisados os significados implícitos nas matérias jornalísticas. Diante disso, a professora possui, ao menos, duas alternativas metodológicas: levar materiais midiáticos que respeitem as mais diversas formas de ser, estar e existir para que sirvam de exemplo acerca dos modos de fazer comunicação sem discriminar, silenciar ou oprimir sujeitos ou, pode ainda, apresentar mensagens midiáticas homofóbicas, machistas, sexistas, racistas e classistas que sirvam de exemplo sobre como não fazer comunicação.

A Prática Pedagógica Filógina não restringe suas problematizações à matriz heterossexual, muito menos ignora as múltiplas formas com que os sujeitos podem vivenciar sua sexualidade. Os processos de aprendizagem contemplam o saber, a história, a contribuição de mulheres, as transgêneras, as lesbianas, as negras, as indígenas, as múltiplas possibilidades de ser mulher. A professora pode centrar sua análise em quaisquer grupos culturais, sem esquecer a multiplicidade existente, a fim de promover olhares críticos em sala de aula.

Uma possibilidade didática é a problematização dos modos como são exibidas – ou não exibidas, o que também é um elemento de discussão – as mulheres nas mensagens midiáticas. A professora pode partir de imagens, histórias e saberes disponíveis em livros elencados nas ementas, livros de literatura, jornais, revistas, programas de TV, aplicativos de celular para discutir, com a turma, as possíveis diferenças nos modos de exibir as mulheres, seja no que se refere à raça, classe, geração, nacionalidade e/ou etnia, por exemplo.

O material da análise das notícias, discutido na seção anterior, ilustra uma possibilidade de trabalho docente sobre os modos como são representadas, anunciadas e classificadas as mulheres. Doravante, a professora pode trabalhar com comparações sobre os modos como as identidades são visibilizadas nos diferentes artefatos culturais, opondo mulheres e homens; mulheres brancas e mulheres negras; homens pobres e mulheres pobres; mulheres idosas e mulheres jovens, entre outras possibilidades. Louro (2014, p. 116) analisa que, se na perspectiva pedagógica androcêntrica, as palavras-chave seriam competição, objetividade, ensino e hierarquia, em contrapartida, a perspectiva feminista – e a Prática Pedagógica Filógena – defende os seguintes termos: cooperação, subjetividade, aprendizagem e diferença. Tais práticas subsidiam o aparecimento de oportunidades de questionamentos das estudantes, em que se vejam, mas, em especial, repensem o lugar que ocupam na cultura.

No entanto, não é só disponibilizar o material à turma, trabalhar de modo engajado com a Prática Pedagógica Filógena é ter em mente que “[o] sexismo, como sistema de dominação, é institucionalizado [...]. Ser oprimida significa ausência de opções” (HOOKS, 2015, p. 197). Nem todas as pessoas conhecem este significado de sexismo ou mesmo se reconhecem em um processo sexista, uma vez que as práticas sexistas estão tão enraizadas na cultura que muitas delas não admitem passar por isso. Doravante, podem ocorrer negações de seus processos sexistas, mas também é possível que haja um descortinar de saberes que desestabilizem certezas como carreira, papel familiar, lugar de fala, apenas para citar alguns exemplos. hooks (2015, p. 217) analisa “[e]las podem saber que são discriminadas em função de sexo, mas não equiparam isso a opressão [...] sexismo não têm significado de absoluta falta de opções”.

São necessárias mudanças nas políticas públicas e educacionais para que ocorram as transformações propostas nesta seção. Os currículos precisam prever discussões sobre gênero, raça, etnia, feminismo e filoginia, no entanto a Prática Pedagógica Filógena pode ser executada em currículos tradicionais, que ainda não se atentaram – ou se recusam – à relevância destas problematizações para garantir formações menos opressoras às meninas. As iniciativas sugeridas aqui requerem posturas professorais, em sala de aula e fora dela, que não corroborem com ideologias discriminatórias de qualquer ordem. As diversas formas de ser, estar e existir trabalhadas em sala precisam contemplar outras composições familiares, que

não a heterossexual, bem como pode enfocar personagens homossexuais e bissexuais e trabalhar desigualdades e privilégios de raça e classe.

Concordo com hooks (2015) que a sala de aula não é um local ingênuo, pois as alunas reconhecem práticas, ideias e teorias inclusivas baseadas nas discussões feministas, mas nem todas atrelam raça, classe, geração à categoria gênero. À professora, cabe a função de explicar que não é possível desconsiderar os movimentos feministas, pois caso o façam seria um convite ao sexismo e à misoginia. É relevante que a professora reconheça seu racismo, seu classicismo e seu preconceito com idosas, deficientes, se houver, e demonstre à turma que o reconhecimento é o primeiro passo para o aniquilamento. “[O] grau em que uma mulher branca é capaz de aceitar a verdade da opressão racista [...] determina a medida com que é capaz de ter empatia com mulheres de cor” (HOOKS, 2017, p. 144).

A professora precisa estar comprometida com as mais diversas libertações. E este comprometimento se inscreve na criação de modos de interação entre as pessoas, os quais não sirvam para perpetuar ideologias discriminatórias, mas que promovam a articulação respeitosa entre elas. “Muita coisa depende da força do nosso compromisso com o processo e o movimento feminista” (HOOKS, 2017, p. 147). Portanto, a Prática Pedagógica Filógena defende a presença das mulheres na escola, não se referindo, apenas, à figura da professora e das alunas, mas nas referências levadas à educação como filmes, artigos, documentários e demais produções realizadas por mulheres.

Em outras palavras, a professora pode privilegiar o uso de materiais de apoio escritos, filmados e fotografados por mulheres, em detrimento daqueles produzidos por homens com o intuito de equilibrar as dissonâncias estabelecidas historicamente com o masculino. Ao trazer à tona as desigualdades em que estão alocadas as mulheres, a professora pode questionar com as alunas: “[...] a que vêm essas construções misóginas e por que foram e são amplamente aceitas?” (RAGO, 2001, p. 59). Sem a pretensão de chegar às respostas absolutas e concretas para essa problematização, a professora pode utilizar a sala de aula, por meio do seu componente curricular, para

[...] denunciar os mecanismos sutis de desqualificação e de humilhação social que operam em nossa cultura, em relação às

mulheres e à cultura feminina. Justamente por serem sofisticadas e imperceptíveis a um primeiro olhar, essas estratégias de aniquilamento ou de neutralização das conquistas sexuais e de destruição dos movimentos e das atitudes contestadoras da ordem masculina estabelecida devem ser evidenciadas e enunciadas a cada instante (RAGO, 2001, p.60).

As denúncias sugeridas por Rago (2001) servem para elaborar os trabalhos, as provas, os exercícios, as atividades, os exemplos, as correções, a interação professora-aluna, ao passo que indicam o privilégio no uso de notícias, conhecimentos, exemplos, bibliografia protagonizada por mulheres. Se nas referências do trabalho pedagógico há, exclusivamente, autores masculinos, não é indicado que a professora ignore tais referências, mas que, como apoio, leve autoras mulheres para contrapor a hegemonia da ciência que se apresenta, predominantemente, masculina. “A solução não consistiria simplesmente numa inversão, mas em construir currículos que refletissem, de forma equilibrada, tanto a experiência masculina quanto a feminina” (SILVA, 2015, p. 94). Neste sentido, a docente propicia às alunas múltiplos olhares sobre o conhecimento e evita que óticas unilaterais prevaleçam na educação.

Assim, a professora evita naturalizar, ainda mais, a massiva presença do masculino em detrimento do feminino. Passa a oferecer à turma referências femininas, provocando a construção de outras sinapses intelectuais sobre os modos de ser mulher, bem como estará exibindo como as mulheres veem o mundo e pensam o conhecimento, dando espaço para uma solidariedade feminina e feminista. Quando ela oferece referências de mulheres em sala de aula, oportuniza outras possibilidades de identificação para meninos e meninas, visualiza a existência de mulheres nos espaços públicos e na produção do conhecimento.

Entretanto, aqui cabe um aviso conceitual: a perspectiva feminista adotada não enxerga a mulher no mundo do trabalho – e distante dos afazeres doméstico – como vitória soberana, pois as mulheres negras trabalham *fora* de casa desde o período escravagista, bem como as mulheres brancas tiveram a oportunidade de sair para o trabalho remunerado para deixar o lar aos cuidados de outras mulheres, especialmente as negras. Inclusive, é importante destacar o papel histórico que as brancas tiveram na opressão das mulheres negras, uma vez que a relação serva-senhora tem permeado a relação entre as duas condições de mulher.

Por isso, às professoras brancas é indicado que entendam sua branquitude, suas referências culturais, seu *status*, suas sociedades e o frágil poder que exercem sobre outras mulheres. Portanto, não há comemoração de libertação, pois se há autonomia, mesmo que parcial de uma, há ações opressivas em outras (HOOKS, 2015; 2017; SOLNIT, 2017a). Neste sentido, a professora não pode apenas organizar-se pedagogicamente com base nas opressões que ela vivencia, a filoginia defendida aqui é aquela que sobrepõe as condições individuais e verifica – para combater – as coletivas que podem se apresentar de modo velado e por isso requerem atenção altruísta. Sobretudo, trabalhando filologicamente com a pedagogia, a professora estaria reconhecendo que, historicamente, a educação tem sido falocêntrica³⁹ e levar, à sala de aula, as culturas femininas negras, asiáticas, periféricas, ribeirinhas, deficientes é enfrentar às pressões hegemônicas, é propiciar a circulação do poder, que esteve centrado na figura do homem branco, heterossexual, bem-sucedido e cristão. Desse modo, a pedagogia proposta percebe as mulheres como sujeito social, político e, em particular, do conhecimento.

Não há prática pedagógica neutra ou desinteressada e que embora exista a pressão social pelo silenciamento de temas como feminismo e educação sexual, os sujeitos da educação não estão imunes a essas discussões. O silêncio também comunica/educa, ao não falar, não problematizar, não citar, também se educa. Os vínculos culturais e as mensagens midiáticas tratam sobre temáticas como aborto, sexo, casamento, feminismo, abuso e podem interpelar as estudantes sem qualquer mediação pedagógica (ACCORSI, 2014; SOLNIT, 2017).

Logo, há um constante engendramento do conhecimento, às professoras sugiro a responsabilidade de escolher qual engendramento confere menor desigualdade cultural entre os sujeitos sociais. Neste sentido, as ações da Prática Pedagógica Filógina são lutas, as quais não precisam ocorrer isoladamente nas salas de aula, em que cada professora desenvolve sua prática particular – e só conhece o trabalho das colegas pelas conversas esporádicas de corredor e nas reuniões pedagógicas. A proposta é criar grupos de discussões sobre a Prática Pedagógica Filógina, reunindo as professoras para problematizar as dinâmicas adotadas em sala de aula e, em especial, “[...] observando e registrando os

³⁹ O Falo seria o “significante” do desejo, posição exclusiva dos homens (BUTLER, 2016).

comportamentos e as práticas [...]” das alunas, assim como propunham as intelectuais feministas em relação às práticas sociais (LOURO, 2014, p. 129).

Sugiro, ainda, que as professoras ocupem lugares de poder na gestão da instituição de ensino, realizem eventos de extensão, ensino e pesquisa voltados às temáticas feministas, que atrelem gênero às problematizações de raça, classe e geração. Nas realizações de palestras, mesas-redondas e demais eventos científicos propostos durante o ano letivo, que mulheres sejam, majoritariamente, convidadas, exibindo a circulação do poder, também, entre elas, para que se mostrem coligadas em prol da redução de desigualdades.

A identificação dos possíveis aliados, a difusão de informações, a discussão e o convite talvez sejam passos importantes tanto para o reconhecimento da importância política que têm as relações de gênero e sexuais quanto para a disposição de questionar e transformar suas formas atuais (LOURO, 2014, p. 131).

Doravante, a avaliação compreende que os conhecimentos adquiridos são mesclados com as experiências pessoais e o repertório cultural de cada estudante. Em um primeiro momento, os conhecimentos são internalizados e podem promover embates culturais quando destoam do arcabouço já adquirido pela aluna. Em um segundo momento, as estudantes precisam construir relações, conexões entre o que sabiam e o que descobriram recentemente. No processo avaliativo, a professora pode perguntar se as alunas se sentiram fortalecidas pelas problematizações feministas provocando outros olhares sobre si (HOOKS, 2017). Não é preciso impor saberes, mas apresentá-los de modo interrogativo na tentativa de desestabilizar as hegemonias fixadas na identidade dos sujeitos.

Neste sentido, as identidades são construídas, pedagogicamente, na graduação sob a mediação docente, que permite o entrelace de culturas, a proposição da diferença como recurso inevitável do processo de formação intelectual. Nesta perspectiva, proponho que as alunas sintam-se parte viva do curso, do saber, da produção do conhecimento – e que as hierarquias sejam problematizadas e não, apenas, recebidas, normalizadas e fixadas. A professora pode atentar-se também às vozes da sala de aula e não permitir, por exemplo, que meninos interrompam as falas e elucubrações de meninas, que as desautorizem em seus raciocínios, do mesmo modo que as meninas brancas não sejam estimuladas a sobreporem suas discussões sobre as meninas negras.

As chacotas sexistas, machistas, racistas e misóginas devem ser interrompidas para serem problematizadas. Os olhares e comentários das alunas expressam seus desconfortos, medos e resistências (HOOKS, 2015; SOLNIT, 2017). A proposta pedagógica tecida nos parágrafos anteriores não prevê um desfecho temporal, bem como não mede a aquisição do conhecimento exclusivamente por meio de notas, embora elas sejam uma exigência, mas entende que a filoginia é uma prática constante, que pode ser observada nos trabalhos em sala de aula, mas também nos projetos extraclases e nas relações entre as alunas e as professoras. Em contraponto, excluir, silenciar e anular é uma violência semelhante a anunciar sujeitos de modo reducionista, atrelados a estereótipos, repleto de indicativos excludentes, os quais podem ser rasurados na tentativa de reduzir as opressões e intensificar a circulação do poder.

Arrisco-me a afirmar que as jornalistas graduadas desconhecem seu papel profissional de educar leitoras, espectadoras e ouvintes pelas suas produções midiáticas. Consideram que sua função seja, exclusivamente, informar ancoradas nas premissas de imparcialidade e objetividade jornalística (SODRÉ, 2009; LAGE, 2005). Desconhecem o conceito de pedagogia cultural, cuja defesa é de que os meios de comunicação educam e colaboram com a formação da identidade e com a produção de estigmas sociais e culturais. Portanto, como elemento da formação de jornalistas, proponho que a Prática Pedagógica Filógina ofereça como um de seus indicadores a proposta da jornalista educadora, uma vez que os sujeitos apreendem sobre a realidade a partir das mensagens midiáticas e quem as produz precisa conscientizar-se de seu papel (STEINBERG, 2015).

No entanto, existem riscos para a prática apresentada, o curso e as professoras podem ser acusadas de *doutrinação*⁴⁰ das estudantes, entretanto, como citado anteriormente, não há como desenvolver pedagogia de modo neutro, não há como professoras – nem alunas – deixarem suas convicções culturais, políticas e sociais fora da sala de aula. Silva (2015, p. 94) explica que “[...] a epistemologia não é nunca neutra, mas reflete sempre a experiência de quem conhece”. Os apontamentos sobre a doutrinação têm o intuito de legitimar as condutas que oprimem os grupos culturais minoritários, não agir é estar conivente com o sistema

⁴⁰ Em dezembro de 2017, o jornal Gazeta do Povo criou o Monitor de Doutrinação, em seu site, para que leitores e leitoras realizassem denúncias sobre doutrinação ideológica. O Monitor foi tirado do ar logo em seguida devido às reclamações de leitores/as e à repercussão negativa sobre os objetivos da ação (GAZETA, 2018).

de opressão. O risco desta prática é que ela pretende desestruturar o sistema hierárquico de gênero e o poder pode levantar-se contra a professora que utiliza da Prática Pedagógica Filógena.

Caso isso ocorra, a professora saberá que está desenvolvendo um trabalho de enfrentamento, de resistência aos pressupostos hegemônicos, ação fundamental para dirimir as desigualdades sociais, para conferir às mulheres oportunidade, espaço, vez e voz no conhecimento e nas relações humanas. “Garanti-lhes que eu mesma falo em tom militante sobre feminismo num contexto negro e que, embora frequentemente haja protestos, também há cada vez mais afirmação” (HOOKS, 2017, p. 158).

Quem sabe, dessa maneira, existam menos desigualdades e mais desenvolvimento científico, cultural, político, econômico e humano nas instituições de ensino superior – e entre os seres humanos que nela se realizam enquanto produtoras de conhecimento. Os resultados podem ser conferidos nos trabalhos realizados pelas alunas, nas relações entre elas, nas suas escolhas políticas e culturais, nas suas profissões – e no modo como as desenvolvem. Portanto, a proposta desenhada nesta seção vem como uma resposta aos modos como foram representadas as professoras na **Gazeta** para, futuramente, haver outras pedagogias culturais circulando pelas mídias, que não aquelas que atrelam, majoritariamente, professora e violência.

4 ENCERRAMENTOS QUE NÃO SE ENCERRAM

O nome dele era privilégio, mas o dela era possibilidade. A história era a mesma velha história de sempre, mas a dela era uma nova história – sobre a possibilidade de mudar uma história que continua inacabada, que inclui todos nós, que tem tanta importância, que vamos assistir, mas também vamos relatar, nas semanas, meses, anos e décadas vindouros (SOLNIT, 2017, p. 71).

A história inacabada de Solnit (2017) tem relação com as lutas de mulheres para visibilizarem suas condições de ser humano. A história desta pesquisa continua inacabada, pois há muito que estudar nas notícias da **Gazeta do Povo** e tecer sobre a Prática Pedagógica Filógena, mas assim como as discussões de Solnit (2017), houve a proposta de visibilizar condições plausíveis de ser mulher, as conferindo direitos, possibilidades, por vezes, negados. Na introdução, afirmei que não havia o intuito de esgotar pontos de vista e articulações epistemológicas sobre a temática debatida, por isso as considerações apresentadas nas próximas linhas podem ser revistas, repensadas, desarticuladas, se o objetivo for esse.

No entanto, o título desta seção se justifica porque não há como encerrar a necessidade, as ambições, os sonhos, as vontades, os direitos das mulheres, por isso, a luta por espaços de visibilidade à mulher não param nas próximas páginas – aliás, não podem parar. Verifiquei que os casos estudados nas notícias da **Gazeta**, acerca da relação entre professora e violência, soam como *anomalias*, destacados de uma realidade que violenta a mulher a cada dia, a cada hora, a cada segundo. Aparecem nas notícias como exceções e as histórias das vítimas não são articuladas entre si pelo jornalismo.

E por diversas vezes me perguntei: e aqueles casos que não são noticiados? Enquanto eu escrevo, há mulheres sofrendo em silêncio, na solidão, vítimas de violência. Com uma sensação que mesclava dor e revolta, eu continuava escrevendo no intuito de colaborar com a memória das professoras noticiadas pela **Gazeta**, aquelas que sobreviveram aos ataques e aquelas que não poderão contar suas histórias porque não estão mais entre nós.

Foi perceptível que o jornalismo da **Gazeta** utiliza, em mais de uma notícia, o método de *mansplaining*, inclusive naquelas histórias que poderiam ser contadas

pelas próprias protagonistas. O jornal constrói uma realidade em que ser docente é não ser ouvida mesmo quando sua violência estampa a notícia. O machismo está presente nas notícias de modo implícito, pela escolha das fontes, pelo enfoque, pelo vocabulário escolhido para noticiar. Portanto se as jornalistas demonstrassem consciência feminista, o resultado das informações poderia ser outro, quem sabe, a articulação entre violência e docência não estivesse tão gritante no jornal. O referido jornalismo examinado não demonstra vestígios das questões feministas, apresentando-se como sexista e misógino porque silencia as professoras, inclusive quando elas são a personagem principal da história contada, bem como enaltece as narrativas masculinas, fazendo a manutenção do discurso hegemônico que sobrepõe o homem sobre a mulher.

Os crimes são explorados pelo noticiário para garantir audiência das informações apresentadas, utilizando dramas e estereótipos, a mídia evita os embates culturais entre os grupos, os gêneros, as raças, as classes. Inclusive, a violência ocorrida nas classes privilegiadas soam como *anomalias*, desequilíbrios culturais, sugerindo que há locais *permitidos* para ela acontecer. As notícias sugerem, ainda, que o espaço público não é um espaço feminino porque oferece conotações de que a professora estaria mais segura nos espaços domésticos.

A hipótese de que a representação da professora ligada à violência serve de base para refletir sobre o machismo, o feminismo e as práticas pedagógicas filóginas foi confirmada, uma vez que a articulação entre violência e professora mulher fundamentou as práticas pedagógicas propostas para a formação de jornalistas. Foi indicado pela Prática Pedagógica Filógina que as estudantes percebiam, por meio da mediação docente, a importância do posicionamento como educadora e se atentem aos ensinamentos propagados pelas suas coberturas jornalísticas.

O problema de pesquisa **como a relação entre professora e violência, noticiada na mídia, pode servir de base para uma Prática Pedagógica Filógina?** pode ser respondido das seguintes maneiras: 1) As matérias jornalísticas apresentadas pela **Gazeta** podem ser pontos de partida para as professoras pensarem a redação das notícias com as turmas de alunas, analisando seus contextos, enfoques, vocabulários, fontes da informação, autores e autoras. 2) A relação entre professora e violência no jornalismo pode, ainda, sugerir que as jornalistas se vejam como educadoras da realidade para além da proposta de noticiarem de modo imparcial os episódios cotidianos. 3) Articular a docência à

violência não pode passar despercebida das redações do jornal que precisam se atentar aos modos como têm representado os sujeitos, uma vez que as identidades são formadas, também, pela mídia. 4) Parece que ainda há impunidade na violência contra a mulher. A relação criada pela **Gazeta** entre professora e violência serviu de superfície para problematizar a presença das mulheres nos espaços midiáticos, mas também nos âmbitos intelectuais, professorais, do conhecimento na seção destinada a tecer a Proposta Pedagógica Filógena. 5) Foram visualizadas como marcas culturais do jornalismo do referido jornal o silenciamento da professora em casos de violência, por isso na Prática proposta, a professora desmascara as relações de poder em sala de aula e exibe sua voz como autoridade educacional. 6) Foram apresentadas possibilidades de ser professora mulher sem o binômio professora/violência, mas que se respaldasse no compromisso político feminista em que mulheres leem, escutam, apresentam, estudam outras mulheres.

O jornalismo da **Gazeta** se mostra superficial e repetitivo ao contar as histórias das professoras com erros de ortografia, digitação, ao dispor as mesmas frases e ideias em matérias publicadas em dias e por pessoas diferentes, sugerindo um descuido com o tema, o que colabora para a banalização da violência contra a mulher. Embora em algumas notícias exista o enaltecimento da professora em situação de violência, em especial as de classe abastada e de instituições de ensino superior, a **Gazeta** demonstrou não apurar as informações, pois não recorria aos dois lados da notícia, conforme propõe o desenvolvimento dos princípios jornalísticos. As fontes para tecer o texto das notícias eram, majoritariamente, compostas por delegados, advogados e policiais, o que sugere o conceito de autoridade adotado pelas jornalistas articulado à masculinidade.

A Prática Pedagógica Filógena pode ser utilizada em quaisquer cursos de graduação, embora seja pensada para o curso de jornalismo porque as notícias da **Gazeta** foram as fontes iniciais de um processo, que, depois, continua na sala de aula, com a formação de profissionais. No entanto, ressalto que a leitura crítica das notícias em sala de aula pode ser uma prática de outros cursos, uma vez que, neste espaço, é possível repensar concepções que as políticas públicas ainda não propuseram. Acentuo que não há como esperar pelas políticas públicas e institucionalização do feminismo enquanto lutamos por isso. É preciso ação imediata frente às desigualdades e violências.

Neste sentido, os cursos de medicina podem discutir as notícias sobre violência obstétrica e assédios na relação entre médicos e pacientes. Na graduação em história, as mulheres podem ser analisadas como precursoras e desbravadoras de lugares e ideias, ao invés de serem significadas como meras acompanhantes ou coadjuvantes. Na arquitetura, a história dos lugares pode ser contada pela ótica feminina, deixando em segundo plano, mesmo que temporariamente, nomes masculinos conhecidos e prestigiando o trabalho daquelas que colaboraram com a construção da área. No curso de pedagogia é possível apresentar teorias, perspectivas e fundamentos epistemológicos produzidos por mulheres, desvinculando a relação entre maternidade e docência e articulando a pedagogia à prática de poder feminino.

A Prática Pedagógica Filógena objetiva, modestamente, mudar a história das mulheres, oportunizando chances de serem vistas, lidas, citadas e pensadas. Para as professoras mais conservadoras, essa prática pode parecer perturbadora, mas não há como ignorar as discussões feministas em sala de aula – para não citar outros espaços – uma vez que as conquistas das mulheres se devem aos movimentos articulados pelo feminismo em épocas anteriores. Lendo os textos da **Gazeta** criticamente foi perceptível que as significações das repórteres estão ancoradas no machismo, bem como as vítimas de violência são anuladas pelas notícias, enquanto as algozes são silenciadas.

Deste modo, a tese desenvolvida é que o jornalismo sobre a professora e violência violenta ainda mais as mulheres que têm suas histórias contadas pela **Gazeta**, bem como violenta aquelas que podem se identificar com as referidas narrativas. A tese estabelece, ainda, que as notícias não são pontos finais, são, sobretudo, pontos de partidas para pensar as práticas em sala de aula e a formação de futuras jornalistas. Nós, mulheres, do século XXI, precisamos dar continuidade às discussões e lutas para que os direitos garantidos não sejam retirados e porque há, ainda, conquistas a serem obtidas. Sendo assim, a história continua inacabada, mas podemos “[...] relatar, nas semanas, meses, anos e décadas vindouros” (SOLNIT, 2017, p. 71). Que não paremos por aqui e continuemos a (re)pensar os jornalismo, as práticas pedagógicas e as visibilidades das mulheres.

Referências

- ACCORSI, Fernanda Amorim. **Práticas e narrativas docentes: problematizações sobre o jornal como artefato pedagógico**. 2014.133f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014.
- ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- ANZALDÚA, Glória. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Estudos Feministas**, v. 8, n. 1, 2000, p. 229-236.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.
- AUAD, Daniela. **Feminismo: que história é essa?** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- AZEVEDO, Sandra Raquew. GARCÍA, Loreley Gomes. Violência contra mulheres na agenda midiática. **Revista Espaço do Currículo**, v. 4, n. 1, 2011, p. 3-19.
- BADINTER, Elisabeth. **Um Amor conquistado: o mito do amor materno**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Tradução de Sérgio Millet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1949.
- BENEVIDES, Maria Victoria. **Violência, povo e polícia: violência urbana no noticiário de imprensa**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- BRITO e SILVA, Valéria Getúlio de. Matéria-Prima: Jornal. In: OLIVEIRA, Dijaci David de. GERALDES, Elen Cristina. LIMA, Ricardo Barbosa de. **Primavera já partiu: retrato dos homicídios femininos no Brasil**. Brasília: MNDH, 1998, p.19-26.
- BUENO, Noemi Correa. Marcha das Margaridas: representações dessa luta feminina no jornalismo da Globo. In: II SEMINÁRIO LECOTEC DE COMUNICAÇÃO E CIÊNCIA. **Anais...** Bauru: FAAC/UNESP, 2009, p. 407-418.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- CAMINHA, Carla. Um novo olhar sobre a condição feminina no catolicismo. **Revista Habitus**. Rio de Janeiro, v4, n.1, p.62-74, 2007.
- CAMPOS, Maria Malta. Falas provocativas. In: **Relatório final do Fórum Mídia e Educação: perspectivas para a qualidade da informação**. Brasília, 2000, p.17-18.
- CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano, 2003, p. 49-58.

CARVALHO, Felipe Araújo de. **Mulheres da realidade: gênero e jornalismo na mídia impressa brasileira (1966-1976)**. 2013. 179 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

CHAUÍ, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência. In: CARDOSO, Ruth, et al. **Perspectivas antropológicas da mulher**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985, p. 25-62.

CONNELL, Robert William. MESSERSCHMIDT, James. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, n. 1, p. 241-282, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000100014/24650>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

COSTA, Ana Paula; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Ser professora, ser mulher: um estudo sobre concepções de gênero e sexualidade para um grupo de alunas de pedagogia. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, Aug. 2011, p. 475-489. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2011000200011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20 de dezembro de 2018.

COSTA, Marisa Vorraber. Poder, discurso e política cultural: contribuições dos Estudos Culturais ao campo do currículo. In: LOPES, Alice casemiro; MACEDO, Elizabeth (Ogs.) **Currículo: debates contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2002, p.136-150.

CRUZ, Sabrina Uzêda da. A representação da mulher na mídia: um olhar feminista sobre as propagandas de cerveja. **Revista Travessias**. Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, v. 2, n. 2, 2008. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/2997/2346>>. Acesso em: 01 jan. 2015.

CUNHA, Camila. FAUSTO NETO, Antônio. Quando a mídia sentencia antes da justiça: análise da cobertura de Veja sobre o caso Isabella Nardoni. In: INTERCOM – SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO. **Anais do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, 30 de maio a 1º de junho de 2013**. São Paulo: Intercom, 2013, p. 1-15.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Estudos Culturais: uma introdução. In: JOHNSON, Richard. ESCOSTEGUY, Ana Carolina. SCHULMAN, Norma. SILVA, Tomaz Tadeu da. **O que é, afinal, Estudos Culturais?** Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 133-166.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Estudos Culturais Ingleses. In: CITELLI, Adilson. BERGER, Christa. BACCEGA, Maria Aparecida. LOPES, Maria Immacolata Vassallo de Lopes. FRANÇA, Vera Veiga (Orgs). **Dicionário de comunicação: escolas, teorias e autores**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 248-256.

ECA. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. **Edição comemorativa**. Curitiba: Secretaria de Estado da Criança e da Juventude, 2010.

FABRIS, Elí Terezinha Henn. As marcas culturais da pedagogia do herói. In: REUNIÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (ANPED), 24., 2001, Caxambu. **Anais...** Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/24/T0859862556596.doc>>. Acesso em: 21 jun. 2015.

FERNANDES, Isis Cleide da Cunha. **Representação da violência de gênero contra a mulher nos jornais de Cabo Verde**: uma análise de conteúdo de A Semana, A Nação e Expresso das Ilhas. 2012. 198 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/40236>>. Acesso em: 10 mai. 2015.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Mídia e educação da mulher: uma discussão teórica sobre modos de enunciar o feminino na TV. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 2, 2001, p. 586-599. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2001000200015/8869>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

FRAGA, Alex Branco. A boa forma de João e o estilo de vida de Fernanda. In: LOURO, Guacira Lopes. NECKEL, Jane Felipe. GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003. p. 95-107.

GATTI, Bernardete. Formação de professores no Brasil: características e problemas. In: **Educação e Sociedade**, v.31, n. 113, p. 1355-1379, out/dez, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/16.pdf>>. Acesso em: 2 out. 2015.

GAZETA DO POVO. Site. **Base governista ignora batalha campal e aprova lei da previdência**. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/base-governista-ignora-batalha-campal-e-aprova-lei-da-previdencia-d15cdzrbokqzkzwm16mya59rw>>. Acesso em 18 de dez de 2015.

GAZETA DO POVO. Site. **Gazeta do Povo tira do ar monitor da doutrinação**. Entenda por quê. <<http://www.gazetadopovo.com.br/educacao/gazeta-do-povo-tira-do-ar-monitor-da-doutrinacao-entenda-por-que-3f43x0adm4bz2nc0p95lgqvo>>. Acesso em 28 de mar de 2018.

GERALDES, Elen Cristina. Quem matou Diana? In: OLIVEIRA, Dijaci David de. GERALDES, Elen Cristina. LIMA, Ricardo Barbosa de. **Primavera já partiu**: retratos dos homicídios femininos no Brasil. Brasília: MNDH, 1998, p. 197-213.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2011.

GOELLNER, Silvana Vilodre. A produção cultural do corpo. In: LOURO, Guacira Lopes. NECKEL, Jane Felipe. GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs). **Corpo, gênero e**

sexualidade: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 28-40.

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e queixas:** um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

GROSSI, Mirian Pillar. De Ângela Diniz a Daniela Perez: a trajetória da impunidade. **Revista Estudos Feministas**, v.1, n. 1, p. 166-168, 1993.

Disponível em

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/download/16003/14503>>. Acesso em: 20 julh. 2015.

GRPCOM. **Grupo Paranaense de Comunicação.** Site. Disponível em <<http://www.grpcom.com.br/unidades.html>>. Acesso em 08 de nov de 2015.

HALL, Suart. Reflexões sobre o modelo de codificação/decodificação: uma entrevista com Suart Hall. In: _____. **Da Diáspora:** identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: editora UFMG, 2003. p. 334-381.

HALL, Stuart. **A identidade cultural da pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003a.

HALL, Stuart. CRITCHER, C. JEFFERSON, T. The social production of news: Mugging in the media. In: COHEN, Stanley. YOUNG, J (Orgs). **Manufacture of news.** Londres: Sage Publications, 1973, p. 223 - 239.

HAMMARBERG, Thomas. Crianças e influências nocivas da mídia: o significado da convenção da ONU. In: CARLSSON, Ulla. VON FEILITZEN, Cecília. **A criança e a violência na mídia.** São Paulo: Cortez, 1999, p. 23-34.

HARAWAY, Donna. O humano numa paisagem pós-humanista. Tradução de Marcos Santarrita. **Revista Estudos Feministas**, n. 1, v. 2, 1993.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir:** a educação como prática de liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

hooks, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 16, p. 193-210, Apr. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522015000200193&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 12 de janeiro de 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatísticas de gênero. 2014. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv88941.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2015.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero:** conceitos e termos. Ser-Tão, dezembro 2012. Disponível em: <<http://www.sertao.ufg.br/pages/42117>>. Acesso em: 21 set. 2015.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Feminismo e identidade de gênero: elementos para a construção da teoria transfeminista. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 10. **Anais...** Florianópolis, 2013, 9p. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1384978610_ARQUIVO_JaquelineGomesdeJesus.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2015.

KEHL, Maria Rita. Visibilidade e espetáculo. In: BUCCI, Eugênio. KEHL, Maria Rita. **Viodeologias**. São Paulo: Boitempo, 2004. p. 141-164.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia**: estudos culturais – identidade e política ente o moderno e o pós-moderno. Bauru: Edusc, 2001.

LAGARDE, Marcella. **Por La vida y La libertad de las mujeres**. Fin al femicídio. El Dia, V., fevereiro, 2004.

LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia**. São Paulo: Ática, 2005.

LAVINAS, Lena. Gênero, cidadania e adolescência. In: MADEIRA, Felícia Reicher. **Quem mandou nascer mulher?** Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997. p. 11-44.

LEI MARIA DA PENHA. Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 23 jul. 2015.

LESSA, Patrícia. **Lesbianas em movimento**: a criação de subjetividade. 2007. 248 f. Tese (doutorado em História) – Universidade de Brasília. Programa de pós-graduação em História, 2007. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/3411/1/Tese_Patricia%20Lessa.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2015.

LOPES, Adriana Carvalho. Violência contra mulheres na mídia impressa. In: SUÁREZ, Mireya. BANDEIRA, Lourdes (Orgs.). **Violência, gênero e crime no Distrito Federal**. Brasília: Paralelo 15, 1999. p. 121-146.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e magistério: identidade, história, representação. In: CATANI, Denice B. BUENO, Belmira O. SOUSA, Cynthia P. SOUZA, M. Cecília C. C. **Docência, memória e gênero**: estudos sobre formação. São Paulo: Escrituras, 1997, p. 75-84.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis/ RJ: Vozes, 1997a.

LOURO, Guacira Lopes. Currículo, gênero e sexualidade – O “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. In: LOURO, Guacira Lopes. NECKEL, Jane Felipe. **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003, p. 41-52.

LOURO, Guacira Lopes. Conhecer, pesquisar, escrever... In: **Educação e Culturas**, n. 25, 2007, p. 235-245.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary. PINSKY, Carla Bassanezi. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 443-481.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013a. p. 07-34.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014.

MACEDO, Elza Dely Veloso. Uma luta justa... e elegante: Os feminismos conflitantes de Bertha Lutz e Maria Larceda de Moura na década 1920. **Revista Gênero**, v 3, n.2, p. 91-104, 2003. Disponível em: <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/273/190>. Acesso em: 5 jan. 2016.

MACHADO, Lia Zanotta. **Feminismo em movimento**. São Paulo, Francis, 2010.

MACHADO, Lia Zanotta. Matar e morrer no masculino e no feminino. In: OLIVEIRA, Dijaci David de. GERALDES, Elen Cristina. LIMA, Ricardo Barbosa de. **Primavera já partiu: retrato dos homicídios femininos no Brasil**. Brasília: MNDH, 1998, p. 96-121.

MEYER, Dagmar. A politização contemporânea da maternidade: construindo um argumento. **Gênero**. Niterói, v. 6, n. 1, 2. Sem, 2005, p. 81-104.

MEYER, Dagmar. Educação, saúde e politização da maternidade: olhares desde a articulação entre Estudos Culturais e Estudos de Gênero. In: SILVEIRA, Rosa Maria Hessel. **Cultura, poder e educação: um debate sobre estudos culturais em educação**. Canoas/RS: Ulbra, 2011. p. 145-164.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Laços perigosos entre machismo e violência. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, 2005, p. 23-26.

MONTORO, Tânia. Notícias de violência: uma leitura. In: SUÁREZ, Mireya. BANDEIRA, Lourdes (Orgs.). **Violência, gênero e crime no Distrito Federal**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1999, p. 105-120.

MORENO, Montserrat. **Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola**. São Paulo: Moderna, 1999.

MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX: espírito do tempo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

NUNES, Brasilmar Ferreira. A face irregular do espelho. In: OLIVEIRA, Dijaci David de. GERALDES, Elen Cristina. LIMA, Ricardo Barbosa de. **Primavera já partiu: retrato dos homicídios femininos no Brasil**. Brasília: MNDH, 1998, p.39-52.

OLIVEIRA, Luciano. **A dupla face da violência**. Coleção Oxente. Regional NE-Movimento Nacional de Direitos Humanos, 1994.

PEDRO, Joana Maria. Mulheres do Sul. In: DEL PRIORE, Mary. PINSKY, Carla Bassanezi. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 278-321.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Violência e tecnologias de gênero: tempo e espaço nos jornais. **Estudos Feministas**, v. 17, n. 2, p. 485-505, 2009.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. A violência nas narrativas. In: OLIVEIRA, Dijaci David de. GERALDES, Elen Cristina. LIMA, Ricardo Barbosa de. **Primavera já partiu: retratos dos homicídios femininos no Brasil**. Brasília: MNDH, 1998. p. 175-196.

PRIORI, Claudia. **Retratos da violência de Gênero: denúncias na Delegacia da Mulher de Maringá (1987-1996)**. Maringá/PR: Eduem, 2007.

RAGO, Margareth. Feminizar é preciso: por uma cultura filógina. **São Paulo Perspectiva**. São Paulo, v. 15, n. 3, Jul 2001, p. 53-66. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 nov. 2015.

RAMOS, Silvia. PAIVA, Anabela. **Mídia e violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

ROSEMBERG, Fulvia. Educação formal, mulher e gênero no Brasil contemporâneo. In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 515, jan. 2001. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2001000200011>>. Acesso em: 09 ago. 2015.

ROSSETTI, Marinella Binda. **A mulher professora na cidade de São Paulo: política, imprensa e universidade (1971-1990)**. 2007. 256 f. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007. Disponível em: <<https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/12987/1/Marinella.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2015.

ROSO, Adriane; STREY, Marlene Neves; GUARESCHI, Pedrinho; e BUENO, Sandra M. Nora. Revista Cultura e ideologia: a mídia revelando estereótipos raciais de gênero. **Psicologia e Sociedade**. Porto Alegre, p. 74-94, jul./dez.2002.

SABAT, Ruth. Gênero e sexualidade para consumo. In: LOURO, Guacira Lopes. NECKEL, Jane Felipe. GOELLNER, Silvana Vilodre. **Corpo, gênero e sexualidade**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003. p.149-159.

SABAT, Ruth. **Filmes infantis e a produção performativa da heterossexualidade**. 2003. 183 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação, 2003a. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/3757>>. Acesso em: 28 nov. 2015.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2ª ed. 2015.

SANTOMÉ, Furjo Torres. As culturas negadas e silenciadas no currículo. In: SILVA, Tomaz Tadeu. **Alienígenas na sala de aula**: uma introdução aos estudos culturais em educação. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011, p. 155-171.

SANTOS, Raldianny Pereira dos. Sujeito, discurso e ideologia: a constituição de identidades na cultura midiática. **Revista Culturas Mediáticas**. PPGCOM. UFPB. n. 01. Jan/jun 2009.

SANTOS, Tarcyanie Cajueiro. A Campanha #somostodosmacacos de Neymar: uma reflexão sobre o racismo no futebol. In: CONGRESSO INTERNACIONAL COMUNICAÇÃO E CONSUMO - COMUNICON. **Anais...** São Paulo: 2014, p.1-15.

SCORALICK, Kelly. A representação das minorias marginalizadas no telejornalismo. **Revista de C. Humanas**, v. 9, n. 2, p. 191-203, jul./dez. 2009.

SEFFNER, Fernando. A produção da diversidade e da diferença no campo do gênero e da sexualidade: enfrentamentos ao regime da heteronormatividade. In: KIRCHOF, Edgar Roberto. WORTMANN, Maria Lúcia. COSTA, Marisa Vorraber. (orgs). **Estudos Culturais & Educação**: contingências, articulações, aventuras, dispersões. Canoas: Ulbra, 2015. p. 193-210.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Carmen da. **O Melhor de Carmen da Silva**: seleção de Julia Tavares. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.

SILVA, Cleide Bezerra da. A sociedade como refém. In: OLIVEIRA, Dijaci David de. GERALDES, Elen Cristina. LIMA, Ricardo Barbosa de (Orgs). **Primavera já partiu**: retrato dos homicídios femininos no Brasil. Brasília: MNDH, 1998, p. 122-144.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Pedagogia dos monstros**: os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Currículo como fetiche**: a poética e a política do texto curricular. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SILVA, Rebecca de Medeiros. O complexo de “professora Helena”. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Anais...** Paraíba, Set/2014, 5p.

SOARES, Murilo César. Representações e comunicações: uma relação em crise. **Líbero**: São Paulo, n. 20, p. 47-56, dez. 2007.

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato**: notas para uma teoria do acontecimento. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009.

SOIHET, Rachel. Violência simbólica. Saberes masculinos e representações femininas. **Estudos Feministas**, v.5, n.1, 1997, p.7-29.

SOLNIT, Rebecca. **Os homens explicam tudo para mim**. São Paulo: Cultrix, 2017.

SOLNIT, Rebecca. **A mãe de todas as perguntas**: reflexões sobre os novos feminismos. São Paulo: Companhia das Letras, 2017a.

STEINBERG, Shirley R. Produzindo múltiplos sentidos: pesquisa com bricolagem e pedagogia cultural. In: KIRCHOF, Edgar Roberto. WORTMANN, Maria Lúcia. COSTA, Marisa Vorraber. **Estudos Culturais e educação**: contingências, articulações, aventuras, dispersões. Canoas: Ed. ULBRA, 2015. p.211-242.

STEINBERG, Shirley R. KINCHELOE, Joe L. **Cultura infantil**: a construção corporativa da infância. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2012.

VIANA, Eduardo de Carvalho. **Para um Manual de Redação do Jornalismo Online**. Monografia final apresentada à Faculdade de Comunicação Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2001. Orientadora: Prof^a. Sonia Virgínia Moreira. Outubro de 2001.

WHITAKER, Dulce. **Mulher e homem**: o mito da desigualdade. São Paulo: Moderna, 1988.

WOITOWICZ, Karina Janz. PEDRO, Joana Maria. Feminismo e ativismo midiático: o jornalismo como estratégia de ação política. In: Fazendo Gênero. **Anais...** Florianópolis, agos/2010, 10p.

Anexo 1

Fontes Consultadas para a análise

2006

1) Professora é assassinada brutalmente pelo próprio filho - Vida e ...

5 jun. 2006 ... A **professora** Maria Célia dos Santos, 48 anos, da rede estadual de ensino, foi brutalmente assassinada a facadas pelo próprio filho. O crime ...
www.gazetadopovo.com.br/.../conteudo.phtml?id...Professora...

2) Após ameaça, professora municipal sofre atentado - Vida e ...

24 ago. 2006 ... A ordem era para a **professora** deixar a escola no prazo de uma semana para não ser morta. A Gazeta do Povo publicou reportagem sobre o ...
www.gazetadopovo.com.br/.../conteudo.phtml?id...professora...

2007

3) Professora que dava aulas em Curitiba está entre as vítimas do ...

19 jul. 2007 ... A **professora** Valdemarina também dava aulas na PUC do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Segundo o site da PUCRS, ela era formada ...
www.gazetadopovo.com.br/.../conteudo.phtml?...Professora...

2008

4) Professora é assassinada dentro de escola em Almirante Tamandaré

11 dez. 2008 ... Sílvia Regin da Silva, 42 anos, **professora** de ensino fundamental, foi morta a tiros no pátio da Escola Municipal Antonio Prado, localizada na ...
www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id...

5) Ex-marido é suspeito de matar professora em escola de Almirante ...

11 dez. 2008 ... A **professora** Sílvia Regin da Silva foi assassinada por volta das 11h30 desta quinta-feira (11) no pátio da escola. Informações de testemunhas ...
www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id...

6) Professora morta em pátio de escola é enterrada - Vida e Cidadania ...

12 dez. 2008 ... Foi enterrada em Bocaiúva do Sul, região metropolitana de Curitiba, por volta das 17h15 desta sexta-feira (12), a **professora** Sílvia Regin da ...
www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id...

2010

7) Corpo de professora de psicologia é encontrado enterrado no ...

12 jul. 2010 ... A **professora** de psicologia Telma Fontoura, de 53 anos, foi encontrada morta na tarde desta segunda-feira (12) no balneário de Shangri-lá, ...
www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id...

- 8) Em anúncio, aluno pede desculpas para **professora** - Vida e ...
29 mar. 2012 ... 0º ano do ensino médio de um colégio estadual, havia ofendido sua **professora** de artes e dito que pretendia “atear fogo” nela em um texto ...
www.gazetadopovo.com.br/vidaacidania/conteudo.phtml?id...
- 9) Acidente grave mata **professora** na BR-376, próximo à região de ...
2 maio 2012 ... Tiago Terada/Gazeta do Povo / O carro da **professora** ficou completamente destruído com a O carro da **professora** ficou completamente ...
www.gazetadopovo.com.br/vidaacidania/conteudo.phtml?id...
- 10) Alunas de Pedagogia da UFPR denunciam **professora** por racismo ...
3 maio 2012 ... O nome da **professora** não foi divulgado e a identidade das alunas foi preservada. Uma delas contou que ambas estavam dentro da sala de ...
www.gazetadopovo.com.br/vidaacidania/conteudo.phtml?id...
- 11) Justiça recebe denúncia contra **professora** por injúria racial - Vida e ...
10 ago. 2012 ... Conforme a denúncia do MP, a **professora** Ligia Regina Klein, do Setor de Educação da UFPR, teria feito o seguinte comentário dentro de ...
www.gazetadopovo.com.br/.../conteudo.phtml?...professora...
- 12) Polícia investiga morte de **professora** por queimadura em Curitiba ...
20 ago. 2012 ... A **professora** Ana Cristina Straub Leite, de 35 anos, que estava internada desde o último dia 13 de agosto com queimaduras graves no tronco, ...
www.gazetadopovo.com.br/vidaacidania/conteudo.phtml?id...
- 13) **Professora** baleada em sala de aula passa bem após cirurgia - Vida ...
12 set. 2012 ... A **professora** está em um hospital de Francisco Beltrão. A intervenção cirúrgica foi para reconstituir parte da arcada dentária. Principal suspeito ...
www.gazetadopovo.com.br/vidaacidania/conteudo.phtml?id...
- 14) **Professora** é indiciada como mandante do assassinato de Amanda ...
1 nov. 2012 ... A **professora** do curso de Educação Física da Universidade Norte do Paraná (Unopar) Denise Madureira foi indiciada por homicídio ...
www.gazetadopovo.com.br/vidaacidania/conteudo.phtml?id...
- 15) Presos suspeitos de matar **professora** no Boa Vista - Vida e ...
8 nov. 2012 ... Quatro homens foram presos por suspeita de envolvimento no crime que tirou a vida da **professora** Renata Melo do Amaral, 36 anos, que foi ...
www.gazetadopovo.com.br/vidaacidania/conteudo.phtml?id...
- 16) Carro usado na fuga de suspeitos de matar **professora** no Boa Vista ...
9 nov. 2012 ... Quatro homens foram presos por suspeita de envolvimento no crime que tirou a vida da **professora**. Segundo a polícia, eles fazem parte de ...
www.gazetadopovo.com.br/vidaacidania/conteudo.phtml?id...
- 17) Adolescente se entrega e confessa que matou **professora** no Boa ...

14 nov. 2012 ... O adolescente de 17 anos que era procurado pela possível participação no latrocínio que vitimou a **professora** Renata Melo do Amaral, ...
www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id...

18) Acusado de matar **professora** é solto por engano - Vida e Cidadania ...
11 dez. 2012 ... Um dos cinco supostos envolvidos na morte da **professora** Renata Melo do Amaral, 36 anos, assassinada com o filho no colo durante uma ...
www.gazetadopovo.com.br/.../conteudo.phtml?...professora...

2013

19) Suspeito de matar **professora** é preso um ano após ser solto por ...
25 nov. 2013 ... A **professora** Renata, de 36 anos, foi morta com o filho no colo no dia 1º de novembro de 2012. Ela estava dentro do carro no estacionamento ...
www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id...

20) **Professora** de Direito da PUCPR está entre vítimas de acidente na ...
22 dez. 2013 ... Letícia Akemi/Gazeta do Povo / Jimena Aranda era **professora** de Direito da PUCPR Jimena Aranda era **professora** de Direito da PUCPR.
www.gazetadopovo.com.br/.../conteudo.phtml?...Professora...

2014

21) **Professora** da UFPR é morta a facadas pelo filho em Matinhos ...
11 fev. 2014 ... Jussara Rezende Araújo, 58 anos, era **professora** da Universidade Federal do Paraná (UFPR) no campus Litoral e tentava medicar o filho ...
www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id...

22) Morte de **professora** da UFPR deixa comunidade acadêmica de luto ...
11 fev. 2014 ... O velório da **professora** da UFPR Litoral, Jussara Rezende Araújo, foi marcado por muita comoção de alunos e professores, no centro cultural ...
www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id...

23) **Professora** é atingida por pedra em sala de aula, na CIC - Vida e ...
21 ago. 2014 ... Uma **professora** de artes de um colégio estadual na Cidade Industrial de Curitiba foi atingida por uma pedra, nesta quarta-feira (20), quando ...
www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id...

24) **Professora** é esfaqueada durante aula em Piraquara - Vida e ...
4 set. 2014 ... Uma **professora** de inglês foi esfaqueada na manhã desta quinta-feira (4) enquanto lecionava, em Piraquara, Região Metropolitana de ...
www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id...

25) Aluno de 14 anos esfaqueia a **professora** - Vida e Cidadania ...
5 set. 2014 ... Uma **professora** de inglês foi esfaqueada ontem de manhã na Escola Estadual Ivanete Martins de Souza, no bairro Guarituba, em Piraquara, ...
www.gazetadopovo.com.br/.../conteudo.phtml?...professora-

26) Jovem mudou hábitos em sala de aula para agredir **professora**, diz ...

5 set. 2014 ... A Polícia Civil acredita que o jovem acusado de ter esfaqueado uma **professora** durante a aula, em Piraquara, Região Metropolitana de ...
www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id...

27) **Professora esfaqueada em Piraquara recebe alta - Vida e ...**

6 set. 2014 ... A **professora** de inglês esfaqueada na última quinta-feira (4) enquanto lecionava na Escola Estadual Ivanete Martins de Souza, em Piraquara, ...
www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id...

28) **Em Salvador, alunos dão biscoito envenenado a professora - Vida e ...**

7 nov. 2014 ... **Professora** do segundo ano do ensino fundamental do Educandário Santana Amorim, no bairro da Mata Escura, periferia de Salvador, ...
www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id...

29) **Professora universitária é morta com a mãe em São Carlos - Vida e ...**

7 dez. 2014 ... Uma **professora** universitária da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo) e sua mãe foram mortas a facadas na noite deste sábado (6) ...
www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id...

Anexo 2

Notícias na íntegra – *corpus* de pesquisa

Notícia 1

Professora é assassinada brutalmente pelo próprio filho

Karlos Kohlbach - Gazeta do Povo Online [05/06/2006] [12h33]

A professora Maria Célia dos Santos, 48 anos, da rede estadual de ensino, foi brutalmente assassinada a facadas pelo próprio filho. O crime aconteceu na noite de sexta-feira (2) em Apucarana, região Norte do Paraná.

De acordo com o delegado Marcolino Aparecido da Costa, da Polícia Civil da cidade, o jovem E.C.S.C., de 17 anos, pegou a faca que a mãe estava usando para comer uma maçã e aplicou golpes profundos por trás - na nuca e no pescoço da mãe. "O corte na nuca é tão profundo que quase dá para ver o osso da coluna", diz o delegado.

Maria foi encontrada nua no meio de uma rua próxima ao Lago Jabuti por volta de 4h30 da madrugada de sábado (3). Assim que foi identificado o corpo, a polícia foi até a casa da professora para conversar com o jovem. "Procuramos ele porque a Maria já tinha dado queixa, por duas vezes, que o filho ameaçava ela de morte", diz o delegado.

E.C.S.C., num primeiro momento, negou a autoria do crime, mas horas depois os policiais acharam a faca usada no crime, um cobertor e roupas do jovem com vestígios de sangue. Com as provas, o jovem confessou o assassinato, mas não revelou o motivo e, de acordo com o delegado, não se mostra arrependido.

A polícia vai encaminhar ao Instituto Médico Legal (IML) de Curitiba amostras do sangue do jovem para saber se ele estava sob efeitos de drogas, uma vez que ele respondia por ato de infração penal por uso e tráfico de drogas, e estava tendo acompanhamento psicológicos. E.C.S.C. disse à polícia que não estava drogado.

O adolescente está apreendido desde sábado na Delegacia de Polícia Civil de Apucarana e está à disposição da Vara de Infância. O jovem, segundo Marcolino, vai responder pelo crime de homicídio qualificado e, como é menor de idade, deve ficar detido por três anos. "É um crime que se ele não fosse menor pegaria até 60 anos de cadeia", completa o delegado.

A polícia está fazendo perícia na casa da professora e deve concluir o inquérito nos próximos dias. Concluído, o inquérito será apresentado à justiça pedindo o internamento do jovem. "Ele deve ir para um Educandário em Curitiba, porque aqui (Apucarana) não temos condições de mantê-lo preso", disse Marcolino.

Notícia 2

Após ameaça, professora municipal sofre atentado

José Marcos Lopes [24/08/2006] [19h06]

A vice-diretora de uma escola municipal no bairro Capão Raso, em Curitiba, foi alvo de uma tentativa de assassinato, na noite de terça-feira. Ela prefere não ter o nome relevado e conta que foi seguida por um motociclista quando voltava para casa, por volta das 21h40. O carro foi atingido por quatro tiros e ela não ficou ferida. O boletim de ocorrência foi registrado no 8.º Distrito Policial de Curitiba, no bairro Portão.

As ameaças começaram no dia 29 de março e teriam sido feitas por dois homens em um Fiat Uno branco. A ordem era para a professora deixar a escola no prazo de uma semana para não ser morta. A Gazeta do Povo publicou reportagem sobre o caso no dia 6 de junho, um dia depois de o prazo ter terminado. “Depois disso, não tivemos nenhum fato novo. Foram cinco meses de calmaria”, comentou ontem o marido dela, que também pediu para não ter o nome revelado.

Seguida

Segundo ele, na terça-feira a vice-diretora deixou a escola por volta das 21h30. Quando estava a cinco quadras de casa, sozinha no carro, percebeu que estava sendo seguida por um motociclista. Ela acelerou o carro, um Corsa Sedan Classic, mas foi obrigada a reduzir a velocidade ao chegar à lombada da Rua Desembargador Lauro Sodré Lopes, já no Portão, onde mora. Neste momento, o motociclista parou ao seu lado e atirou quatro vezes. Quando percebeu que um carro vinha na mão contrária, ele virou à esquerda e fugiu.

Dos quatro disparos, um passou perto da condutora: a bala atravessou o vidro lateral do veículo, do lado do motorista, e atingiu a porta do lado passageiro. Os outros tiros atingiram a coluna do carro, a porta do lado do motorista e o vidro lateral, perto da lataria.

Desconhecido

A delegada titular do 8.º DP, Maritza Maira Haisi, poderá encaminhar o caso para a Delegacia de Homicídios de Curitiba, já que o autor dos disparos é desconhecido e será necessária investigação. “Ela relatou alguns problemas relativos à gestão escolar, mas não sabe quem é o autor dos disparos”, disse a delegada, que deve definir hoje quem investigará o caso.

Em março, as ameaças não ficaram limitadas à vice-diretora. O marido conta ter recebido quatro ligações no telefone celular, duas de telefones públicos (de São José dos Pinhais, na região metropolitana de Curitiba, e da Avenida Affonso Camargo) e dois de um telefone com número bloqueado. A última ligação, diz ele, foi gravada. “Essa gravação e a foto de um motociclista suspeito que andava na região foram encaminhadas para a polícia”, disse.

Por meio de sua assessoria de imprensa, a Secretaria Municipal da Educação informou que reforçou o efetivo da Guarda Municipal na escola desde que as ameaças começaram. Segundo o marido da professora, uma reunião foi feita ontem à tarde com a presença dela e de representantes da Secretaria da Educação. A informação não foi confirmada pela assessoria.

Notícia 3

Professora que dava aulas em Curitiba está entre as vítimas do acidente da TAM

Valdemarina Bidone de Azevedo e Souza era gaúcha, mas dava aulas na Escola Superior de Polícia Civil do Paraná

Adriano Kotsan - Gazeta do Povo Online [19/07/2007] [09h00]

Outra vítima do acidente com o Airbus 320 da TAM, que aconteceu no início da noite de terça-feira (17) em Congonhas, São Paulo, tem fortes ligações com o Paraná. Valdemarina Bidone de Azevedo e Souza, de 62 anos, estava no vôo JJ 3054 que sofreu o grave acidente. Valdemarina nasceu no Rio Grande do Sul, mas dava aulas na Escola Superior de Polícia Civil do Paraná, que fica em Curitiba.

A professora Valdemarina também dava aulas na PUC do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Segundo o site da PUCRS, ela era formada em Bioquímica pela UFRGS e Pedagogia pela PUCRS. A professora era Mestre e Doutora em Educação pela PUCRS e exercia a coordenação do Programa de Pós-Graduação em Gerontologia Biomédica do Instituto de Geriatria e Gerontologia da instituição.

Na Escola Superior de Polícia Civil (ESPC), Valdemarina era professora de Metodologia de Pesquisa e desde 2005 viajava com frequência para Curitiba para ministrar aulas para os professores na ESPC. "Era uma professora bastante querida aqui na escola. É uma perda para o estudo da segurança pública no Brasil", afirmou o diretor da ESPC, delegado Cláudio Fernando da Cunha Telles.

Segundo o diretor da escola, na segunda-feira (16) a professora fez o último contato por telefone. "Todos ficamos muito chocados e chateados com esse fato. No começo do ano ela esteve aqui na escola para um curso", explicou Telles. "Na última semana ela enviou notas de monografias por e-mail. Ela era voltada para a formação de formadores", definiu o diretor.

De acordo com Telles, a professora estava viajando para Brasília, onde teria uma reunião com a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp).

Além da professora, o vôo levava outros três paranaenses: os curitibanos Roberto Wilson Weiss Júnior, de 38 anos, e Soraya Charara, 42, e o empresário e engenheiro de Maringá, Heurico Tomita, de 51 anos. O auditor contábil José Antonio da Lima da Luz, 59, era gaúcho, mas há oito anos morava em Londrina.

Um rapaz de Carambeí, cidade dos Campos Gerais, também está desaparecido e pode estar entre as vítimas da tragédia. Gustavo Pereira, de 23 anos, teria uma reunião no prédio da TAM Express na noite de terça-feira. Desde o dia do acidente, Pereira não entrou mais em contato com a família e está com o celular desligado.

Se for confirmada a morte do rapaz de Carambeí, o número de vítimas nascidas no Paraná, ou com forte ligação com o estado, sobe para seis, no maior acidente da aviação brasileira.

Notícia 4

Professora é assassinada dentro de escola em Almirante Tamandaré

Célio Yano e Leonardo Bonassoli, com informações de Anna Simas e João Varella
[11/12/2008] [10h28]

Sílvia Regin da Silva, 42 anos, professora de ensino fundamental, foi morta a tiros no pátio da Escola Municipal Antonio Prado, localizada na Colônia Antônio Prado, em Almirante Tamandaré, região metropolitana de Curitiba. O crime ocorreu por volta das 11 horas desta quinta-feira (11).

De acordo com testemunhas, dois homens chegaram numa moto. Um deles desceu do veículo e entrou na escola tranquilamente. O laudo da criminalística apontou que o corpo da professora teve nove perfurações de bala e nenhuma cápsula foi encontrada no local, o que indica que mais de uma pessoa atirou na vítima e que os tiros teriam saído de revólveres. As testemunhas apontam que os tiros foram dados na frente das crianças de quarta série da turma que Sílvia dava aula, todas entre nove e dez anos de idade.

Após o crime, a diretora da escola e os vizinhos avisaram os pais dos alunos, que retiraram as crianças do local. As aulas foram suspensas.

Sílvia trabalhava na escola desde o início do ano. Inicialmente dava aulas de artes e educação física. Durante o ano, assumiu uma turma de quarta série. Segundo a filha mais velha da professora, Deânice Regin da Silva, ela havia se separado do marido há três anos, mas há apenas um mês teria saído da casa dele após comprar um imóvel, onde morava com as três filhas.

De acordo com o superintendente Marcos Furtado, da Delegacia de Polícia Civil do município, ainda é cedo para falar sobre suspeitos.

Notícia 5

Ex-marido é suspeito de matar professora em escola de Almirante Tamandaré

Principal suspeito do assassinato é flagrado entrando e saindo do local do crime pela reportagem do Paraná TV

Gazeta do Povo com informações de Anna Simas [11/12/2008] [17h17]

A polícia procura Daniel Ângelo da Silva, ex-marido de Sílvia Regin da Silva, apontado como principal suspeito de tê-la assassinado no pátio da Escola Municipal Antônio Prado, em Almirante Tamandaré, região metropolitana de Curitiba, na manhã desta quinta-feira (11). Segundo o delegado Carlos Mastronardi, da delegacia da cidade, Daniel Ângelo não aceitava separação de Sílvia, o que motivaria o crime.

"Algumas informações colhidas apontam que o casal teve uma separação bastante conturbada", afirmou Mastronardi à Agência Estadual de Notícias. Daniel Ângelo esteve no local do crime após o acontecido e saiu rapidamente, sendo flagrado pela reportagem da RPC-TV. Chamado para depoimento à tarde, não compareceu.

A professora Sílvia Regin da Silva foi assassinada por volta das 11h30 desta quinta-feira (11) no pátio da escola. Informações de testemunhas afirmam que duas pessoas numa moto azul chegaram ao local e uma delas, usando um capacete amarelo, atirou em Sílvia, na presença das crianças da turma de quarta série para que ela dava aula.

A perícia encontrou nove perfurações de bala no corpo da professora, que deixou três filhas, a mais nova com quatro anos de idade.

Escola tranqüila

De acordo com a coordenadora estadual operacional da Patrulha Escolar, Margareth Maria Lemes, a escola fica em uma região afastada e tranqüila, onde a comunidade não espera por esse tipo de coisa. "Provavelmente é por isso que a servente abriu o portão para o motoqueiro entrar. Talvez se isso ocorresse em uma região considerada mais perigosa, os funcionários teriam mais medo e a história seria outra", diz.

A patrulha escolar não mantém um programa permanente de segurança na Antônio Prado porque ela oferece ensino até a quarta série e ele é destinado às escolas que atendam a partir da quinta série. "Isso não significa que o local não receba a patrulha quando necessário – inclusive acabou em novembro o programa de palestras de segurança e prevenção a drogas na escola", explica o major Antônio Carlos de Camargo. Segundo ele, a escola nunca registrou nenhuma ocorrência.

Notícia 6

Professora morta em pátio de escola é enterrada

Leonardo Bonassoli, com informações de Anna Simas, Antonio Costa e João Varella [12/12/2008] [17h29]

Foi enterrada em Bocaiúva do Sul, região metropolitana de Curitiba, por volta das 17h15 desta sexta-feira (12), a professora Sílvia Regin da Silva, assassinada na manhã de quinta-feira (11) no pátio da Escola Municipal Antônio Prado, em Almirante Tamandaré.

Para o enterro, a Prefeitura de Almirante Tamandaré cedeu um ônibus, que levou parte das pessoas presentes ao Cemitério Municipal de Bocaiúva do Sul, distante cerca de 30 km do local do velório. O velório comoveu Almirante Tamandaré, com mais de 300 pessoas passando pelo local, uma igreja evangélica que Sílvia freqüentava e até tocava música nos cultos. O grande movimento de pessoas acabou por atrasar em cerca de duas horas a programação do enterro, a princípio marcado para as 15 h.

Apontado por Carlos Mastronardi, delegado de Almirante Tamandaré, como o principal suspeito, Daniel Ângelo da Silva, ex-marido da professora, apareceu brevemente no velório, segundo parentes dele, entrando pelo porão da igreja e saindo rapidamente. Não há nenhum mandado de prisão contra Daniel, que não era visto desde quando foi flagrado pelas câmeras da RPC-TV entrando e saindo do local de crime sem falar com ninguém. Ele não compareceu no depoimento que havia sido marcado na tarde de quinta-feira (11).

Crime comove Almirante Tamandaré

Por volta das 11h30 de quinta-feira (11), uma moto com dois homens parou na frente da Escola Municipal Antônio Prado, em Almirante Tamandaré. Segundo testemunhas, um deles, de capacete amarelo, entrou na escola e chegou a beber água no bebedouro. No pátio, ele atirou na professora Sílvia Regin da Silva sob os olhares dos alunos, todos entre nove e dez anos de idade. Ela morreu no local. O laudo preliminar da criminalística apontou que o corpo da professora teve nove perfurações de bala.

O principal suspeito do crime, Daniel Ângelo da Silva, não tem mandado de prisão emitido pela polícia. Mesmo depois do delegado Carlos Mastronardi, da delegacia da cidade, ter afirmado que Daniel Ângelo não aceitava separação de Sílvia, o que motivaria o crime. "Algumas informações colhidas apontam que o casal teve uma separação bastante conturbada", afirmou Mastronardi à Agência Estadual de Notícias. O ex-marido esteve na escola após o assassinato, e chegou a ser flagrado pela reportagem da RPC TV, mas saiu rapidamente sem falar com ninguém. Chamado para depoimento na tarde de quinta-feira (11), não compareceu.

Segundo o superintendente da Polícia Civil Marco Aurélio Furtado, o suspeito teria dito que se apresentaria nesta tarde. No entanto, outra vez, não compareceu. O policial diz aguardar o comparecimento do ex-marido na delegacia na segunda-feira (15).

Notícia 7

Corpo de professora de psicologia é encontrado enterrado no balneário de Shangri-lá

Vítima apresentava sinais de estrangulamento. Mulher, de 53 anos, desapareceu depois de sair para uma caminhada na tarde de domingo

Adriano Ribeiro [12/07/2010] [17h17]

Professora que estava desaparecida foi encontrada morta na tarde desta segunda-feira no litoral do Paraná

RPC TV

A professora de psicologia Telma Fontoura, de 53 anos, foi encontrada morta na tarde desta segunda-feira (12) no balneário de Shangri-lá, em Pontal do Paraná, no Litoral do estado. O corpo da vítima estava enterrado na areia e apresentava sinais de estrangulamento, de acordo com a polícia.

Segundo o delegado de Pontal do Paraná, José Antônio Zuba, a mulher estava desaparecida desde o último domingo (11). Familiares da professora relataram às autoridades que, neste dia, Telma estava na casa de veraneio do pai dela em Shangri-lá. No fim da tarde, ela deixou o celular na residência e saiu para uma caminhada, como fazia diariamente, mas não voltou.

Por volta das 22h, foi registrado um boletim de ocorrência na delegacia, registrando o desaparecimento da professora. Policiais civis e o Corpo de Bombeiros realizaram busca na região até as 2h desta segunda-feira. Os trabalhos foram retomados às 7h e o corpo de Telma acabou encontrado por volta do meio-dia desta segunda. "Ela estava enterrada na orla marítima entre os balneários de Shangri-lá e Barrancos. Havia uma camada de cerca de 10 centímetros de areia sobre ela", conta o delegado.

O corpo apresentava sinais de estrangulamento e foi encaminhado para o Instituto Médico Legal (IML) de Paranaguá. "Aguardamos o laudo para saber o que aconteceu com ela. Vamos verificar se a vítima sofreu violência sexual ou não", diz Zuba. O laudo fica pronto em até 30 dias.

O delegado acredita que o crime foi cometido por alguém que visitava o balneário. "Apesar de estarmos no inverno, ainda temos um número de visitantes que excede bastante o número de moradores. É muito provável que o responsável pelo crime seja uma pessoa que não mora na região", afirma. "É um crime que foge àquilo que estamos acostumados. Nunca atendemos um homicídio com essas características", completa o delegado.

Telma Fontoura era professora do curso de psicologia da Pontifícia Universidade Católica (PUC) em Curitiba. Ela tinha uma residência no balneário de Shangri-lá e estava no local passando férias.

De acordo com o delegado, o corpo da professora já foi liberado e segue para Curitiba, onde deverá ser cremado.

Outra psicóloga desaparecida

Um crime misterioso também foi registrado contra uma psicóloga em Curitiba. Rejane Neppel Godoy, de 44 anos saiu para almoçar no dia 5 de abril e não voltou. As câmeras do Edifício Delta, onde ela trabalhava, flagraram o momento em que ela saiu do prédio, seguindo pela Avenida João Gualberto no sentido do Colégio Estadual. A mulher foi a pé, levando a bolsa e o celular.

Duas semanas depois, no dia 19, um corpo foi encontrado no Viaduto dos Padres, no km 42 da BR-277. Um laudo do IML confirmou que o corpo era da psicóloga. A causa da morte dela foi traumatismo craniano. A polícia ainda procura o responsável pela morte da mulher.

Notícia 8

Em anúncio, aluno pede desculpas para professora

Após ofender a docente pela internet, jovem de Londrina se retrata com nota publicada em jornal. Pai exigiu retratação do filho

Da Redação, com Folhapress [28/03/2012] [21h09]

Segundo a nota, ofensa ocorreu em um "momento impensado"

O pai de um aluno de uma escola de Londrina, no Norte do Paraná, publicou um anúncio de jornal com um pedido de desculpas do filho para uma professora. O jovem, que tem 16 anos e está no 3.º ano do ensino médio de um colégio estadual, havia ofendido sua professora de artes e dito que pretendia "atear fogo" nela em um texto publicado no Facebook, em meio a reclamações sobre um pedido de lição de casa.

A mensagem foi publicada na semana passada e lida por vários alunos e pela professora. O pai e o aluno foram chamados pela direção da escola para comentar o conteúdo. "Os dois pediram desculpas e nós aceitamos, mas o pai, achando que isso não era suficiente, resolveu publicar o anúncio", disse a diretora da escola, Jéssica Pieri, 42 anos. A mensagem no Facebook foi excluída logo depois da reunião.

O anúncio foi publicado por três dias consecutivos, entre domingo e terça-feira, no caderno de classificados do Jornal de Londrina.

Nele, o aluno diz que quer se retratar com a professora de artes Rosana Marques Franco, do Colégio Estadual Barão do Rio Branco. "Foi um momento impensado. Gostaria que a professora me perdoasse e que meu ato não seja repetido por outros alunos", diz um trecho do anúncio.

Segundo a diretora, o aluno não foi suspenso e não foram tomadas outras medidas disciplinares contra ele. "Não achamos que ele fosse cometer alguma violência. É um aluno dedicado e tem um perfil calmo. Ele entendeu que a palavra dita é uma coisa, e a escrita, para quem não o conhece, pode parecer mais grave. E nós reconhecemos que ele usou uma expressão infeliz", disse Jéssica.

A diretora afirma que o aluno ainda não compareceu às aulas nesta semana. Segundo ela, os pais querem esperar "a poeira baixar" e foram com o filho para um sítio próximo a Londrina.

Em entrevista à RPC TV, o pai, que pediu para não ser identificado, disse que queria que todos na escola e na comunidade soubessem que seu filho estava arrependido. "A gente fica surpreso, né? É lógico que uma frase dessas na internet pode vir a intimidar. Uma palavra escrita ou dita é lançada e aí não tem retorno. Pode machucar às vezes mais que do que alguma agressão física", disse o pai do aluno, que afirmou ainda que obrigou o filho a excluir a conta na rede social.

Notícia 9

Acidente grave mata professora na BR-376, próximo à região de Ponta Grossa

Leliane Maria Christo, de 42 anos, seguia pela pista sentido Ponta Grossa - Imbaú quando perdeu o controle do carro, invadiu a pista contrária e acabou colidindo com um caminhão

Derek Kubaski, especial para a Gazeta do Povo [02/05/2012] [14h32]

O carro da professora ficou completamente destruído com a batida. Ela morreu na hora

Um acidente grave - envolvendo um carro de passeio, uma van e um caminhão - matou uma pessoa na BR-376 (km 453) a dois quilômetros do pedágio no sentido Ponta Grossa a Imbaú (Campos Gerais) por volta das 13h30 desta quarta-feira (02). A professora Leliane Maria Christo, de 42 anos, seguia pela pista sentido Imbaú quando perdeu o controle do carro, invadiu a pista contrária e acabou colidindo com o caminhão. Ela era professora de Arte das turmas do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental no Colégio Estadual Senador Correia, em Ponta Grossa.

O Fiat Uno conduzido por Leliane foi arremessado para a lateral da pista e o caminhão ainda atingiu uma van que vinha atrás do carro. Os dois veículos também foram parar na lateral da pista, a uma distância de aproximadamente 50 metros da primeira colisão. O carro ficou retorcido e a professora morreu na hora. O corpo ficou preso às ferragens. Dos cinco ocupantes da van, três tiveram ferimentos leves e foram levados para hospitais de Ponta Grossa. O condutor da van, um outro passageiro e o motorista do caminhão não se feriram.

O único passageiro da van que não precisou de atendimento, Hugo Signoretti Netto, conta que todos os ocupantes eram funcionários do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) em Curitiba e estavam indo para a inauguração do Fórum do Trabalho de Londrina (Norte). O condutor do caminhão, Sebastião Melo da Silva, conta que tentou evitar o acidente. “Quando eu vi que o Uno entrou na minha pista, eu tentei tirar o caminhão para o lado, mas não deu tempo. Também não deu para evitar a batida na van, que vinha logo atrás”, conta. O caminhão, carregado de papel, vinha de Telêmaco Borba e seguiria para São Leopoldo (RS). Sebastião estava sozinho no veículo.

O motorista da van, Luiz Gregório Martins, conta que participou, no ano passado, de um treinamento de direção defensiva promovido pelo TRT. “Apesar de não poder evitar o acidente, eu consegui impedir que van colidisse de frente com o caminhão. Caso contrário, o acidente poderia ter sido ainda pior”, avalia.

Notícia 10

Alunas de Pedagogia da UFPR denunciam professora por racismo

Ofensa teria ocorrido durante intervalo da aula no dia 11 de abril. Boletim de Ocorrência foi registrado nesta quinta-feira

Felippe Aníbal e Heliberton Cesca [03/05/2012] [16h27]

Duas alunas do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Paraná (UFPR) denunciaram nesta quinta-feira (3) uma das professoras do curso por racismo. Um Boletim de Ocorrência (BO) por injúria foi registrado nesta tarde no 1º Distrito Policial (DP), no centro de Curitiba. A ofensa teria acontecido no dia 11 de abril no intervalo de uma aula. A professora teria dito “duas macaquinhas comendo banana” enquanto as alunas lanchavam. Uma sindicância foi aberta no Setor de Educação da universidade e a professora teria pedido desculpas.

O nome da professora não foi divulgado e a identidade das alunas foi preservada. Uma delas contou que ambas estavam dentro da sala de aula, no 7º andar do prédio Dom Pedro I, na área da Reitoria da UFPR, quando a ofensa aconteceu. No dia 20 do mês passado, aconteceu uma reunião entre as alunas, a professora e representantes do Setor de Educação e do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (Neab) da universidade. Na oportunidade, a professora teria pedido desculpas e explicado que a frase não foi dita por maldade. As alunas teriam aceitado a retratação, segundo informações da assessoria de imprensa da UFPR, confirmadas por uma das alunas ouvida pela reportagem da Gazeta do Povo.

Porém, uma das alunas disse nesta quinta que “outros fatos” aconteceram e elas decidiram registrar o BO. As estudantes e o advogado delas, André Nunes disseram que devem dar mais esclarecimentos nesta sexta-feira (4). O advogado não quis comentar o caso nesta quinta.

A assessoria de imprensa da UFPR informou que a sindicância aberta pelo Setor de Educação pretendia investigar cartazes apócrifos distribuídos após o episódio no curso de Pedagogia contra a professora que teria ofendido as alunas. Segundo a informação da assessoria, o caso da ofensa racial estaria encerrado com o pedido de desculpas aceito pelas estudantes. Ninguém da universidade pôde comentar o caso na noite desta quinta-feira.

O delegado-adjunto do 1º DP, Vinicius Borges Martins, foi procurado, mas também não quis se manifestar sobre a denúncia de racismo por enquanto. No entanto, ele confirmou o registro do boletim de ocorrência.

Notícia 11

Justiça recebe denúncia contra professora por injúria racial

“O que eu disse foi retirado do contexto, não tive má intenção”, diz docente

Da Redação [09/08/2012] [21h06]

Em seu depoimento à polícia, a professora Lígia Regina Klein disse que suas declarações foram motivadas por uma “lembrança afetiva da infância”, quando ela era chamada de “macaquinha” por seu irmão, pelo fato de gostar de comer bananas. Procurada pela Agência Brasil, Lígia disse que ainda não foi citada a respeito da decisão do juiz e que ainda não leu a denúncia do MP. “A delegada da Polícia Civil havia dado um parecer pelo arquivamento do caso por falta de indícios [de crime]. Então houve uma posição diferente [do MP]”, disse a professora. “A minha afirmação foi retirada do contexto, não tive intenção [de ofender], foi uma manifestação carinhosa.”

Lígia também argumenta que sempre atuou em defesa dos direitos das minorias, é favorável às cotas raciais e respeita o movimento negro. “Racismo é uma coisa abominável. Agora, há racismo e há interpretações muito rigorosas de palavras retiradas do contexto.”

20 dias foi o intervalo entre a suposta injúria racial e o boletim de ocorrência. Segundo advogado das vítimas, houve pressões corporativas dentro da UFPR para que as alunas não registrassem o caso na delegacia de polícia.

O juiz Mauro Bley Pereira Júnior, da 3.^a Vara Criminal de Curitiba, recebeu denúncia formulada pelo Ministério Público (MP) do Paraná contra uma professora da Universidade Federal do Paraná (UFPR) acusada de racismo. As informações são da Agência Brasil.

Conforme a denúncia do MP, a professora Ligia Regina Klein, do Setor de Educação da UFPR, teria feito o seguinte comentário dentro de uma sala de aula, dirigindo-se a duas estudantes negras: “Vocês, só fazendo lanchinho. Duas macaquinhas comendo banana. Eu também gosto de banana. Em doces e bolos.”

O fato, ocorrido na noite do último dia 11 de abril, envolveu as alunas “cotistas” Eliane Regina Graciano e Kely Cristina Cunha, ambas do 2.^o ano do curso de Pedagogia. Logo em seguida, ainda de acordo com a denúncia, a professora teria se aproximado novamente das alunas, que haviam esquecido de levar um texto que seria analisado em sala, e dito a uma delas: “Esqueceu de trazer o texto, mas a bananinha não esqueceu, né.”

“Analisando a denúncia e os documentos juntados, observam-se indícios da alegada injúria na utilização de elementos referentes à raça e cor”, diz trecho de despacho assinado no último dia 30 de julho por Pereira Júnior. O magistrado determinou a citação da professora para que, em prazo de dez dias, ofereça uma resposta à acusação por meio de um advogado.

Baseada em inquérito policial, a denúncia do MP havia sido protocolada no dia 17 de julho. A promotora Marilú Shnaider Paraná de Sousa aponta no documento que, “em tese”, a professora cometeu crime previsto no Artigo 140 do Código Penal, cujo parágrafo terceiro trata de injúria racial. A pena prevista é reclusão de um a três anos, além de multa. Essa sanção pode ser aumentada em um terço no caso de crime cometido na presença de várias pessoas. A promotora sugere que, além das duas vítimas, seis testemunhas sejam ouvidas no processo.

"Houve pressões corporativas dentro da universidade para que as alunas não registrassem o caso na delegacia de polícia. Não é por acaso que o intervalo entre o fato e o boletim de ocorrência é de 20 dias", disse o advogado André Nunes da Silva, que defende as duas estudantes. "Em um segundo momento, iremos ingressar com uma outra ação contra a UFPR por causa desse constrangimento."

Notícia 12

Polícia investiga morte de professora por queimadura em Curitiba

Vítima foi levada ao hospital no último dia 13 pela companheira dela, que causou confusão no trânsito no bairro Capão Raso

Fernanda Fraga, especial para a Gazeta do Povo [20/08/2012] [14h18]

A professora Ana Cristina Straub Leite, de 35 anos, que estava internada desde o último dia 13 de agosto com queimaduras graves no tronco, morreu no último sábado (18). Ana foi levada ao hospital no dia 13 deste mês pela companheira, que causou confusão no trânsito no bairro Capão Raso, em Curitiba.

Ana foi encaminhada para o Hospital Evangélico, onde ficou em coma. A Delegacia de Homicídios de Curitiba investiga as causas da morte. “Ela [a vítima] estava com muita dor, vestia uma camisa com apenas alguns botões fechados. A pele estava toda queimada. Mas a roupa, não. Logo, pode ser que ela estivesse com outra roupa quando se queimou, ou nua”, diz o delegado Rubens Recalcatti.

Notícia 13

Professora baleada em sala de aula passa bem após cirurgia

Vítima passou por uma cirurgia para reconstituir a arcada dentária após ser alvejada por três tiros disparados por ex-namorado, em Dois Vizinhos, no Sudoeste

Luiz Carlos da Cruz, correspondente em Cascavel [12/09/2012] [13h57]

A professora Edivânia Capellet, de 31 anos, baleada na manhã de terça-feira (11) enquanto dava aula para 16 alunos em um colégio particular de Dois Vizinhos, no Sudoeste do Paraná, passou por uma cirurgia e se recupera bem. A informação é da coordenadora da instituição de ensino, Jaqueline Fieira.

A professora está em um hospital de Francisco Beltrão. A intervenção cirúrgica foi para reconstituir parte da arcada dentária. Principal suspeito de ter atirado, um ex-namorado da professora continua foragido.

O crime

Por volta das 10h30 de terça-feira, o rapaz entrou no Colégio Unisep (União de Ensino do Sudoeste do Paraná) disfarçado de enfermeiro, foi até a sala de aula onde Edivânia estava e atirou três vezes contra educadora na frente dos alunos.

Um estudante chegou a ser atingido de raspão. As aulas do 9º ano foram suspensas até sexta-feira.

Notícia 14

Professora é indiciada como mandante do assassinato de Amanda Rossi

Denise Madureira é acusada de homicídio qualificado. Delegado diz que só vai falar sobre a motivação do crime depois de interrogá-la

Amanda de Santa [01/11/2012] [09h57]

Amanda Rossi desapareceu em 27 de outubro de 2007, depois de uma apresentação de dança na Unopar. O corpo foi encontrado dois dias depois, dentro da casa de máquinas da piscina.

Em dezembro de 2007, a Polícia Civil prendeu Luan Silva Freitas, 20 anos, que se declarou culpado. Foi solto dois meses depois, após ser comprovado que o jovem forjou provas para se incriminar.

Em 22 de dezembro de 2008, Dayane de Azevedo, Luiz da Rocha e Alan Henrique foram presos depois que uma testemunha contou à polícia que a jovem teria confessado ter matado a estudante.

No primeiro depoimento, Dayane confessou o crime e apontou Rocha e Henrique como executores. Em juízo, ela mudou o depoimento e disse que apenas presenciou o homicídio. Em dia 14 de julho de 2010, a juíza Elizabeth Kather, da 1ª Vara Criminal, determinou que os três suspeitos fossem a júri popular pelo crime de homicídio triplamente qualificado.

Em setembro de 2011, por quatro votos a três, Dayane de Azevedo foi condenada a 23 anos e Alan Aparecido Henrique, a 21 anos de prisão, numa sessão de julgamento que durou 22 horas.

Luiz Vieira Rocha conseguiu o direito de ser julgado separadamente. Na madrugada desta quinta-feira (1º), ele foi condenado a 19 anos de prisão por ser o mandante intermediário do crime.

A professora do curso de Educação Física da Universidade Norte do Paraná (Unopar) Denise Madureira foi indiciada por homicídio qualificado sob suspeita de ter mandado matar a estudante Amanda Rossi em outubro de 2007. Segundo o delegado de Homicídios de Londrina, Paulo Henrique Costa, o inquérito foi concluído dias antes do julgamento do último acusado do crime, Luiz Vieira Rocha, condenado a 19 anos de prisão na madrugada desta quinta-feira (1º). No entanto, a polícia decidiu esperar pela decisão do júri para se manifestar.

As investigações concluíram que a professora de Amanda, que era estudante do curso de Educação Física na Unopar, teria prometido pagar R\$ 3 mil para que Alan Henrique, Dayane de Azevedo e Luiz Vieira Rochacometessem o crime. Os três foram condenados por homicídio triplamente qualificado - meio cruel, sem chances de defesa da vítima e por promessa de recompensa - pelo Tribunal do Júri. A polícia não conseguiu confirmar, no entanto, se os três chegaram a receber o dinheiro.

Segundo Costa, a professora deve ser interrogada nos próximos dias. O inquérito chegou à conclusão de que Denise Madureira seria a única mandante do crime. Entre as evidências da participação da professora estão a própria confissão de Dayane e o fato de que o nome dela foi usado para atrair a estudante até a casa de máquinas, onde aconteceu o assassinato.

Já sobre a motivação do crime, o delegado informou que a polícia trabalha com uma suspeita, mas que não a revelará até que a acusada seja interrogada. Ele não descartou a possibilidade de ouvir outras pessoas após o depoimento de Denise.

Questionado sobre por que a polícia demorou tanto tempo para concluir o inquérito, o delegado lembrou que a suspeita sobre a professora surgiu desde o início das investigações. "Achamos interessante aguardar o júri, porque poderiam aparecer fatos novos. O fato de Dayane e Alan terem sido condenados foi de extrema importância [para o indiciamento da professora]. Se fossem absolvidos, quebraria a tese", explicou.

Segundo a assessoria de imprensa da Unopar, a professora está afastada das aulas desde a morte de Amanda Rossi por motivos de saúde. O advogado Luciano Nieri, defensor de Denise, informou não estar autorizado a comentar sobre o inquérito policial. "As informações divulgadas pela imprensa são novidades para mim, pois o inquérito corria sobre segredo de Justiça. Antes de tecer qualquer comentário preciso conhecer o conteúdo do indiciamento", disse.

Família desconfiava

O pai da estudante, Luiz Carlos Rossi, revelou que já havia tomado conhecimento do resultado do inquérito policial e disse que a família sempre desconfiou da participação da professora no crime. "No entanto, não tenho nem ideia do que pode ter motivado ela mandar matar a minha filha", disse.

Com a revelação, Rossi espera que o possível julgamento da professora seja rápido. "Os três executores foram condenados. Agora tem de ser a mandante."

Em depoimento durante o julgamento do último acusado de participação no crime, Luiz Vieira Rocha, a irmã da estudante, Isadora Rossi, contou que, um dia depois do crime, em um domingo, a família, uma amiga chamada Juliana e a professora Denise Madureira estiveram na Unopar procurando por Amanda.

Quando chegaram perto da casa de máquinas, a professora e a amiga teriam dito que não havia mais nada para ser visto ali e foram embora. Para Isadora, as duas pareciam querer despistar a busca. A irmã diz que Amanda contava que Juliana não gostava muito dela.

O relacionamento entre a professora e Amanda foi descrito em vários depoimentos como bom. Denise foi apontada por familiares da estudante como uma "pessoa em quem Amanda confiava". No dia da morte, a universitária passaria à noite na casa de uma amiga para comemorar o aniversário da professora. Depois de ordenar a execução, segundo a polícia, Denise teria "ajudado" a família nas buscas por Amanda.

Professora nega participação

Durante a instrução do processo sobre a morte da estudante Amanda Rossi, Denise Madureira, em depoimento como testemunha no ano de 2009 à juíza Elizabeth Kather, disse que teve o nome usado para atrair a vítima ao local do crime e aparentava estar abalada pelas suspeitas de que seria a mandante.

Em quase uma hora de depoimento, Denise declarou que não tinha amizade com Dayane e se indignou diante das suspeitas – levantadas por Dayane, que disse nunca ter conhecido – de que o assassinato seria a reação ao fim de um caso homossexual com a universitária. Em sua fala, a professora descreveu Amanda como sendo um "doce de garota".

Notícia 15

Presos suspeitos de matar professora no Boa Vista

Quatro homens foram detidos por participação no crime que tirou a vida de Renata Melo do Amaral. Ela foi morta por não querer entregar a chave do carro aos suspeitos

Patricia Pereira [08/11/2012] [17h44]

Quatro homens foram presos por suspeita de envolvimento no crime que tirou a vida da professora Renata Melo do Amaral, 36 anos, que foi baleada com o filho no colo, no Boa Vista, em Curitiba. Segundo a polícia, eles fazem parte de uma quadrilha especializada em roubo de carros, que são levados para o Paraguai. Dois deles foram detidos nesta quinta-feira (8), em Umuarama.

O primeiro suspeito preso foi Luiz Fernando Arcílio, 18 anos, no último sábado (3). O carro de Renata, um Astra, tinha sido roubado 12 dias antes do latrocínio e foi abandonado por problemas mecânicos, segundo a Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos (DFRV). Dentro do automóvel, foram deixados comprovantes de compras em mercado, que levaram a polícia a localizar Arcílio, que foi reconhecido pelo marido da vítima como autor do primeiro roubo. “Nós verificamos o horário e o local das compras nas notas e analisamos as imagens das câmeras do mercado para identificar o suspeito”, disse o delegado Renato Figueiroa.

Com a prisão de Arcílio, os investigadores descobriram que ele fazia parte de uma quadrilha especializada em roubo de carros, que recebia encomendas de uma pessoa de Umuarama e que os veículos roubados eram vendidos no Paraguai. “Semanalmente eles roubavam de três a cinco carros na capital”. No início, existiu a suspeita de que os assaltantes teriam voltado para buscar objetos deixados no veículo da vítima, mas a hipótese foi descartada pela polícia. “Eles não tinham motivos para voltar. Além dos comprovantes, só foi deixado um equalizador de som. Foi uma infeliz coincidência eles terem tentado roubar o mesmo carro”, disse Figueiroa. Segundo o delegado, os assaltantes tinham sido incumbidos de roubar um Astra, uma Zafira e um Honda Civic.

A polícia também recebeu uma denúncia anônima, que dizia que a arma usada no crime estava enterrada próxima a um pé de limão, em um posto de combustíveis na BR-277, e que um dos criminosos iria buscá-la. Os policiais foram até o local e prenderam Marcelo Dubay, 25 anos, conhecido como “Polenta”, na segunda-feira (5). O revólver de calibre 38 foi encaminhado para a perícia, que confirmou ser a arma que matou Renata.

As investigações seguiram e a polícia identificou outros dois homens que fariam parte do grupo: Alan Cristian Horst Beck, 23 anos, conhecido como “Sassa”, e Alex Martins, 27 anos. Os dois foram detidos por volta das 6 horas desta quinta-feira (8), com o apoio da 7ª Subdivisão Policial. Martins é o líder do bando, segundo Figueiroa, e é o responsável por fazer as encomendas. “Ele encomendou os três carros ao Arcílio, que decidiu terceirizar o trabalho e contratou o ‘Sassa’ e o adolescente para fazerem os roubos”. Eles receberiam R\$ 2,5 por cada veículo, informou a polícia.

Martins também teria fornecido um Fiat Uno vermelho para ser usado nos crimes. O carro, que ainda não foi localizado, aparece nas imagens das câmeras de segurança de uma residência próxima ao local do latrocínio. Dois homens também aparecem correndo no vídeo. Eles são Beck e o adolescente, segundo o delegado. Dubay era o motorista do Uno, conforme a polícia.

O menor é conhecido como “Cabeça” e tem 16 anos. Ele ainda não foi localizado. Os homens presos afirmam que o adolescente foi o autor do disparo que matou Renata, mas a polícia ainda vai investigar essa informação. “Nenhum deles quer assumir a autoria de um latrocínio, que tem pena de no mínimo 20 anos. Querem colocar a culpa no menor”, disse o delegado.

Beck, Dubay e Arcílio foram levados para a carceragem da DFRV. Martins ficou preso em Umuarama, porque havia um mandado de prisão contra ele no município.

O crime

Renata Melo do Amaral não quis entregar a chave do carro e foi baleada na cabeça, no estacionamento de um brechó infantil, por volta das 9 horas, no bairro Boa Vista. No momento do crime, ela estava com o filho no colo. A criança não ficou ferida.

O crime ocorreu na Rua Fernando de Noronha. Testemunhas disseram à polícia que a mulher mordeu a mão de um dos assaltantes e isso pode ter motivado o homem a atirar na vítima. A vítima foi enterrada na sexta-feira (2).

Notícia 16

Carro usado na fuga de suspeitos de matar professora no Boa Vista é apreendido

No crime, cometido em Curitiba, uma mulher morreu ao se recusar a entregar o carro dela aos bandidos. Quatro suspeitos foram presos e um menor continua foragido

Katna Baran, especial para a Gazeta do Povo, e Patrícia Pereira [09/11/2012]
[15h16]

Uma mulher de 36 anos morreu com o filho no colo ao reagir ao assalto no Boa Vista. Foi apreendido na manhã desta sexta-feira (9) o veículo usado na fuga dos acusados de participação no assassinato de Renata Melo do Amaral. O Fiat Uno vermelho, que aparece nas imagens das câmeras de segurança próximas ao local do latrocínio, foi encontrado em uma residência no bairro Jardim Porto Belo, em Umuarama, região norte do Paraná. Renata, 36 anos, foi baleada com o filho no colo, no bairro Boa Vista, em Curitiba. Segundo as investigações, ela foi morta por não querer entregar a chave do carro aos suspeitos.

Segundo o chefe da divisão de Furtos e Roubos da Delegacia de Umuarama, Milton Cinque, o carro foi localizado depois que investigações apontaram que parentes de um dos suspeitos teriam deixado o veículo na residência. “Comprovadamente foi esse o carro usado e parentes deixaram o veículo na residência. O carro apresenta avarias [estragos] na parte traseira e no capô”, afirma. Cinque não informou se havia pessoas na residência nem se alguém chegou a ser apreendido, para não interferir nas investigações.

Conforme determinação da Delegacia de Furtos e Roubos e Veículos (DFRV) de Curitiba, responsável pelas investigações, o veículo deve passar por uma vistoria em Umuarama e o relatório anexado ao caso.

A polícia ainda procura por um menor conhecido como “Cabeça”, que tem 16 anos e, segundo os suspeitos que já foram presos, teria sido o autor do disparo que matou Renata. A polícia ainda vai investigar essa informação.

Suspeitos foram presos

Quatro homens foram presos por suspeita de envolvimento no crime que tirou a vida da professora. Segundo a polícia, eles fazem parte de uma quadrilha especializada em roubo de carros, que recebia encomendas de uma pessoa de Umuarama e que os veículos roubados eram vendidos no Paraguai. Dois deles foram detidos nesta quinta-feira (8), em Umuarama. O primeiro suspeito preso foi Luiz Fernando Arcílio, 18 anos, no último sábado (3).

A polícia também recebeu uma denúncia anônima, que dizia que a arma usada no crime estava enterrada próxima em um posto de combustíveis na BR-277 e que um dos criminosos iria buscá-la. Os policiais foram até o local e prenderam Marcelo Dubay, 25 anos, conhecido como “Polenta”, na segunda-feira (5). O revólver de calibre 38 foi encaminhado para a perícia, que confirmou ser a arma que matou Renata. As investigações seguiram e a polícia identificou outros dois homens que faziam parte do grupo: Alan Cristian Horst Beck, 23 anos, conhecido como “Sassa”, e Alex Martins, 27 anos. Os dois foram detidos nesta quinta-feira, com o apoio da 7ª Subdivisão Policial. Martins é o líder do bando, segundo o delegado Renato Figueiroa, e é o responsável por fazer as encomendas. “Ele encomendou os três carros ao Arcílio, que decidiu terceirizar o trabalho e contratou o ‘Sassa’ e o

adolescente para fazerem os roubos”. Eles receberiam R\$ 2,5 por cada veículo, informou a polícia.

Martins também teria fornecido o Fiat Uno para ser usado nos crimes. O carro aparece nas imagens das câmeras de segurança de uma residência próxima ao local do latrocínio. Dois homens também aparecem correndo no vídeo. Eles são Beck e o adolescente, segundo o delegado. Dubai era o motorista do Uno, conforme a polícia.

O crime

Renata Melo do Amaral não quis entregar a chave do carro e foi baleada na cabeça, no estacionamento de um brechó infantil, por volta das 9 horas, no bairro Boa Vista. No momento do crime, ela estava com o filho no colo. A criança não ficou ferida.

O crime ocorreu na Rua Fernando de Noronha. Testemunhas disseram à polícia que a mulher mordeu a mão de um dos assaltantes e isso pode ter motivado o homem a atirar na vítima. A vítima foi enterrada na sexta-feira (2).

Notícia 17

Adolescente se entrega e confessa que matou professora no Boa Vista

Vítima foi baleada com o filho no colo, quando se recusou a entregar a chave do carro dela aos assaltantes

Patricia Pereira [14/11/2012] [17h54]

O adolescente de 17 anos que era procurado pela possível participação no latrocínio que vitimou a professora Renata Melo do Amaral, 36 anos, baleada com o filho no colo, no Boa Vista, em Curitiba, se apresentou à polícia na tarde desta quarta-feira (14). A vítima foi morta depois que se recusou a entregar a chave do carro dela a dois assaltantes, segundo a polícia.

Conforme o delegado Renato Bastos Figueiroa, da Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos, o menor disse que atirou porque a vítima reagiu mordendo a mão dele. Com a apreensão do adolescente, que foi encaminhado à delegacia especializada, o caso foi solucionado, segundo a polícia.

Suspeitos presos

Quatro homens suspeitos de envolvimento no crime já foram presos. De acordo com a polícia, eles fazem parte de uma quadrilha especializada em roubo de carros, que são levados para o Paraguai.

O primeiro suspeito preso foi Luiz Fernando Arcílio, 18 anos, no dia 3 de novembro. Com a prisão dele, os investigadores descobriram que ele fazia parte da quadrilha que recebia encomendas de uma pessoa de Umuarama, no norte do Paraná. Segundo o delegado, os assaltantes tinham sido incumbidos de roubar um Astra, uma Zafira e um Honda Civic.

A polícia também recebeu uma denúncia anônima, que dizia que a arma usada no crime estava enterrada próxima a um pé de limão, em um posto de combustíveis na BR-277, e que um dos criminosos iria buscá-la. Os policiais foram até o local e prenderam Marcelo Dubay, 25 anos, conhecido como "Polenta", no dia 5.

As investigações seguiram e a polícia identificou outros dois homens que fariam parte do grupo: Alan Cristian Horst Beck, 23 anos, conhecido como "Sassa", e Alex Martins, 27 anos. Os dois foram detidos em Umuarama no dia 8. Martins é o líder do bando, segundo Figueiroa, e encomendou os três carros a Arcílio, que decidiu terceirizar o trabalho e contratou o "Sassa" e o adolescente para fazerem os roubos, conforme a polícia.

Martins também teria fornecido um Fiat Uno vermelho para ser usado nos crimes. O veículo foi apreendido na manhã de sexta-feira (9), em uma residência no bairro Jardim Porto Belo, em Umuarama. O Fiat Uno vermelho, que aparece nas imagens das câmeras de segurança próximas ao local do latrocínio, foi usado na fuga dos assaltantes.

O crime

Renata Melo do Amaral não quis entregar a chave do carro e foi baleada na cabeça, no estacionamento de um brechó infantil, por volta das 9 horas do dia primeiro, no bairro Boa Vista. No momento do crime, ela estava com o filho no colo. A criança não ficou ferida. A vítima foi enterrada na sexta-feira (2).

Notícia 18

Acusado de matar professora é solto por engano

Alvará de soltura não levou em consideração outros quatro crimes aos quais o suspeito responde. Secretaria da Justiça confirma erro

Patrícia Pereira [10/12/2012] [22h09]

Luiz Fernando Arcílio, 18 anos, é um dos cinco suspeitos de assassinar a professora Renata Melo do Amaral, 36 anos, no dia 1.º de novembro deste ano. O crime ocorreu no estacionamento de um brechó infantil, no bairro Boa Vista, em Curitiba. Um dos cinco supostos envolvidos na morte da professora Renata Melo do Amaral, 36 anos, assassinada com o filho no colo durante uma tentativa de assalto no Boa Vista, em Curitiba, foi solto por engano do Complexo Médico Penal de Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba. Luiz Fernando Arcílio, 18 anos, foi liberado no último dia 30 com um alvará de soltura que não considerou todos os crimes pelos quais ele respondia.

Por meio de assessoria da imprensa, a Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (Seju) informou que Arcílio tinha cinco acusações contra ele, e deveria ter sido liberado de apenas uma. O erro na expedição do documento ocorreu quando não foi adicionada uma observação que informasse que o homem respondia por outros quatro delitos, incluindo o que tirou a vida de Renata. Segundo a Seju, todos os crimes têm relação com a quadrilha de roubo de carros da qual o suspeito faria parte.

A Seju ainda afirmou que outro engano foi cometido na liberação do suspeito do Complexo Médico Penal, pois a ficha dele deveria ter sido consultada pela diretoria da instituição antes da liberação, que não poderia ter sido baseada somente no alvará.

De acordo com a Seju, no mesmo dia em que o suspeito foi solto, foi expedido um novo mandado de prisão contra ele. A Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos também foi comunicada para que as buscas fossem reiniciadas. Ainda foi aberta uma sindicância para apurar se houve negligência. Arcílio estava no Complexo desde o dia 27.

Assassinato

Renata Melo do Amaral não quis entregar a chave do carro e foi baleada na cabeça no estacionamento de um brechó infantil, por volta das 9 horas do dia 1º de novembro. No momento do crime, ela estava com o filho no colo. A criança não ficou ferida.

Poucos dias depois, quatro envolvidos no crime foram presos, dois deles em Umuarama (Noroeste do estado). Segundo a polícia, eles faziam parte de uma quadrilha especializada em roubos de carros, que seriam levados para o Paraguai. O quinto envolvido no caso, um adolescente de 17 anos, foi apreendido no dia 14 do mês passado e confessou ter sido ele o autor do tiro. À polícia, o jovem disse que atirou depois que Renata reagiu ao assalto e mordeu a mão dele.

Notícia 19

Suspeito de matar professora é preso um ano após ser solto por engano

Jovem de 21 anos seria integrante de quadrilha que rouba carros de luxo, mas também é investigado pelo homicídio ocorrido no bairro Boa Vista

Rafael Neves [25/11/2013] [18h42]

Quase um ano após ser solto por um erro burocrático, um rapaz de 21 anos foi preso novamente por suspeita de ter matado a professora Renata Melo do Amaral, em um brechó no bairro Boa Vista, em Curitiba. Além de ter suposta participação no homicídio, Luiz Fernando Arcíliotambém seria integrante de uma quadrilha especializada em roubo de carros de luxo, que trocou tiros com a polícia mais de uma vez neste mês.

A professora Renata, de 36 anos, foi morta com o filho no colo no dia 1º de novembro de 2012. Ela estava dentro do carro no estacionamento de um brechó quando foi abordada por assaltantes. Renata não quis entregar a chave do automóvel e foi baleada.

Poucos dias depois, Arcílio e outros quatro suspeitos de participação no crime foram presos. Um mês após a prisão, no entanto, ele foi colocado em liberdade. Arcílio estava no Complexo Médico Penal de Pinhais quando recebeu um alvará de soltura relativo a um crime, mas a Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (Seju) não considerou outros quatro indiciamentos que pesavam contra o rapaz. O suspeito esteve foragido desde então.

A prisão

Arcílio foi detido em uma ação do Centro de Operações Policiais Especiais (Cope) na última quarta-feira (21). Na ocasião, em Almirante Tamandaré, os agentes perseguiram quatro suspeitos que estariam envolvidos em roubos de veículos. Um deles, Gilson Ramos dos Santos, de 32 anos, fez um morador de refém e acabou morto ao ser baleado pelos policiais dentro da casa da vítima.

A quadrilha, de acordo com a polícia, já tinha trocado tiros com o Copeno Centro Cívico, no dia 8 deste mês, e em Quatro Barras, na região metropolitana, uma semana depois.

Este grupo de assaltantes, do qual Arcílio faria parte, já era investigado pelos policiais. Os suspeitos usariam o método de roubar vários veículos e deixá-los em locais públicos para recolher dias depois, método conhecido como “esfriamento”. As abordagens que resultaram em tiroteios foram decorrentes das investigações do Cope.

Notícia 20

Professora de Direito da PUCPR está entre vítimas de acidente na Régis

Jimena Aranda era professora de Direito da PUCPR

José Carlos Fernandes [22/12/2013] [20h48]

É provável que a primeira grande matéria na imprensa paranaense sobre Jimena Aranda tenha sido publicada em maio de 2005. De lá em diante, nos mais diversos assuntos – mas principalmente em questões de direitos humanos – os jornalistas não deixaram de recorrer à mulher que se tornou uma das mais destacadas pesquisadoras da PUCPR e uma ativista respeitada.

Em 2005, vale dizer, Jimena não chamou atenção por algum estudo em especial, mas por sua coragem e testemunho. Santista de nascimento, uma garota bonita da praia do Gonzaga, ela acabara “desobedecendo” os professores da faculdade de Direito e mergulhado no Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, fazendo dele seu observatório para o mundo. Fez mais do que isso. Mudou-se da ensolarada Santos para a fria Curitiba e assumiu uma casa de apoio para adolescentes, mantida pelo governo do estado, no bairro do Hugo Lange.

Do dia de sua posse em diante, o “sistema” nunca mais foi o mesmo. Dizia-se que todos os adolescentes que passavam pela triagem, na antiga Delegacia de Menores, pediam para morar na “casa da Jimena”, na qual cabiam 25 meninos. Esse era o motivo da reportagem, publicada na editoria Paraná da Gazeta do Povo, com o título “Contra todas as previsões”. O texto contava que o projeto das pequenas repúblicas fora extinto, mas que Jimena, e sua mãe, Neide Aranda – que lhe dava uma mão no serviço – praticamente adotaram um dos garotos mais impossíveis da casa, o hoje artista plástico Denílson Paião.

Para acolhê-lo, mãe e filha enfrentaram o condomínio, no Juvevê, e todos os que diziam de que aquela era uma causa perdida. O efeito sobre a sociedade da ação da Jimena e Neide foi imediata: embora o movimento dos meninos e meninas de rua tenha surgido na década de 1980, ainda prevalecia, nos anos 2000, a tese de que a drogadição e a vida nas ruas representavam um caminho sem volta. A dupla provou que não.

O fato é que todo mundo – dos jornalistas aos ativistas, passando aos alunos de Jimena na PUCPR, começaram a prestar mais atenção naquela moça esguia, de sorriso largo e orgulho das raízes andinas. Volta e meia, ficava-se sabendo de alguma ação inesperada da advogada. Uma das mais famosas foi a de ter conseguido tirar da Penitenciária do Ahú um detento artista, a quem ela muito admirava. Ao ver as telas que o homem pintava, confidenciou que aquele não podia ser um assassino. Num período de férias, reabriu os arquivos e encontrou o erro jurídico. O detento – que em outras ocasiões pediu para não ser identificado – tinha cumprido pena de 15 anos, por engano.

Colaborativa, Jimena também tinha por hábito revelar a grandeza dos seus alunos. Foi assim com ninguém menos do que o coronel da PM Roberson Bondaruck. Também em meados dos anos 2000, ela orientou um projeto de conclusão de curso daquele se viria a se tornar um dos maiores nomes da Polícia Militar do Paraná, autor de três livros sobre segurança pública que alcançariam lastro nacional. Pois foi Jimena quem o revelou. Procurou interlocutores, falou da importância do trabalho de Roberson para a causa da infância, sempre com aqueles detalhes que nunca deixava escapar. “Ele chegou a sentar no meio-fio, à paisana, para conversar com

os meninos em situação de rua”, confidenciou, para atestar a originalidade da pesquisa. Hoje, o coronel dispensa apresentações.

No dia a dia, Jimena era a mais comum das mestras. Não chama atenção em meio à ruidosa turma do Direito. Chegava à sala dos professores na PUC sempre com uma garrafinha de água nas mãos. Mais ouvia do que falava. Sabia rir dos gracejos dos colegas e sempre demonstrava estar atenta aos que os outros faziam de bom. Quando saía da sala de aula, cercada de estudantes, no entanto, tinha feito dos seus alunos seres falantes, angariados para os direitos humanos, em especial para as causas da infância e da adolescência. Não escondiam o quanto a admiravam. Sabe-se que muitos desejaram ser como ela, ainda que Jimena, às vezes, parecesse um sonho.

Notícia 21

Professora da UFPR é morta a facadas pelo filho em Matinhos

Jussara Rezende Araujo, 58 anos, tentava medicar o filho esquizofrênico quando foi atingida pelos golpes. Velório será no Centro Cultural da UFPR Litoral, a partir das 17 horas

Antonio Senkovski [11/02/2014] [07h10]

Um homem com esquizofrenia matou a própria mãe a facadas por volta das 20 horas desta segunda-feira (10) em Matinhos, no Litoral do Paraná. Jussara Rezende Araújo, 58 anos, era professora da Universidade Federal do Paraná (UFPR) no campus Litoral e tentava medicar o filho quando foi ferida por pelo menos duas facadas.

O velório será sendo realizado no Centro Cultural da UFPR Litoral.

O autor do crime, filho da vítima, foi identificado como Matheus Araújo Bertone, 29 anos. Ele está preso após confessar ter matado a mãe alegando que cometeu o crime "para se defender". A residência dos dois, onde aconteceu o crime, fica na Avenida Guarapuava, a poucas quadras do campus da UFPR Litoral, onde Jussara trabalhava.

O delegado responsável pela Operação Verão 2013/2014, Alcimar Garret, conta que a princípio Matheus estava em meio a uma crise quando aconteceu o crime. "Ele tem um histórico de esquizofrenia e ficou quatro meses sem ir às sessões e sem tomar remédios. Ele então acabou entrando em crise e em luta corporal com a mãe, quando desferiu os golpes de faca."

Segundo Garret, pelas informações levantadas até o momento, apenas mãe e filho estavam em casa na hora em que aconteceu o crime.

O currículo Lattes da professora, atualizado pela última vez no mesmo dia de sua morte, aponta que ela ocupava, entre outras funções, a de coordenadora do Curso de Licenciatura em Artes da UFPR Litoral.

Matheus está preso em uma sala isolada da Delegacia de Matinhos e aparentemente tranquilo, segundo o delegado. Após uma avaliação médica, o mais provável, conforme Garret, é que seja solicitada a transferência dele ao Complexo Médico Penal, para tratamento psiquiátrico.

UFPR lamenta morte de professora

Ana Elisa Freitas, vice-coordenadora do curso de Licenciatura em Artes lamentou, em nota, a morte da professora. "Jussara foi pessoa que marcou nossa comunidade argumentativa acadêmica na UFPR Litoral pela postura ética, crítica, pública. Seu pensamento complexo contribuiu de forma única e insubstituível para a tecitura de novas leituras de realidade, não raro mal compreendidas, na abordagem dos fenômenos da vida social."

Em uma breve passagem pelos fatos marcantes da carreira de Jussara, Ana destaca "a atuação [de Jussara] como repórter e jornalista no período 1973-89, quando entrevistou personalidades históricas e sociais, editou e colaborou na edição de revistas e jornais da chamada imprensa nanica". O documento cita ainda "a militância política em partidos de oposição ao regime militar e a perseguição por lideranças expressivas da história política paranaense e brasileira."

Notícia 22

Morte de professora da UFPR deixa comunidade acadêmica de luto

A professora foi morta a facadas na noite de segunda-feira (10) pelo filho. O homem tem esquizofrenia

Oswaldo Eustáquio, correspondente, e Antonio Senkovski [11/02/2014] [17h22]

O psiquiatra Élio Luiz Mauer, diretor da clínica Unidade Intermediária de Crise e Apoio à Vida (Uniica) e professor da UFPR, detalha que entre 0,5% e 1% da população sofre de esquizofrenia, mas outros quadros psicóticos têm incidência bem maior. “Há uma tendência de que a qualquer comportamento diferente, imediatamente se faça o diagnóstico de esquizofrenia. Mas há uma série de situações e quadros clínicos emocionais importantes que podem estar por trás de um fato como esse, como o uso de drogas”, detalha.

Ele analisa que, no caso da professora de Matinhos e do cineasta carioca, os responsáveis pelas mortes estavam sob influência de alterações psíquicas importantes, como alucinações e delírios, que genericamente poderiam ser chamados de psicose. “São delírios de natureza persecutória, em que a pessoa tem o comportamento de se defender, de proteger.” O acesso livre a instrumentos cortantes e perigosos, para Mauer, é a evidência de que os pacientes não estavam sendo adequadamente acompanhados. “A família teria sido orientada a eliminar esses objetos. É preciso que a família tenha noção do que está acontecendo”, diz.

Falta de acompanhamento aumenta chances de tragédias

Bruna Komarchesqui

A semelhança nas circunstâncias da morte da professora Jussara Araújo e do cineasta Eduardo Coutinho, há uma semana, no Rio de Janeiro, chama a atenção para as falhas no tratamento de transtornos psicológicos graves, como a esquizofrenia, no Brasil. Em ambos os casos, o filho em surto – supostamente esquizofrênico – foi o responsável pelas mortes por esfaqueamento. As dificuldades de diagnóstico e, sobretudo, a falta de estrutura de atendimento são o estopim desse tipo de tragédia, segundo especialistas.

O professor de terapia ocupacional da UFPR Luís Felipe Ferro, que atua na área de saúde mental, defende que, se houvesse um acompanhamento realmente próximo da família a partir do diagnóstico, as chances de se chegar a um momento de crise seriam mais escassas. “Esse é o ‘nó’ da coisa toda. Uma mãe aqui de Curitiba, que é usuária do serviço de saúde mental, foi procurar ajuda para o filho que tem problemas com drogas. Desesperada, ela foi informada de que teria atendimento em até três meses. Como falar em atendimento próximo assim?”, exemplifica.

Segundo Ferro, muito dificilmente surtos aparecem de uma hora para a outra. O paciente vai dando sinais, ficando mais agitado, a pele muda de coloração e tende a ficar mais oleosa. “São coisas que a família e os profissionais vão percebendo. Se há um olhar próximo, já internam a pessoa para observação, depois encaminham ao Caps [Centro de Atenção Psicossocial] até o quadro ficar estável”, explica.

O velório da professora da UFPR Litoral, Jussara Rezende Araújo, foi marcado por muita comoção de alunos e professores, no centro cultural do campus em Matinhos, no litoral do estado, na tarde desta terça-feira (11). A professora foi morta a facadas na noite de segunda-feira (10) pelo filho. O homem tem esquizofrenia e o crime teria ocorrido enquanto Jussara tentava medica-lo.

O corpo da professora será enterrado em Londrina, no Norte do Paraná, na quarta-feira (12). O horário do sepultamento ainda não foi definido. A família de Jussara vive no interior do estado.

A morte da professora chocou os moradores da cidade. A professora da UFPR Litoral tinha uma vida tranqüila, segundo colegas da universidade. Os vizinhos de Jussara costumam acreditar na tragédia. Segundo eles, brigas com o filho, de 29 anos, aconteciam, mas não eram recorrentes. A morte de Jussara deixa a comunidade acadêmica do estado do Paraná de luto.

Jornalista formada pela Universidade Estadual de Londrina com doutorado em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, desde junho do ano passado estava à frente da coordenação do curso de Licenciatura em Artes da Universidade Federal do Paraná do Litoral (UFPR Litoral).

Trabalhando na praia desde 2007, de acordo com a colega de trabalho e vice-coordenadora do curso, Ana Elisa de Castro Freitas, Jussara tem a trajetória de uma mulher que foi marcada por um ideal do século 20. “Quando ela veio para o litoral, veio com uma enorme expectativa e entusiasmo com o projeto político-pedagógico”, afirma.

Ainda de acordo com a vice-coordenadora, Jussara tinha um compromisso com a linguagem e com a comunicação, “A partir de uma licenciatura poderia se ter espaço para novas linguagens. Aí se fundia a produção com a inclusão, e trabalhar a arte educação nesse percurso”, destaca Ana Elisa.

Autor do crime

O autor do crime, filho da vítima, foi identificado como Matheus Araújo Bertone, 29 anos. Ele está preso após confessar ter matado a mãe alegando que cometeu o crime “para se defender”. A residência dos dois, onde aconteceu o crime, fica na Avenida Guarapuava, a poucas quadras do campus da UFPR Litoral, onde Jussara trabalhava.

O delegado responsável pela Operação Verão 2013/2014, Alcimar Garret, conta que a princípio Matheus estava em meio a uma crise quando aconteceu o crime. “Ele tem um histórico de esquizofrenia e ficou quatro meses sem ir às sessões e sem tomar remédios. Ele então acabou entrando em crise e em luta corporal com a mãe, quando desferiu os golpes de faca.”

Segundo Garret, pelas informações levantadas até o momento, apenas mãe e filho estavam em casa na hora em que aconteceu o crime.

Matheus está preso em uma sala isolada da Delegacia de Matinhos e aparentemente tranquilo, segundo o delegado. Após uma avaliação médica, o mais provável, conforme Garret, é que seja solicitada a transferência dele ao Complexo Médico Penal, para tratamento psiquiátrico.

Inclusão

Em nota divulgada no site da UFPR Litoral, Ana Elisa destacou que a produção acadêmica de Jussara enfatizou temáticas de inclusão, mas estava enfocando novas abordagens. “Ultimamente Jussara atuava na direção de projetos que se abriam para o campo da inclusão. Acreditava estarmos vivendo o nascimento de paradigmas mais positivos, que buscam o equilíbrio do planeta e mais harmonia entre os seres humanos. Seus projetos recentes apontavam que a arte-educação na perspectiva interdisciplinar proporcionava a formação mais significativa do estudante como sujeito da sua escrita histórica e social”, diz. Ana Elisa destaca que tanto ela quanto os alunos estão muito chocados com a morte da colega e que os alunos estão mobilizados. “A gente sente muito, é uma perda muito grande para o setor,

para o Paraná. Os alunos estão muito chocados, estão mobilizados, estão me apoiando para que não percam os rumos que temos no curso”, afirma.

Segundo a vice-coordenadora, Jussara tinha uma ligação muito intensa com a comunidade de Morretes. “Ela tinha uma relação muito forte com as escolas rurais de Morretes. Ela via que os jovens daquele município tinha uma bagagem diferente, uma vivência ambiental diferenciada que os jovens da periferia de uma região urbana não tinham”, destaca. O currículo lattes de Jussara, atualizado no dia de sua morte (10), traz informações sobre a sua atuação como repórter e jornalista no período 1973-89, em que entrevistou personalidades históricas e sociais, e editou e colaborou na edição de revistas e jornais da chamada Imprensa Nanica, entre outros veículos de comunicação de massa. A coordenadora também foi militante política em partidos de oposição ao Regime Militar, neste período, foi perseguida por lideranças expressivas da história política paranaense e brasileira.

Notícia 23

Professora é atingida por pedra em sala de aula, na CIC

Aluno da escola de 17 anos é suspeito de ter atirado o objeto

Naiady Piva, especial para a Gazeta do Povo [21/08/2014] [15h53]

Uma professora de artes de um colégio estadual na Cidade Industrial de Curitiba foi atingida por uma pedra, nesta quarta-feira (20), quando estava no meio de uma aula. O autor do arremesso é um aluno da escola de 17 anos, segundo informações do "Paraná TV", da RPC TV.

O acidente ocorreu quando a professora foi à janela da sala afastar um grupo de estudantes após perceber que um grupo de 5 a 7 jovens estava na rua arremessando objetos. Em depoimento à Delegacia do Adolescente, ela identificou dois dos meninos que estudam ou já estudaram na escola.

A vítima foi encaminhada para fazer exame de lesão corporal. O adolescente deve ser convocado para depor. A polícia vai fazer um boletim de ocorrência e encaminhar para a vara de Adolescentes em Conflito com a Lei, segundo a delegada Paula Brisola.

A polícia pretende identificar os demais adolescentes a partir do depoimento dos dois apontados pela professora.

A Secretaria de Educação do Estado (Seed) diz que o caso é de competência da escola e tem apenas a informação de que foi feito registro em ata e boletim de ocorrência. A diretora disse que não vai se pronunciar sobre o caso.

Procurada pela reportagem, a professora não foi encontrada até as 18h12 desta quinta-feira (21).

O Sindicato dos Professores do Paraná (APP-Sindicato) diz que este tipo de violência contra professores e funcionários tem crescido. "Alguns alunos chegam na escola e estão precisando de outro tipo de atenção de política pública além da educação", explica o diretor do sindicato Luiz Carlos Paixão, que defende que os estabelecimentos de ensino "tenham apoio de uma rede de proteção".

Notícia 24

Professora é esfaqueada durante aula em Piraquara

Adolescente suspeito foi apreendido pela PM e levado para a Delegacia de Piraquara, que investiga o caso. Professora está fora de perigo, apesar da gravidade dos ferimentos

Rodrigo Batista e Kelli Kadanus [04/09/2014] [09h43]

Uma professora de inglês foi esfaqueada na manhã desta quinta-feira (4) enquanto lecionava, em Piraquara, Região Metropolitana de Curitiba. De acordo com testemunhas, um aluno do 9º ano, de 14 anos, levantou durante a aula e esfaqueou a docente, que escrevia no quadro negro no momento da agressão. O menino foi apreendido pela Polícia Militar no início da tarde desta quinta e levado para a Delegacia de Piraquara.

Segundo a polícia, depois que o adolescente esfaqueou a professora, ele largou a faca no local do crime e saiu correndo a pé. Em seguida, o Batalhão de Patrulha Escolar de Curitiba (Bpec) foi acionado e várias equipes foram ao local. O adolescente foi visto perto da escola e os policiais começaram a persegui-lo. Depois de pular alguns muros e se esconder dentro de uma casa, o menino foi apreendido. De acordo com o tenente David Parise do Amaral, da Polícia Militar, o adolescente não falou sobre o caso. "Ele não resistiu à apreensão, agiu com frieza, não quis falar nada, e foi levado à delegacia."

O delegado titular da Delegacia de Piraquara, Guilherme Fagundes, contou que policiais civis foram à escola para reunir testemunhas que possam falar sobre o caso. O pai do adolescente esteve na delegacia para prestar esclarecimentos. "Ele estava bastante abalado, com olhos lacrimejando. O jovem nunca teve passagens pela polícia antes disso", explica Fagundes. O adolescente pode ser indiciado por flagrante de ato infracional por tentativa de homicídio, segundo o delegado.

Fagundes informou que, por enquanto, o adolescente deve ficar na delegacia. Assim que sair a autorização, ele deve ser encaminhado à Justiça e à promotoria local. O delegado diz que a partir de então, "provavelmente", o adolescente será levado para o Centro de Socioeducação (Cense) São Francisco, em Piraquara.

Estado de saúde da professora

De acordo com o Corpo de Bombeiros, a professora Ana Paula Marino Cezar foi encaminhada de helicóptero até o Hospital Angelina Caron, em Campina Grande do Sul, em estado grave.

O quadro clínico da professora é estável e ela não corre risco de morte, segundo a assessoria de imprensa do hospital. Ela sofreu ferimentos nas mãos, braços e costas, onde as facadas foram mais profundas e atingiram um dos pulmões. Mesmo assim, segundo o boletim médico, ela não vai precisar passar por cirurgia, nem ser internada na Unidade de Terapia Intensiva (UTI).

A professora está consciente e passou por exames, entre eles uma tomografia, e os médicos aguardam os resultados para prosseguir com o tratamento. Por enquanto, não há previsão de alta.

O caso aconteceu na Escola Estadual Ivanete Martins de Souza, no bairro Guarituba, em Piraquara.

Aulas suspensas

Em nota, a Secretaria de Estado de Educação (Seed) do Paraná informou que as aulas foram suspensas nesta quinta por causa do incidente, mas devem ser

retomadas normalmente na sexta-feira (5). A secretaria disse lamentar o corrido e informou que está prestando toda a assistência à professora e aos familiares.

Nos próximos dias, segundo a Seed, a pasta deve se reunir com membros do Batalhão de Patrulha Escolar (Bpec) e com integrantes da escola para conversar sobre o fato e dar orientações.

"A Secretaria de Estado da Educação esclarece que o fato ocorrido na escola é uma situação isolada, e frente à totalidade do número de escolas existentes na rede estadual, não representa a realidade existente na relação entre professores e alunos", diz a nota.

Notícia 25

Aluno de 14 anos esfaqueia a professora

Rodrigo Batista e Kelli Kadanus [04/09/2014] [21h08]

Uma professora de inglês foi esfaqueada ontem de manhã na Escola Estadual Ivanete Martins de Souza, no bairro Guarituba, em Piraquara, na Região Metropolitana de Curitiba. Segundo testemunhas, um aluno do 9.º ano, de 14 anos, levantou durante a aula e a esfaqueou enquanto ela escrevia no quadro negro.

O adolescente largou a faca e saiu correndo a pé depois de esfaquear a professora. O Batalhão de Patrulha Escolar de Curitiba (Bpec) foi acionado. O adolescente foi visto perto da escola e os policiais o perseguiram. Ele foi apreendido depois de pular alguns muros e se esconder dentro de uma casa. “Ele não resistiu à apreensão, agiu com frieza, não quis falar nada, e foi levado à delegacia”, disse tenente David Parise do Amaral.

Policiais civis foram à escola para reunir testemunhas que possam falar sobre o caso. O pai do adolescente esteve na delegacia para prestar esclarecimentos. “Ele estava bastante abalado, com olhos lacrimejando. O jovem nunca teve passagens pela polícia”, disse o delegado Guilherme Fagundes. Ele pode ser indiciado por flagrante de ato infracional por tentativa de homicídio.

Fagundes informou que por enquanto o adolescente deve ficar na delegacia. Assim que sair a autorização, deve ser encaminhado à Justiça e à promotoria local. O delegado diz que a partir de então, provavelmente ele será levado para o Centro de Socioeducação (Cense) São Francisco, em Piraquara.

Estado de saúde

A professora Ana Paula Marino Cezar foi encaminhada de helicóptero em estado grave ao Hospital Angelina Caron, em Campina Grande do Sul. O quadro clínico é estável e ela não corre risco de morte. Ela sofreu ferimentos nas mãos, braços e costas, onde as facadas foram mais profundas e atingiram um dos pulmões. Mesmo assim, segundo o boletim médico, ela não vai precisar passar por cirurgia, nem ser internada na UTI.

A professora está consciente e passou por exames, entre eles uma tomografia, e os médicos aguardam os resultados para prosseguir com o tratamento. Ainda não há previsão de alta.

Em nota, a Secretaria de Estado de Educação lamentou o ocorrido e informou que está prestando toda a assistência à professora e familiares. “A Secretaria de Estado da Educação esclarece que o fato ocorrido na escola é uma situação isolada, e frente à totalidade do número de escolas existentes na rede estadual, não representa a realidade existente na relação entre professores e alunos”, diz a nota.

Notícia 26

Jovem mudou hábitos em sala de aula para agredir professora, diz delegado

Adolescente de 14 anos usou uma faca de cozinha para atacar professora durante uma aula

Rodrigo Batista [05/09/2014] [15h44]

O caso

A professora Ana Paula Marino Cezar levou facadas nas costas, braços e mãos durante a aula, na quinta-feira (4), em Piraquara, e foi levada de helicóptero ao Hospital Angelina Caron. O jovem acusado de desferir os golpes fugiu e largou a arma do crime na sala de aula. Policiais militares foram acionados e encontraram o adolescente perto da escola.

O jovem permanece na Delegacia de Piraquara. O inquérito, segundo o delegado, deve ser encerrado na próxima semana. O adolescente deve responder por tentativa de homicídio e, se continuar sob a custódia da Justiça, permanecerá em regime fechado no Centro de Socioeducação São Francisco, em Piraquara.

A Polícia Civil acredita que o jovem acusado de ter esfaqueado uma professora durante a aula, em Piraquara, Região Metropolitana de Curitiba, na quinta-feira (4), premeditou a ação. O adolescente de 14 anos teria mudado seus hábitos dentro de sala de aula no dia em que cometeu o ato, se comparado com suas atitudes em dias anteriores. O jovem permanece na Delegacia de Piraquara.

De acordo com o delegado Guilherme Fagundes, de Piraquara, o jovem não costumava se sentar nas primeiras carteiras da classe. No dia da ação, ele mudou essa atitude. "Ele pegou uma faca de cozinha de casa e, dentro da sala, se sentou em uma das carteiras da frente. A aula começou às 11 horas e terminava às 11h50. Ele esperou 45 minutos de aula para tomar a atitude, quem sabe para esperar o melhor momento ou tomar coragem", explica Fagundes.

Os investigadores da delegacia ouviram a diretora do Colégio Estadual Ivanete Martins de Souza, onde ocorreu a agressão, além de outras testemunhas, como colegas de classe. Outras pessoas ainda devem ser ouvidas. Segundo o delegado, a professora Ana Paula Marino Cezar, a vítima da ação do adolescente, também foi ouvida nesta sexta-feira (5), no hospital em que está internada.

A investigação também aborda o histórico do aluno em sala de aula, para saber possíveis antecedentes de violência, apesar de esta não ser a parte central do inquérito. Testemunhas relataram à Polícia Civil que o jovem tinha atitudes ríspidas com funcionários, mas nunca apresentou comportamento violento em sala de aula.

Motivo

O delegado ainda não sabe o real motivo pelo qual o adolescente teria tomado essa atitude. Até o momento, segundo Fagundes, a investigação tem como base uma reunião que ocorreu um dia antes da violência. "No dia 3, houve uma reunião entre pais de alunos do 9.º ano, coordenadores e professores e foram abordadas questões de indisciplina e comprometimento dos alunos em sala de aula", diz.

Não há informações, de acordo com o delegado, sobre a agressão ser motivada por possíveis notas baixas do aluno na disciplina. "Por enquanto, acreditamos em um possível ódio que o aluno demonstrava pela professora", diz o delegado. O pai do aluno foi ouvido na quinta-feira (4) e, segundo o delegado, se mostrou surpreso com a atitude do filho.

Recuperação

Segundo o Hospital Angelina Caron, em Campina Grande do Sul, Região Metropolitana de Curitiba, a professora Ana Paula permanece internada na enfermaria e passa bem. Seu quadro de saúde é estável. A docente deve passar por exames no sábado (6) para que os médicos decidam se ela receberá alta médica.

Notícia 27

Professora esfaqueada em Piraquara recebe alta

Segundo Hospital Angelina Caron, a professora Ana Paula Marino Cezar foi liberada às 14 horas deste sábado e passa bem

Luan Galani [06/09/2014] [14h00]

A professora de inglês esfaqueada na última quinta-feira (4) enquanto lecionava na Escola Estadual Ivanete Martins de Souza, em Piraquara, Região Metropolitana de Curitiba, recebeu alta neste sábado (6) por volta das 14 horas. O estado de saúde de Ana Paula Marino Cezar é estável, mas ela ainda se recupera do choque, segundo o Hospital Angelina Caron, em Campina Grande do Sul. A reportagem não conseguiu localizar a docente até as 17 horas deste sábado.

De acordo com testemunhas, um aluno do 9.º ano, de 14 anos, levantou durante a aula e esfaqueou a docente, que escrevia no quadro negro no momento da agressão. O menino foi apreendido pela Polícia Militar no início da tarde de quinta e levado para a Delegacia de Piraquara. Quando chegou ao hospital, a professora não corria risco de morte, mas tinha ferimentos graves nas mãos, braços e costas.

O que acontece agora

O adolescente pode ser indiciado por flagrante de ato infracional por tentativa de homicídio. Depois, o adolescente deve ser levado ao Centro de Socioeducação (Cense) São Francisco, em Piraquara.

Em nota, a Secretaria de Estado de Educação (Seed) do Paraná disse lamentar o corrido e informou que está prestando toda a assistência à professora e aos familiares.

Nesta sexta-feira (5), cerca de mil pessoas participaram de uma manifestação em Piraquara contra a violência.

Notícia 28

Em Salvador, alunos dão biscoito envenenado a professora

Estadão Conteúdo [07/11/2014] [18h39]

Professora do segundo ano do ensino fundamental do Educandário Santana Amorim, no bairro da Mata Escura, periferia de Salvador, Edinalva Soares, de 42 anos, foi envenenada com chumbinho, um veneno para matar ratos, por três de seus alunos, de entre 7 e 8 anos.

Na hora do recreio, as crianças deram a ela um biscoito recheado contendo o produto químico. Pouco depois, Edinalva passou mal e precisou ser levada ao Hospital Roberto Santos, para fazer uma lavagem estomacal. Como a quantidade de veneno ingerida foi pequena, ela recebeu alta médica pouco depois, mas só deve voltar às aulas na próxima semana.

Segundo a direção da escola, as próprias crianças contaram que haviam colocado o veneno no biscoito logo após a professora ingeri-lo, mas ela só acreditou nos alunos quando começou a passar mal. O caso não foi registrado em delegacia, mas a instituição informou que afastou os estudantes e acionou o Conselho Tutelar. O órgão informou que vai ouvir os pais dos meninos envolvidos.

Notícia 29

Professora universitária é morta com a mãe em São Carlos

Assassino, segundo a polícia, é o electricista Antonio Dias Ribeiro, 64, que se entregou assim que cometeu o crime

Folhapress [07/12/2014] [15h27]

Uma professora universitária da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo) e sua mãe foram mortas a facadas na noite deste sábado (6) em São Carlos (a 232 km de São Paulo).

O assassino, segundo a polícia, é o electricista Antonio Dias Ribeiro, 64, que se entregou assim que cometeu o crime. Ele é, respectivamente, padrasto e marido das vítimas.

De acordo com a Polícia Civil, Ribeiro chegou à delegacia com roupas e mãos ensanguentadas confessando os homicídios. Ele afirmou que matou as duas após uma discussão.

Carla Christina Medalha, 39, era professora da Unifesp e morava em Santos (a 85 km de São Paulo).

A mãe dela, Izaura de Azevedo, 69, vivia em São Carlos, onde Carla cursou faculdade de fisioterapia.

As duas receberam pelo menos 20 facadas. Elas foram encontradas já sem vida pela polícia e pelos profissionais do Samu (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência) dentro de casa, no bairro São João Batista.

Ribeiro permanece preso em São Carlos. Ele não tem advogado constituído, de acordo com a polícia.